

Anexo I-A - Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Anexos

Anexo I do ETP - Planilha de Custos e Formação de Preços Estimativa - vigilância 2026 - PRF-CE

Anexo II do ETP - Memória de cálculo da Planilha de Custos e Formação de Preços Estimativa - vigilância 2026 - PRF-CE

Anexo III do ETP - Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2026/2026

Anexo IV do ETP - Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União

SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-CE

Estudo Técnico Preliminar 23/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 08653.045830/2025-50

2. Objeto

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento da contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a melhor solução para prestação de serviços contínuos de vigilância patrimonial armada visando atender às necessidades da Polícia Rodoviária Federal no Ceará (Unidades: Sede da SPRF-CE, CTNE, DEL02 - Delegacia em Canindé/CE, DEL03 - Delegacia em Russas/CE e DEL04 - Delegacia em Sobral/CE), bem como dará base ao termo de referência a ser elaborado, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

3. Fundamentação Legal da Contratação

3.1. A fundamentação legal da supracitada contratação encontra-se prevista, dentre outras, na seguinte legislação:

3.1.1. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências;

3.1.2. Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 - Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;

3.1.3. Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018 - Estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018;

3.1.4. Instrução Normativa nº 98, de 26 de dezembro de 2022 - Dispõe sobre as regras e diretrizes para o procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta de que dispõe a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

3.1.5. Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017 - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

3.1.6. Portaria nº 21.262, de 23 de setembro de 2020 - Estabelece procedimentos referenciais para a composição da planilha de custos e formação de preços nas contratações de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, executados de forma contínua ou não, em edifícios públicos, no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

3.1.7. Lei nº 14.967, de 9 de setembro de 2024 - Institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras;

3.1.8. Portaria DG/PF nº 18.045 de 17 de abril de 2023, alterada pela Portaria DG/PF nº 18.974 de 07 de maio de 2024 - Disciplina as atividades de segurança privada e regula a fiscalização dos Planos de Segurança dos estabelecimentos financeiros;

3.1.9. Instrução Normativa SEGES/MGI nº 176, de 25 de novembro de 2024, que dispõe sobre as regras e os procedimentos para adoção dos custos mínimos a serem observados nos valores de remuneração, incluindo salário-base e adicionais, auxílio-alimentação e outros benefícios como mecanismo de fortalecimento das garantias trabalhistas em contratos de prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, nos termos do art. 5º do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, disponível em <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-mgi-no-176-de-25-de-novembro-de-2024> (consulta realizada no dia 28/10/2025);

3.1.10. Instrução Normativa SEGES/MGI nº 147, de 13 de abril de 2026, que dispõe sobre o benefício de reembolso-creche à trabalhadora ou ao trabalhador alocado em contratos de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra previsto no art. 3º, inciso III, do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, e disciplina a mensuração, execução e fiscalização de benefícios semelhantes previstos em normas coletivas, disponível em <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-mgi-no-147-de-13-de-abril-de-2026> (consulta realizada no dia 15/04/2026);

3.1.11. CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2026/2026, celebrado entre o SINDESP-SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANCA PRIVADA DO ESTADO DO CEARA, CNPJ n. 23.498.033/0001-09, e o SIND. DOS PROF.VIG.E EMPREG.EM EMP.E SER.DE SEG.,VIG.TRANS.PVAL.,C. DE FORM. DE VIG.,SEG. PESSOAL, CEN.,S.E AFINS CE, CNPJ n. 07.327.000/0001-40, (Número de Registro no MTE: CE000443 /2026, Data de registro no MTE: 30/03/2026, Número da solicitação: MR017072/2026, Número do processo: 13624.201050/2026-64, Data do protocolo: 30/03/2026), conforme consulta realizada no dia 08/04/2026 em <https://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/Resumo/resumoVisualizarSalvarMsWordDoc?NrSolicitacao=MR017072/2026>.

4. Descrição da necessidade

4.1. Descrição da necessidade:

4.1.1. A necessidade de contratação de serviços de vigilância patrimonial armada para a Polícia Rodoviária Federal no Ceará (Unidades: Sede da SPRF-CE, CTNE, DEL02 - Delegacia em Canindé/CE, DEL03 - Delegacia em Russas/CE e DEL04 - Delegacia em Sobral/CE) se fundamenta na imprescindível proteção dos ativos públicos, na segurança das instalações e na garantia da continuidade dos serviços essenciais prestados pela instituição.

4.2. Justificativa da necessidade da contratação:

4.2.1. A contratação visa proteger os recursos e a estrutura física da PRF contra ameaças como furtos, roubos, vandalismo, invasões e outras ações criminosas, garantindo um ambiente seguro para o trabalho dos servidores.

4.2.2. A contratação de serviços continuados de vigilância patrimonial armada é essencial e de extrema importância para garantir a segurança e a integridade do patrimônio público da Polícia Rodoviária Federal (PRF) no Ceará, bem como a segurança dos servidores e cidadãos que frequentam as unidades. A seguir, detalhamos a justificativa para essa necessidade, considerando as especificidades das unidades SPRF-CE, CTNE, DEL02, DEL03 e DEL04.

4.2.2.1. Proteção de Patrimônio e Bens Públicos

4.2.2.1.1. As unidades da PRF, como a Superintendência e as Delegacias, abrigam um vasto e valioso patrimônio, incluindo veículos operacionais (viaturas), armas, munições, equipamentos de tecnologia da informação (computadores, servidores), eletrônicos, mobiliário e documentos

sigilosos. A ausência de vigilância armada 24 horas por dia expõe esses bens a riscos de furto, roubo, vandalismo e invasões. A perda ou dano desses ativos compromete a capacidade operacional da PRF e gera prejuízos financeiros significativos para a União.

4.2.2.2. Segurança de Pessoas

4.2.2.2.1. A segurança de servidores e colaboradores é uma prioridade. Os locais de trabalho da PRF, especialmente as Delegacias, são alvos potenciais para criminosos, que podem tentar invadir as instalações para roubar equipamentos ou, em casos mais graves, confrontar os agentes. A presença de vigilantes armados inibe a ação de terceiros e garante um ambiente de trabalho mais seguro, permitindo que os servidores desempenhem suas funções sem a constante preocupação com a própria integridade física. Além disso, a segurança se estende aos cidadãos que buscam atendimento ou apoio nas dependências da PRF, reforçando a confiança na instituição.

4.2.2.3. Prevenção de Ações Criminosas e Atos de Vandalismo

4.2.2.3.1. A vigilância patrimonial armada é uma medida preventiva eficaz. A presença visível e ostensiva de seguranças equipados e treinados desestimula a prática de atos ilícitos. A vigilância patrimonial atua como uma barreira inicial contra ameaças, impedindo que incidentes se concretizem. Isso é especialmente relevante para as unidades da PRF localizadas nos seguintes municípios do Ceará: Canindé, Russas e Sobral, que podem ter diferentes níveis de exposição a riscos de segurança.

4.2.2.4. Controle de Acesso e Fluxo de Pessoas

4.2.2.4.1. Os serviços de vigilância armada são fundamentais para o controle de acesso às instalações. O vigilante é responsável por identificar, autorizar e monitorar a entrada e saída de pessoas e veículos. Esse controle rigoroso impede a entrada de indivíduos não autorizados, mitigando o risco de ações criminosas, espionagem, sabotagem ou qualquer outra atividade que possa comprometer a segurança e a confidencialidade das operações da PRF.

4.2.2.5. Atendimento à Normas e Regulamentos

4.2.2.5.1. A Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento) e suas regulamentações exigem que locais que armazenam armamentos e munições possuam um plano de segurança robusto, incluindo vigilância armada. As unidades da PRF, por sua natureza, atendem a esses critérios. A contratação de uma empresa especializada e regulamentada garante que todas as exigências legais e normas de segurança sejam cumpridas, evitando sanções e garantindo o devido controle sobre o acervo de armas da instituição.

4.2.2.6. Conclusão da justificativa

4.2.2.6.1. A contratação de prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial armada é uma medida estratégica e indispensável para a manutenção da ordem, da segurança e da capacidade operacional da Polícia Rodoviária Federal no Ceará. A necessidade se justifica pela proteção do patrimônio público, pela segurança dos servidores e da sociedade, pela prevenção de ações criminosas e pelo cumprimento de regulamentos legais. A ausência desses serviços representaria um risco inaceitável à integridade da instituição e ao seu papel fundamental na segurança pública.

4.2.3. Considerada a justificativa acima para a contratação de serviços continuados de vigilância patrimonial armada, a Polícia Rodoviária Federal no Ceará possui para atendimento desse objeto o Contrato nº 12 (SEI nº 59249950) cuja vigência se encerra em 03/04/2026, conforme Termo Aditivo nº 1 (SEI nº 63202236), não havendo mais possibilidade de prorrogação, em razão do mesmo atingir o limite máximo de 60 (sessenta) meses, de acordo com o inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93. Dessa forma, a presente contratação justifica-se também para evitar a descontinuidade da prestação dos supracitados serviços.

4.3. Classificação dos serviços como comuns:

4.3.1. A justificativa para classificar a contratação de serviços contínuos de vigilância patrimonial armada para atender às necessidades da Polícia Rodoviária Federal no Ceará (PRF-CE) como serviço comum baseia-se na aplicação das normas de licitações, que definem “serviços comuns” como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

4.3.2. A principal argumentação é a seguinte:

4.3.2.1. Possibilidade de Padronização e Especificação Objetiva

4.3.2.1.1. Definição do Objeto: O serviço de vigilância patrimonial armada, embora envolva um certo nível de risco e exija treinamento específico, possui características padronizáveis no que tange à sua execução. O objeto da contratação (a proteção do patrimônio) é comum a diversos órgãos e entidades.

4.3.2.1.2. Requisitos de Qualidade: Os requisitos técnicos e de qualidade para a prestação desse serviço são estabelecidos por legislação federal específica (como a Lei nº 14.967/2024 e as normas da Polícia Federal, entre as quais a Portaria DG/PF nº 18.045/2023), que regulamenta a atividade de segurança privada. Esses padrões (ex: qualificação dos vigilantes, porte de arma, equipamentos, escalas de trabalho) são objetivos e não dependem de uma criação ou inovação peculiar à PRF.

4.3.2.2. Existência de Mercado Especializado

4.3.2.2.1. Disponibilidade no Mercado: O serviço de vigilância patrimonial armada é amplamente oferecido por empresas especializadas no mercado de segurança privada. Trata-se de uma atividade corriqueira, com rotinas, procedimentos e custos bem estabelecidos.

4.3.2.2.2. Não Singularidade: A contratação não exige a criação ou adaptação de um serviço único, o que o diferenciaria de um serviço técnico especializado ou incomum.

4.3.2.3. Utilização do Pregão (Modalidade de Licitação)

4.3.2.3.1. Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021): Historicamente, o serviço de vigilância patrimonial, inclusive a armada, tem sido licitado sob a modalidade de Pregão (geralmente eletrônico). O Pregão é a modalidade obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns.

4.3.2.3.2. A jurisprudência e a prática dos órgãos de controle (como o Tribunal de Contas da União - TCU) consolidaram o entendimento de que a vigilância, por ser padronizável, se enquadra na definição de serviço comum.

4.3.2.3.3. Em suma, a prestação de serviços contínuos de vigilância patrimonial armada é considerada um serviço comum porque seus requisitos podem ser claramente definidos no Termo de Referência ou Projeto Básico, permitindo que a Administração Pública contrate a proposta mais vantajosa com base em parâmetros de qualidade e desempenho já estabelecidos e disponíveis no mercado, utilizando, via de regra, a modalidade de licitação Pregão.

4.4. Classificação como serviços de natureza contínua:

4.4.1. Critérios para a Classificação de Serviços Contínuos na Administração Pública

4.4.1.1. A Administração Pública, ao contratar serviços, baseia-se na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (atualmente, Lei nº 14.133/2021). Embora a lei não defina exaustivamente o que são serviços contínuos, a doutrina e a jurisprudência consolidaram o entendimento de que são aqueles cuja interrupção pode comprometer a continuidade das atividades essenciais do órgão, e que são necessários de forma permanente ou prolongada.

4.4.1.2. Em resumo, um serviço é considerado contínuo quando:

4.4.1.2.1. Atende a uma necessidade permanente: A demanda por esses serviços não é pontual, mas constante no tempo.

4.4.1.2.2. A interrupção prejudica o interesse público: A paralisação da prestação do serviço causaria transtornos significativos ao funcionamento do órgão ou à sua missão institucional.

4.4.1.2.3. Permite a prorrogação contratual: Diferentemente de serviços “por escopo” (que se encerram com a entrega do objeto), os serviços contínuos podem ter seus contratos prorrogados por sucessivos períodos, devido à sua natureza duradoura.

4.4.2. A classificação dos serviços de vigilância patrimonial armada no âmbito da Polícia Rodoviária Federal no Ceará (PRF-CE) como de natureza contínua é justificada pelo atendimento de dois critérios essenciais definidos pela legislação e regulamentação de contratações públicas: a necessidade permanente da Administração e a manutenção da integridade do patrimônio.

4.4.2.1. Necessidade Permanente da Administração (Proteção e Preservação)

4.4.2.1.1. O principal critério para classificar um serviço como contínuo é a necessidade da Administração em obtê-lo de forma ininterrupta ou de longa duração para a manutenção das suas atividades e a consecução de seus objetivos.

4.4.2.1.1.1. Proteção 24/7: A Polícia Rodoviária Federal possui instalações fixas (unidades operacionais, delegacias, superintendência) que abrigam bens de alto valor (viaturas, armamentos, equipamentos de comunicação, tecnologia) e, fundamentalmente, documentos e informações sigilosas. A ameaça de furto, roubo, vandalismo ou invasão não se restringe a horários comerciais. A vigilância armada é, portanto, uma necessidade de segurança que deve ser prestada 24 horas por dia, 7 dias por semana (ininterrupta).

4.4.2.1.1.2. Apoio à Atividade-Fim: A PRF tem como atividade-fim a segurança pública nas rodovias federais. Garantir que suas instalações e equipamentos estejam protegidos é uma atividade-meio indispensável para que os policiais possam se dedicar integralmente às suas funções de patrulhamento e fiscalização, sem se desviarem para a guarda física das unidades.

4.4.2.2. Essencialidade e Rotina Operacional

4.4.2.2.1. Os serviços contínuos são aqueles que estão ligados diretamente à rotina administrativa e operacional e que, se interrompidos, podem comprometer a regularidade e a segurança do funcionamento do órgão.

4.4.2.2.1.1. Preservação da Ordem e do Patrimônio: A interrupção da vigilância armada, mesmo que por um curto período, expõe imediatamente o patrimônio público (viaturas, armas, combustível) e a segurança do próprio pessoal da PRF a riscos elevados.

4.4.2.2.1.2. Previsibilidade e Rotina: O serviço é realizado por meio de escalas e postos de trabalho fixos (vigias), com rotinas e procedimentos de segurança bem definidos e repetitivos. Essa previsibilidade e repetição caracterizam a natureza continuada da prestação.

4.4.2.3. Fundamento Legal em Contratações

4.4.2.3.1. A classificação se alinha ao entendimento da Lei de Licitações e Contratos.

Legislação	Dispositivo	Conceito de Serviço Contínuo
Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações)	Não traz definição expressa, mas permite prorrogação.	Permite que a contratação de serviços e fornecimentos contínuos seja prorrogada sucessivamente, visando a obtenção de preços e condições mais vantajosas.
Instrução Normativa		

SEGES/ME nº 5 /2017 (Aplicável ao Poder Executivo Federal)	Art. 15, § 1º, V	Define serviços contínuos como aqueles que “cuja interrupção possa comprometer a continuidade das atividades da Administração”.
--	------------------	---

4.4.3. A necessidade de manter a segurança do patrimônio da PRF de forma ininterrupta é o elemento central que justifica a classificação da vigilância armada como um serviço de natureza contínua, permitindo contratos com prazos mais longos e prorrogações para garantir a eficiência e a economicidade na gestão pública.

5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Núcleo de Contrainteligência - NUCINT-CE	FLAVIO FIGUEIREDO FERNANDES

6. Descrição dos Requisitos da Contratação

6.1. Para a contratação da prestação de serviços contínuos de vigilância patrimonial armada para atender às necessidades da Polícia Rodoviária Federal no Ceará (Unidades: Sede da SPRF-CE, CTNE, DEL02 - Delegacia em Canindé/CE, DEL03 - Delegacia em Russas/CE e DEL04 - Delegacia em Sobral/CE), os requisitos gerais seguirão as diretrizes da legislação brasileira aplicável a licitações e contratos administrativos, especialmente a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e as normas e manuais específicos do Ministério da Economia.

6.2. Principais requisitos e aspectos a serem considerados para a contratação:

6.2.1. Requisitos para a Empresa Contratada (Pessoa Jurídica):

6.2.1.1. Habilitação Jurídica:

6.2.1.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

6.2.1.1.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.2.1.1.3. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

6.2.1.1.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.2.1.1.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

6.2.1.1.6. Autorização/revisão de autorização de funcionamento, expedido pela Polícia Federal nos termos do art. 40, inciso I, da Lei nº 14.967/2024, para prestação de serviços de segurança privada, na atividade de vigilância patrimonial, para atuar no Ceará, com certificado de segurança válido.

6.2.1.1.7. Comprovação, por meio de certidão/declaração ou outro documento afim, em plena validade, emitido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará, referente à exigência prevista no art. 40, §1º, Lei nº 14.967/2024.

6.2.1.2. Não poderão disputar a licitação para a contratação do objeto:

6.2.1.2.1. Pessoa física, em razão da contratação em tela exigir capital social mínimo e estrutura mínima com equipe de profissionais para a execução do objeto, incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme Parágrafo único do Art. 4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 116, de 21 de dezembro de 2021.

6.2.1.2.2. Microempreendedor individual (MEI), tendo em vista a contratação em tela tratar-se de modalidade de cessão ou locação de mão de obra, nos termos do art. 112, caput e §§ 1º a 4º da Resolução CGSN nº 140, de 2018.

6.2.1.2.3. Sociedades cooperativas, tendo em vista que os serviços de vigilância demandam relação de subordinação, não será permitida a participação de sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no Art. 5 da Lei n.º 12.690, de 19 de julho de 2012, bem como a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, e ainda o disposto no Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a AGU.

6.2.1.2.4. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, em razão de não se tratar de contratação de serviços de grande vulto, não se tratar de objeto de alta complexidade técnica, não representar risco à competitividade do certame; bem como devido à alta complexidade que a aceitação envolveria, à morosidade do processo decorrente de eventual aceitação, à dificuldade de gestão e fiscalização, e o risco à competitividade, uma vez que várias empresas que poderiam competir entre si podem formar um grande consórcio e restringir a ampla competitividade necessária à licitação.

6.2.1.2.5. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

6.2.1.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

6.2.1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

6.2.1.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede da licitante (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, certidões estaduais e/ou municipais).

6.2.1.3.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF).

6.2.1.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT).

6.2.1.4. Qualificação Econômico-Financeira:

6.2.1.4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de sociedade simples;

6.2.1.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua apresentação;

6.2.1.4.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez, Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

6.2.1.4.4. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses; e

6.2.1.4.5. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação (valor total do Grupo 1) para o período de doze meses;

6.2.1.4.6. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo I-I deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e /ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

6.2.1.4.6.1. A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

6.2.1.4.6.2. Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

6.2.1.5. Qualificação Técnico-Operacional

6.2.1.5.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

6.2.1.5.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

6.2.1.5.1.2. Contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 3 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

6.2.1.5.1.3. Contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados.

6.2.2. Requisitos de Sustentabilidade

6.2.2.1. Conforme orientação do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, os requisitos de sustentabilidade, abaixo relacionados, serão inseridos como Obrigações do Contratado, as quais se encontram na Minuta de Contrato.

6.2.2.2. A Contratada deverá observar, quando couber, os seguintes requisitos de sustentabilidade:

6.2.2.2.1. Promover curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.

6.2.2.2.2. Administrar situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.

6.2.2.2.3. Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

6.2.2.2.4. Disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aos vigilantes para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

6.2.2.2.5. A Contratada deverá orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança.

6.2.2.2.6. Utilizar somente equipamentos e materiais de intercomunicação (como rádios, lanternas e lâmpadas) de menor impacto ambiental.

6.2.2.2.7. Observar a Resolução CONAMA nº 401/2008, para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio.

6.2.2.2.8. Utilizar pilhas recarregáveis para uso em lanternas em rondas realizadas no período noturno, evitando o uso de pilhas ou baterias que contenham substâncias perigosas em sua composição.

6.2.2.2.9. A contratada deverá, preferencialmente, utilizar planilhas eletrônicas para registro de entrada e saída de veículos, pessoas e materiais no ambiente de prestação de serviços para controlar acessos e realizar análises gerenciais, evitando o uso de papel.

6.2.2.2.10. Eliminar o uso de copos descartáveis na prestação de serviços nas dependências do órgão ou entidade.

6.2.2.2.11. Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços.

6.2.2.2.12. É obrigação da contratada treinar e capacitar periodicamente seus empregados no atendimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como prevenção de incêndio, práticas de redução do consumo de água, energia e redução da geração de resíduos para implementação das lições aprendidas durante a prestação dos serviços.

6.2.2.2.13. É de responsabilidade da contratada o fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) em bom estado de utilização aos seus funcionários, prezando pela saúde e segurança durante a execução da prestação dos serviços.

6.2.2.2.14. A contratada deve manter equipamentos e demais materiais necessários à prestação dos serviços em bom estado de funcionamento evitando danos às pessoas e às instalações do órgão.

6.2.2.2.15. A contratada deverá adotar, quando couber, em cumprimento ao disposto no Art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, publicada no DOU de 20/01/2010, as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços:

I - Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II - Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

III- Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

IV - Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

V - Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será

procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN /MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto n. 10.936, de 12 de janeiro de 2022;

VI - Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

VII - Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008;

6.2.2.2.16. A contratada deverá adotar, quando couber, em cumprimento ao disposto no Art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, publicada no DOU de 20/01/2010, as seguintes práticas de sustentabilidade quando do fornecimento de materiais e equipamentos:

I - Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II - Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III - Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV - Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

6.2.3. Requisitos de previsões antidiscriminatórias:

6.2.3.1. Garantir tratamento de todos os trabalhadores com respeito, igualdade e dignidade, de modo que não haja discriminação por motivo de raça, gênero, orientação sexual, religião, deficiência ou qualquer outra condição pessoal.

6.2.3.2. Promover ações de letramento e capacitação adequados para o atendimento ao público de maneira respeitosa, inclusiva e livre de qualquer discriminação.

6.2.3.3. Reforçar aos prestadores de serviço terceirizado a importância da urbanidade e respeito amplo ao público, adotando medidas preventivas para evitar todo e qualquer tipo de discriminação no âmbito da unidade atendida por este contrato.

6.2.3.4. Observar a Portaria MGI 6719, de 13 de setembro de 2024, que instituiu o Plano Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação na Administração Pública Federal, suas Autarquias e Fundações.

6.2.3.5. Desenvolver políticas de enfrentamento do assédio e da discriminação nas relações de trabalho, bem como, na sua gestão, e ações de formação para suas empregadas e empregados.

7. Levantamento de Mercado

7.1. O levantamento de mercado para a contratação de serviços contínuos de vigilância patrimonial armada pela Polícia Rodoviária Federal no Ceará (PRF-CE) é uma etapa crucial do Planejamento da Contratação, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).

7.2. O objetivo é analisar as alternativas, soluções e preços disponíveis no mercado para formatar o Termo de Referência (TR) e a pesquisa de preços de forma adequada.

7.2.1. Análise das Alternativas e Soluções Possíveis:

7.2.1.1. A análise de mercado para vigilância patrimonial armada tipicamente se concentra em três soluções principais, sendo uma delas a mais comum:

7.2.1.1.1. Solução Padrão (Mais Comum e Adequada):

Solução	Descrição	Adequação à PRF-CE
Terceirização Integral do Serviço Armado	Contratação de uma empresa especializada e autorizada pela Polícia Federal para fornecer vigilantes armados, uniformizados e equipados em postos fixos 24 horas/dia, em regime contínuo, nas cinco unidades da PRF no Ceará (Sede, CTNE, DEL02, DEL03, DEL04).	Alta. É a solução mais adotada pela Administração Pública, pois transfere o ônus da gestão de pessoal, armamento, certificação e responsabilidade legal para a Contratada, liberando o efetivo policial da PRF para a atividade-fim.

7.2.1.1.2. Solução Alternativa (Raramente Viável):

Solução	Descrição	Justificativa de Não Adequação
Vigilância Desarmada	Contratação de vigilantes sem porte de arma, focados apenas no controle de acesso e ronda visual.	Baixa. Inadequada para a PRF, que lida com alto risco, presença de armamento institucional, e bens de alto valor em suas unidades. Comprometeria a segurança exigida por ser uma força de segurança pública.

7.2.1.1.3. Solução Tecnológica (Complementar):

Solução	Descrição	Aplicação em Conjunto
Monitoramento Eletrônico Remoto	Implementação de CFTV (câmeras), controle de acesso por biometria ou cartão, alarmes e cerca elétrica, com monitoramento feito por uma central terceirizada.	Alta. Não substitui a vigilância armada humana, mas a complementa. Pode reduzir a necessidade de postos físicos em áreas de menor risco, otimizando o custo total da contratação (solução híbrida).

7.2.1.2. Conclusão da Análise: A solução mais viável, legal e segura é a Terceirização Integral do Serviço Armado, combinada com a utilização de tecnologia de segurança já existente ou a ser implantada (Solução Híbrida).

7.2.2. Análise e Consolidação de Custos:

7.2.2.1. O custo do serviço de vigilância é regido pela Planilha de Custos e Formação de Preços (Anexo V da IN SEGES/ME nº 5/2017 ou equivalente). A pesquisa de mercado deve apurar os valores de:

7.2.2.1.1. Mão de Obra: Salário normativo da categoria de vigilantes no Ceará (definido pela CCT), encargos sociais (INSS, FGTS, etc.) e reserva técnica.

7.2.2.1.2. Insumos: Custo do armamento, coletes balísticos, uniformes, rádios comunicadores e seguro de vida.

7.2.2.1.3. Custos Indiretos (BDI): Taxa de lucro e despesas administrativas cobradas pela empresa (Benefícios e Despesas Indiretas).

7.2.2.2. O levantamento de mercado deve consolidar o preço médio por Posto de Vigilância Armado 24h /mês no Ceará, servindo como o Valor Estimado da Contratação para o processo licitatório.

7.2.3. Justificativa Técnica e Econômica da Escolha

7.2.3.1. A escolha da solução acima mais viável, legal e segura é justificada tanto por critérios técnicos de segurança e conformidade legal quanto por critérios econômicos de eficiência e gestão de custos.

7.2.3.1.1. Justificativa Técnica (Segurança, Legalidade e Eficiência Operacional):

7.2.3.1.1.1. A escolha pela terceirização integral garante a máxima conformidade e segurança, conforme detalhado abaixo:

7.2.3.1.1.1.1. Conformidade Legal e Regulamentar

7.2.3.1.1.1.1.1. Especialização Obrigatória: A vigilância armada é uma atividade de alto risco e estritamente regulamentada pela Polícia Federal (PF), exigindo autorização específica, fiscalização rigorosa, treinamento constante, e gestão de armamento, coletes balísticos e munição.

7.2.3.1.1.1.1.2. Transferência de Risco: Ao terceirizar, a PRF transfere a responsabilidade legal e operacional de manter a conformidade com a PF para a empresa contratada. A PRF evita o ônus logístico e jurídico de gerenciar diretamente o efetivo, o armamento e as certificações exigidas.

7.2.3.1.1.1.2. Foco na Atividade-Fim e Efetividade Operacional

7.2.3.1.1.1.2.1. Liberação do Efetivo Policial: A PRF tem como atividade-fim a segurança pública nas rodovias. A terceirização libera o efetivo de Policiais Rodoviários Federais (PRFs) para as funções essenciais de fiscalização e patrulhamento, sem desvio de finalidade para a guarda patrimonial das unidades (Sede, CTNE, DELs).

7.2.3.1.1.1.2.2. Profissionalismo Específico: Os vigilantes armados são treinados especificamente para a segurança patrimonial, controle de acesso e pronta-resposta a invasões, complementando a segurança das instalações com um padrão de serviço padronizado e especializado.

7.2.3.1.1.1.3. Continuidade e Cobertura Ininterrupta

7.2.3.1.1.1.3.1. Serviço Contínuo: A solução terceirizada garante a cobertura ininterrupta (24 horas por dia, 7 dias por semana). A empresa contratada é responsável pela gestão da reserva técnica, férias, afastamentos e faltas, assegurando que os postos jamais fiquem desguarnecidos.

7.2.3.1.2. Justificativa Econômica:

7.2.3.1.2.1. A terceirização demonstra ser a solução economicamente mais vantajosa para a Administração Pública:

7.2.3.1.2.1.1. Economia de Custos Indiretos e Gestão

Alternativa	Custos Envolvidos	Vantagem Econômica da Terceirização
Terceirização	Paga-se o valor total do posto (salário + encargos + insumos + BDI).	Evita Custos Ocultos: A PRF não arca com os custos de aquisição, manutenção e depreciação de armamento, coletes, veículos de supervisão, uniformes, treinamento de reciclagem e gestão de passivos trabalhistas.

7.2.3.1.2.1.2. Competitividade via Licitação

7.2.3.1.2.1.2.1. Vantagem do Pregão: Ao classificar o serviço como comum, a contratação pode ser realizada via Pregão Eletrônico. Esta modalidade, por ser ampla e competitiva, tende a gerar o menor preço global por Posto/Hora, garantindo a seleção da proposta economicamente mais vantajosa, conforme exigido pela Lei nº 14.133/2021.

7.2.3.2. Conclusão: A Terceirização Integral do Serviço Armado é a única solução que atende simultaneamente aos imperativos de alta segurança, conformidade legal com a PF, eficiência na gestão do efetivo policial e otimização dos recursos públicos para a SPRF-CE.

8. Descrição da solução como um todo

8.1. A solução para a contratação da prestação de serviços contínuos de vigilância patrimonial armada para a Polícia Rodoviária Federal no Ceará (PRF-CE) consiste na Terceirização Integral da Mão de Obra e Insumos necessários à proteção das unidades abaixo relacionadas.

8.2. O serviço será classificado como Serviço Comum de Natureza Contínua e licitado na modalidade Pregão, garantindo a cobertura ininterrupta e especializada nas seguintes Unidades:

8.2.1. Sede da SPRF-CE (Superintendência em Fortaleza)

8.2.2. CTNE (Centro de Treinamento do Nordeste)

8.2.3. DEL02 (Delegacia em Canindé/CE)

8.2.4. DEL03 (Delegacia em Russas/CE)

8.2.5. DEL04 (Delegacia em Sobral/CE)

8.3. Objeto da Contratação:

8.3.1. A solução visa a contratação de uma empresa especializada para fornecer o serviço de Vigilância Patrimonial Armada, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, de forma contínua e ininterrupta.

8.3.2. O serviço será dimensionado pela quantidade de Postos de Serviço fixos necessários em cada unidade.

8.3.3. Detalhamento do Posto de Vigilância

8.3.3.1. Cada posto de serviço deve incluir:

8.3.3.1.1. Mão de Obra Qualificada: Vigilante(s) devidamente treinado(s) e com curso de formação /reciclagem válidos e extensão para porte de arma, conforme Portaria da Polícia Federal (PF).

8.3.3.1.2. Regime de Escala: Geralmente em escala de 12x36 horas (12 horas trabalhadas por 36 horas de descanso) ou outra escala contínua, garantindo a substituição e a reserva técnica necessárias para manter o posto guarnecido 100% do tempo.

8.3.3.1.3. Armamento e Munição: Fornecimento e custódia de armamento e munição legalmente autorizados, compatíveis com a legislação da PF, sob responsabilidade da Contratada.

8.3.3.1.4. Equipamentos: Fornecimento obrigatório de uniforme completo, colete balístico dentro do prazo de validade, rádio comunicador, lanterna e demais instrumentos de trabalho (ex: bastão de ronda eletrônica ou sistema equivalente para controle de percurso).

8.3.4. Responsabilidades da Empresa Contratada (Terceirização Integral)

8.3.4.1. A terceirização integral implica que a empresa assume todas as responsabilidades inerentes à gestão do serviço, liberando a PRF de encargos operacionais e legais.

Área de Responsabilidade	Atribuições da Contratada
Recursos Humanos	Recrutamento, seleção, treinamento (formação /reciclagem), pagamento de salários e encargos sociais, gestão de folgas, faltas, férias e reserva técnica.
Conformidade Legal	Manter o Certificado de Autorização de Funcionamento e o Certificado de Segurança (CR) válidos junto à Polícia Federal. Garantir a legalidade do porte de arma e a validade de todos os equipamentos de segurança.
Operação	Elaborar e executar o Plano de Segurança Operacional para cada unidade, incluindo rotinas de ronda, controle de acesso e protocolo de emergência/acionamento.
Logística	Fornecer e manter todos os insumos operacionais (armamento, munição, coletes, uniformes, veículos de supervisão) em perfeito estado de conservação e uso.

8.3.5. Gerenciamento e Fiscalização (PRF)

8.3.5.1. O papel da PRF-CE será o de fiscalizar rigorosamente o cumprimento do contrato, utilizando mecanismos como:

8.3.5.1.1. Termo de Referência (TR): O documento detalhará a exata quantidade de postos por unidade e os Indicadores de Nível de Serviço (Instrumento de Medição de Resultado - IMR).

8.3.5.1.2. Aplicação de Glosas: Descontos e multas contratuais (glosas) serão aplicados sobre o pagamento mensal em caso de falhas na execução, como desguarnecimento de postos, atrasos ou uso de equipamentos irregulares.

8.3.5.1.3. Acompanhamento da PF: A PRF deverá exigir a comprovação periódica de que a empresa mantém sua regularidade e a dos vigilantes perante a Polícia Federal.

8.4. Para a contratação dos serviços de vigilância patrimonial armada será adotada a metodologia de referência estabelecida na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017 e no Caderno de Logística - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL.

8.5. A descrição da solução prevê, portanto, um contrato de serviço contínuo onde a proteção patrimonial armada é garantida por uma empresa especializada, permitindo que os recursos humanos e financeiros da PRF sejam otimizados em sua missão institucional de segurança rodoviária.

8.6. Justificativa para Indenização do Intervalo Intrajornada

8.6.1. Considerando que a presente contratação de serviços de vigilância envolve postos isolados ou com efetivo reduzido, a decisão administrativa de não conceder o intervalo intrajornada, optando-se pela indenização, baseia-se nos princípios da eficiência, economicidade e supremacia do interesse público, conforme justificativa legal e técnica a seguir:

8.6.1.1. Fundamentação Legal e Normativa

8.6.1.1.1. A possibilidade de indenização do intervalo intrajornada encontra amparo no ordenamento jurídico vigente e nas normas específicas da categoria no Ceará:

8.6.1.1.2. CLT, Art. 71, § 4º: Estabelece que a não concessão ou concessão parcial do intervalo intrajornada obriga o empregador a indenizar o período correspondente com acréscimo de 50% sobre o valor da hora normal.

8.6.1.1.3. CCT 2026/2026 (CE000443/2026), Cláusula 28ª, § 2º: A norma coletiva local prevê expressamente que, nas jornadas de 44h semanais ou 12x36, a não concessão do intervalo importará no pagamento de natureza indenizatória de 01 (uma) hora extra com acréscimo de 50%.

8.6.1.1.4. Lei nº 14.133/2021 (Art. 5º): A Administração deve pautar-se pelo princípio da economicidade, buscando o melhor resultado com o menor custo possível.

8.6.1.2. Justificativa Técnica: Inviabilidade Logística

8.6.1.2.1. As unidades da PRF no Ceará (especialmente as Delegacias em Canindé, Russas e Sobral) possuem características que dificultam a substituição para intervalo:

8.6.1.2.2. Postos Remotos: A logística de deslocamento de um vigilante "reserva" apenas para cobrir 1 hora de intervalo em delegacias situadas no interior do estado geraria custos de transporte e tempo de deslocamento desproporcionais ao tempo de efetivo serviço.

8.6.1.2.3. Segurança Orgânica: A natureza da atividade policial exige vigilância ininterrupta. A entrada e saída de diferentes profissionais em curtos espaços de tempo para rendição de intervalo pode fragilizar o controle de acesso e a segurança orgânica das instalações.

8.6.1.3. Análise de Economicidade (Custo-Benefício)

8.6.1.3.1. A opção pela indenização demonstra-se mais vantajosa para o erário em comparação à contratação de mão de obra para cobertura de intervalo:

8.6.1.3.2. Contratação de Substituto: Exige o pagamento de salários, encargos, benefícios (VA/VT) e custos operacionais de um vigilante adicional substituto (folguista). Alta complexidade; risco de atrasos na rendição; aumento do fluxo de pessoas de modo a dificultar e comprometer a segurança orgânica.

8.6.1.3.3. Indenização (CCT 2026: Pagamento apenas do reflexo da hora com 50%, sem incidência de encargos sociais (natureza indenizatória)). Simplicidade administrativa; manutenção do mesmo profissional no posto; garantia de continuidade.

8.6.1.4. Conclusão Administrativa

8.6.1.4.1. Diante do exposto, a Administração opta pela indenização da não concessão do intervalo intrajornada, conforme autorizado pela Cláusula Vigésima Oitava da CCT 2026/2026. Tal medida garante que o posto de vigilância não fique desguarnecido e evita o encarecimento excessivo do contrato com a exigência de substituto para cobertura do intervalo intrajornada, que oneraria a planilha de custos em patamares superiores ao valor da indenização prevista na norma coletiva.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

9.1. O quantitativo dos postos de vigilância patrimonial armada a ser contratado, teve como referência a atual contratação para o objeto, conforme Termo Aditivo nº 1 (SEI nº 63202236) ao Contrato nº 12 (SEI nº 59249950), que vem atendendo de forma satisfatória às necessidades da Polícia Rodoviária Federal no Ceará.

9.2. Para que os serviços continuem sendo executados com qualidade, eficiência e segurança, as quantidades estimadas estão expressas na tabela abaixo:

Item	Unidade da PRF-CE	Endereço	Tipo de Posto/Escala de trabalho	Quantidade de postos por local	Quantidade de vigilantes envolvidos
1	Sede da SPRF-CE e CTNE	Rodovia Santos Dumont, 2100, Cajazeiras, Fortaleza /CE	12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas	3	6
2	Sede da SPRF-CE e CTNE	Rodovia Santos Dumont, 2100, Cajazeiras, Fortaleza /CE	12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas	3	6
3	Sede da 2ª Delegacia	BR 020 – Km 303, Canindé/CE	12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas	1	2
4	Sede da 3ª Delegacia	Av. Raul Barbosa, 502, Planalto Bela Vista, Russas/CE	12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas	1	2
5	Sede da 3ª Delegacia	Av. Raul Barbosa, 502, Planalto Bela Vista, Russas/CE	12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas	1	2
6	Sede da 4ª Delegacia	Av. Fernandes Távora, S/N, Sinhá Sabóia, Sobral/CE	12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas	1	2

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.434.880,48

10.1. Tendo em vista que o objeto da contratação é do tipo contratação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva, foi observada a regra específica, prevista no Art. 9º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, conforme transcrição a seguir:

Contratação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva

Art. 9º Na pesquisa de preço para obtenção do preço estimado relativo às contratações de prestação de serviços com regime de dedicação de mão de obra exclusiva, aplica-se o disposto na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, ou outra que venha a substituí-la, observando, no que couber, o disposto nesta Instrução Normativa.

10.2. Dessa forma, foi adotada como metodologia de estimativa de preços e preços referenciais, para a presente contratação, o preenchimento da planilha de custos e formação de preços, com fundamento no item 2.9, b), b.1, do ANEXO V - DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO (PB) OU TERMO DE REFERÊNCIA (TR), da Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017, a seguir transcrito:

2.9. Estimativa de preços e preços referenciais:

b) No caso de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o custo estimado da contratação deve contemplar o valor máximo global e mensal estabelecido em decorrência da identificação dos elementos que compõem o preço dos serviços, definidos da seguinte forma:

b.1. por meio do preenchimento da planilha de custos e formação de preços, observados os custos dos itens referentes ao serviço, (...)

10.3. Para tanto, foi preenchida a Planilha de custos e formação de preços estimativa - vigilância - 2026 - PRF-CE, a qual foi elaborada com base nas "11. Orientações gerais para planilha de custos e formação de preços", disponível em <https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/orientacoes-e-procedimentos/11-orientacoes-gerais-para-planilha-de-custos-e-formacao-de-precos> (consulta realizada no dia 28/10/2025), considerando:

10.3.1. O modelo editável, desenvolvido em formato Excel, de planilha de custos e formação de preços constante do Anexo VII-D da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, conforme Planilha modelo-planilha-para-portal-compras1;

10.3.2. A metodologia do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará – 2019 (Estudo sobre a Composição dos Custos dos Valores Limites Serviços de Vigilância), conforme Caderno Técnico – Vigilância – Ceará – 2019;

10.3.3. CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2026/2026, celebrado entre o SINDESP-SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA DO ESTADO DO CEARÁ, CNPJ n. 23.498.033/0001-09, e o SIND. DOS PROF.VIG.E EMPREG.EM EMP.E SER.DE SEG.,VIG.TRANSP.VAL.,C. DE FORM. DE VIG.,SEG. PESSOAL, CEN.,S.E AFINS CE, CNPJ n. 07.327.000/0001-40, (Número de Registro no MTE: CE000443/2026, Data de registro no MTE: 30/03/2026, Número da solicitação: MR017072/2026, Número do processo: 13624.201050/2026-64, Data do protocolo: 30/03/2026), conforme consulta realizada no dia 08/04/2026 em <https://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/Resumo/resumoVisualizarSalvarMsWordDoc?NrSolicitacao=MR017072/2026>, identificada e utilizada como Convenção Coletiva de Trabalho paradigma, conforme Instrução Normativa SEGES/MGI nº 176, de 25 de novembro de 2024;

10.3.4. Memória de cálculo da planilha de custos estimativa - vigilância - 2026 - PRF-CE.

10.3.5. Para os Insumos Diversos (Uniforme/Materiais/Equipamentos) foi realizada, no Compras.gov, no Módulo Pesquisa de Preços, pesquisa de preços unitários de tais itens, sendo utilizada a mediana dos valores obtidos na pesquisa. Para Insumos Diversos (Sistema de Ronda) foi realizada pesquisa de preços em sites eletrônicos especializados de domínio amplo, sendo utilizada a mediana dos preços obtidos.

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

11.1. A decisão de não parcelar o objeto da contratação dos serviços contínuos de vigilância patrimonial armada para a Polícia Rodoviária Federal no Ceará (PRF-CE), englobando as cinco unidades (Sede, CTNE, DEL02, DEL03 e

DEL04), é fundamentada no princípio da economicidade, na padronização técnica e na viabilidade gerencial, conforme previsto na legislação de licitações.

11.2. O não parcelamento se justifica pela verificação de que a adjudicação por item único (contratação global) é mais vantajosa para a Administração do que a divisão em lotes separados.

11.3. Justificativa Técnica: Risco Operacional e Padronização

11.3.1. O parcelamento poderia introduzir riscos operacionais e comprometer a segurança, que é o objetivo principal da contratação.

11.3.1.1. Padronização e Coerência: A contratação única garante a uniformidade dos procedimentos de segurança, dos equipamentos e do nível de treinamento dos vigilantes em todas as unidades da PRF-CE. Ter múltiplas empresas em uma mesma Superintendência pode gerar descoordenação nos protocolos de emergência.

11.3.1.2. Comando e Controle: A PRF-CE necessita de um único ponto de contato gerencial (preposto da contratada) para o controle, a supervisão e a fiscalização dos serviços em todo o estado. O parcelamento dificultaria a gestão do contrato, pois exigiria a coordenação de diferentes empresas, com diferentes sistemas, supervisores e processos de segurança.

11.3.1.3. Interoperabilidade: Em um cenário de emergência (ex: deslocamento de vigilantes entre unidades próximas, ou necessidade de reforço mútuo), a gestão por uma única empresa facilita a pronta-resposta e a comunicação entre as equipes de segurança.

11.4. Justificativa Econômica: Ganhos de Escala

11.4.1. O não parcelamento maximiza a competitividade do certame e a obtenção de preços mais vantajosos para o erário.

11.4.1.1. Maior Interesse de Grandes Empresas: A contratação de um volume maior de postos (o somatório das cinco unidades) atrai empresas de grande porte e com maior capacidade operacional e financeira. Essas empresas, ao licitarem um volume expressivo de postos, conseguem oferecer preços unitários mais baixos devido aos ganhos de escala na compra de insumos (armamento, coletes, uniformes) e na otimização da reserva técnica e supervisão.

11.4.1.2. Redução de Custos Administrativos: A PRF arca com os custos administrativos e de fiscalização de apenas um contrato, em vez de cinco contratos distintos, o que representa economia de tempo, recursos humanos (fiscais) e materiais (processos, medições, pagamentos).

11.4.1.3. Viabilidade Econômica do Contrato: O volume de postos, especialmente em unidades mais remotas (DEL02, DEL03, DEL04), pode ser pequeno individualmente. O parcelamento dessas unidades em lotes separados pode torná-las antieconômicas e desinteressantes para os licitantes, resultando em propostas elevadas ou mesmo na ausência de interessados.

11.5. Conclusão Legal

11.5.1. O não parcelamento está amparado pelo art. 40, § 5º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que determina que “o parcelamento será obrigatório, desde que seja tecnicamente e economicamente viável”.

11.5.2. Neste caso, o não parcelamento é justificado porque a divisão em lotes resultaria em perda de economia de escala e prejuízo à padronização, comando e segurança operacional da Polícia Rodoviária Federal no Ceará.

11.5.3. Dessa forma, os itens 1 a 6 deverão ser reunidos em grupo único (Grupo 1).

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

12.1. A contratação dos serviços contínuos de vigilância patrimonial possui correlação com contratação dos serviços de vigilância eletrônica ou de monitoramento eletrônico, cuja viabilidade de ser implantada no âmbito da Polícia Rodoviária Federal no Ceará deverá ser verificada.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1. A presente contratação está alinhada ao Plano Anual de Contratações (PAC) 2026 da UASG: 200112 - SUPERINTENDÊNCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-CE, conforme detalhamento a seguir:

13.1.1. ID PCA no PNCP: 00394494010441-0-000014/2026;

13.1.2. Data de publicação no PNCP: 07/04/2025;

13.1.3. Id do item no PCA: 54;

13.1.4. Classe/Grupo: 852 - SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO E SEGURANÇA;

13.1.5. Identificador da Futura Contratação: 200112-3/2026.

13.2. A contratação também está alinhada ao planejamento estratégico estabelecido no Plano Estratégico para o período 2023 a 2028 da PRF, aprovado pela Portaria DG/PRF nº 245, de 30 de junho de 2023 (SEI 49401498).

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

14.1. Os benefícios da contratação de serviços contínuos de vigilância patrimonial armada para a Polícia Rodoviária Federal (PRF) no Ceará estão intimamente ligados à proteção dos ativos, da integridade física das pessoas e à otimização da atuação dos próprios policiais.

14.2. A vigilância armada é especialmente recomendada em locais que, como as unidades da PRF (Sedes, Delegacias, Centros de Treinamento), podem ser considerados de alto risco ou que armazenam bens de alto valor ou estratégicos para a segurança pública.

14.3. Os resultados pretendidos (ou objetivos) com a contratação da prestação de serviços contínuos de vigilância patrimonial armada para a Polícia Rodoviária Federal no Ceará (PRF-CE) são focados em garantir a segurança institucional, a continuidade operacional e a conformidade legal, traduzindo-se em benefícios estratégicos e táticos para a Administração Pública.

14.4. Esses resultados podem ser categorizados em objetivos de Segurança, Operacionais e Econômicos:

14.4.1. Objetivos de Segurança e Proteção Patrimonial

14.4.1.1. O resultado primário é a proteção integral dos bens e pessoas nas unidades da PRF no Ceará.

14.4.1.1.1. Garantia da Inviolabilidade do Patrimônio: Assegurar a integridade física e a permanência de todos os bens da União nas cinco unidades (Sede, CTNE, DEL02, DEL03, DEL04), incluindo:

14.4.1.1.1.1. Ativos de Alto Valor: Viaturas, armamentos e munições custodiadas, equipamentos de comunicação, servidores e equipamentos de tecnologia da informação.

14.4.1.1.2. Instalações: Estruturas físicas, edifícios e áreas de acesso restrito.

14.4.1.1.3. Dissuasão e Prevenção: A presença ostensiva de vigilantes armados qualificados atua como fator de inibição contra tentativas de furto, roubo, vandalismo, sabotagem ou invasão de criminosos e vândalos.

14.4.1.1.4. Pronta-Resposta e Intervenção: Dispor de profissionais treinados e legalmente autorizados a intervir e dar a primeira resposta a incidentes de segurança, protegendo o local até a chegada do efetivo policial ou de outras autoridades.

14.4.1.1.5. Controle de Acesso Rigoroso: Garantir que o acesso às instalações seja controlado de forma eficiente e segura, permitindo a entrada apenas de pessoal autorizado e veículos credenciados.

14.4.2. Objetivos Operacionais e Institucionais

14.4.2.1. Estes resultados visam otimizar o uso dos recursos e o foco da PRF em sua missão principal.

14.4.2.1.1. Foco na Atividade-Fim: O resultado operacional mais crítico é a liberação do efetivo de Policiais Rodoviários Federais para que possam se dedicar exclusivamente às atividades de segurança viária e combate ao crime nas rodovias (atividade-fim da PRF), sem desvio de tempo ou recursos para a guarda estática das instalações (atividade-meio).

14.4.2.1.2. Continuidade e Confiabilidade do Serviço: Assegurar a cobertura contínua (24/7) em todos os postos de vigilância, garantindo que o serviço nunca seja interrompido por faltas, férias ou problemas de gestão de pessoal, conforme exigido pelo conceito de serviço contínuo.

14.4.2.1.3. Padronização dos Procedimentos: Garantir que os protocolos de segurança, registro de ocorrências e rotinas de ronda sejam executados de forma uniforme e padronizada em todas as unidades do Ceará, facilitando a supervisão e o controle pela PRF-CE.

14.4.2.1.4. Conformidade Legal: Obter um serviço prestado por uma empresa que atenda integralmente a todas as exigências da Polícia Federal (registro, alvará, certificação de segurança) e da legislação trabalhista e fiscal, minimizando o risco de responsabilização subsidiária da União.

14.4.3. Objetivos Econômicos e de Gestão

14.4.3.1. Estes resultados estão ligados à eficiência na alocação dos recursos públicos.

14.4.3.1.1. Obtenção do Preço Mais Vantajoso: Através do Pregão (competição), o resultado pretendido é contratar o serviço pelo menor preço possível (custo por posto-hora) que seja compatível com a qualidade e a conformidade legal exigidas.

14.4.3.1.2. Gestão Simplificada: Obter a transferência da complexidade de gestão de pessoal, armamento e logística para a empresa contratada, reduzindo o custo administrativo interno da PRF com a manutenção de um quadro de segurança próprio.

14.4.3.1.3. Mensuração do Desempenho: Utilizar os Indicadores de Nível de Serviço (Instrumento de Medição de Resultado - IMR) para garantir que a qualidade contratada seja a qualidade efetivamente entregue. O resultado é a garantia de que o valor pago corresponda integralmente ao desempenho esperado, com aplicação de glosas em caso de falha.

14.5. Em suma, a contratação de vigilância patrimonial armada é um investimento que visa elevar o padrão de segurança institucional da PRF no Ceará, permitindo que seus recursos humanos e materiais sejam mais bem empregados em sua missão principal de segurança viária.

15. Providências a serem Adotadas

15.1. Tendo em vista que a Polícia Rodoviária Federal no Ceará já possui contrato em andamento, referente aos serviços de vigilância patrimonial armada, não será necessária nenhuma providência para adequação do ambiente do Órgão.

16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1. A redução de possíveis impactos ambientais será realizada por meio da inclusão de critérios de sustentabilidade ambiental na Minuta de Contrato, como obrigações do Contratado, conforme discriminado no Item 6 do presente instrumento.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

A viabilidade da contratação da prestação de serviços contínuos de vigilância patrimonial armada para a Polícia Rodoviária Federal (PRF) no Ceará está justificada e declarada com base em sólidos critérios de necessidade institucional, conformidade legal, segurança operacional e eficiência econômica, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria 314 (70132605).

JEFFERSON CALDAS DE BRITO

Membro da 19.1. Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 22/04/2026 às 09:43:11.

Despacho: Portaria 314 (70132605)

CRISTIANO DE OLIVEIRA SANTOS

Membro da 19.1. Equipe de Planejamento da Contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Planilha de custos e formação de preços - vigilância 2026 - PRF-CE.pdf (830.45 KB)
- Anexo II - Memória de calculo da planilha de custos estimativa - vigilância 2026 - PRF-CE.pdf (1.06 MB)
- Anexo III - CCT 2026-2026 e Anexo II.pdf (544.62 KB)
- Anexo IV - Termo de conciliação judicial firmado entre o MPT e a União.pdf (577.58 KB)

Grupo	Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade para o período da vigência contratual	Valor unitário máximo	Valor total máximo
1	1	Posto de vigilância, 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, para a Sede da SPRF-CE e CTNE em Fortaleza/CE.	Posto mensal	72	R\$ 12.823,62	R\$ 923.300,64
	2	Posto de vigilância, 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, para a Sede da SPRF-CE e CTNE em Fortaleza/CE.	Posto mensal	72	R\$ 15.094,76	R\$ 1.086.822,72
	3	Posto de vigilância, 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, para a DEL02 - Delegacia em Canindé/CE.	Posto mensal	24	R\$ 15.678,00	R\$ 376.272,00
	4	Posto de vigilância, 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, para a DEL03 - Delegacia em Russas/CE.	Posto mensal	24	R\$ 12.856,70	R\$ 308.560,80
	5	Posto de vigilância, 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, para a DEL03 - Delegacia em Russas/CE.	Posto mensal	24	R\$ 15.152,18	R\$ 363.652,32
	6	Posto de vigilância, 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, para a DEL04 - Delegacia em Sobral/CE.	Posto mensal	24	R\$ 15.678,00	R\$ 376.272,00
Valor total máximo do Grupo 1						R\$ 3.434.880,48

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS
(Conforme modelo previsto no anexo VII-D da IN SEGES/MP nº 5/2017)

Item 1: Posto de vigilância, 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, para a Sede da SPRF-CE e CTNE em Fortaleza/CE.

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	Conforme Edital
B	Município/UF	Fortaleza/CE
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	2026/2026
D	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO:

Tipo de serviço	Vigilância
Unidade de Medida	Posto de trabalho
Quantidade total a contratar	3

1. MÓDULOS

Mão de obra

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Vigilância
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.952,07
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Vigilante
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	1º de janeiro

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

Módulo 1 - Composição da Remuneração (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

1	Composição da Remuneração	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Salário Base	100,00%	R\$ 1.952,07
B	Adicional de Periculosidade	30,00%	R\$ 585,62
C	Adicional Noturno		R\$ 0,00
D	Adicional de Hora Noturna Reduzida		R\$ 0,00
E	Outros (especificar)		R\$ 0,00
Total			R\$ 2.537,69

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 211,47
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	R\$ 307,06
Total			R\$ 518,53

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. (Incluído pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 611,24
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 76,40
C	SAT	2,61%	R\$ 79,62
D	SESC ou SESI	1,50%	R\$ 45,84
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 30,56
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 18,33
G	INCRA	0,20%	R\$ 6,11
H	FGTS	8,00%	R\$ 244,49
Total		36,41%	R\$ 1.112,59

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Observação (1): O percentual SAT (Seguro Acidente do Trabalho) corresponde ao RAT AJUSTADO, o qual é obtido por RAT x FAP. Portanto, o licitante deverá preencher o SAT com percentual do RAT AJUSTADO = RAT x FAP e apresentar documento apto a comprová-lo.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor de referência	Custo total	Desconto	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 5,40	R\$ 162,00	R\$ 117,12	R\$ 44,88
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ 39,01	R\$ 585,15	R\$ 70,22	R\$ 514,93
C	Assistência Médica e Familiar	R\$ 147,56	R\$ 147,56	R\$ 0,00	R\$ 147,56
D	Auxílio Funeral				R\$ 0,74
E	Seguro de Vida (Morte/Invalidez)				R\$ 11,12
F	Auxílio-Creche/reembolso-creche	R\$ 526,64			R\$ 105,32
Total					R\$ 824,55

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 518,53
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 1.112,59
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 824,55
Total		R\$ 2.455,67

Módulo 3 - Provisão para Rescisão (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

3	Provisão para Rescisão	Percentual	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 10,57
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ 0,84
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,16%	R\$ 4,06
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,85%	R\$ 46,87
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,67%	R\$ 17,06
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3,04%	R\$ 77,14
Total			R\$ 156,54

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Dias de reposição	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	15,0000	R\$ 214,57
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	5,0924	R\$ 72,84
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,3250	R\$ 4,64
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,6913	R\$ 9,88
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,2475	R\$ 3,54
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,0000	R\$ 0,00
Total			R\$ 305,47

Submódulo 4.2 - Substituto na Intraornada (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4.2	Substituto na Intraornada - Intraornada indenizada	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação (intraornada) indenizado	R\$ 259,35
Total		R\$ 259,35

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$ 305,47
4.2	Substituto na Intraornada - Intraornada indenizada	R\$ 259,35
Total		R\$ 564,82

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 105,68
B	Materiais	R\$ 30,44
C	Sistema de gestão de ronda	R\$ 18,04
D	Equipamentos	R\$ 38,07
Total		R\$ 192,23

Nota: Valores mensais por empregado.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	1,20%	R\$ 70,88
B	Lucro	1,20%	R\$ 71,73
C	Tributos		
C.1	Tributos Federais (especificar)		
	PIS	0,65%	R\$ 41,67
	COFINS	3,00%	R\$ 192,35
C.2	Tributos Estaduais (especificar)		
C.3	Tributos Municipais (especificar)		
	ISSQN	2,00%	R\$ 128,23
Total de tributos		5,65%	R\$ 362,25
(1 - total de tributos)		94,35%	
Total			R\$ 504,86

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 2.537,69
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2.455,67
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 156,54
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 564,82
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 192,23
Subtotal (A+B+C+D+E)		R\$ 5.906,95
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 504,86
Valor Total por Empregado (vigilante)		R\$ 6.411,81

VALOR POR POSTO

Item	Tipo de serviço (a)	Valor proposto por vigilante (b)	Quantidade de vigilantes por posto (c)	Valor Proposto por Posto mensal (d = b x c)
1	Vigilância - Posto 12 x 36h - Diurno	R\$ 6.411,81	2	R\$12.823,62

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS
(Conforme modelo previsto no anexo VII-D da IN SEGES/MP nº 5/2017)

Item 2: Posto de vigilância, 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, para a Sede da SPRF-CE e CTNE em Fortaleza/CE.

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	Conforme Edital
B	Município/UF	Fortaleza/CE
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	2026/2026
D	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO:

Tipo de serviço	Vigilância
Unidade de Medida	Posto de trabalho
Quantidade total a contratar	3

1. MÓDULOS

Mão de obra

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Vigilância
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.952,07
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Vigilante
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	1º de janeiro

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

Módulo 1 - Composição da Remuneração (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

1	Composição da Remuneração	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Salário Base	100,00%	R\$ 1.952,07
B	Adicional de Periculosidade	30,00%	R\$ 585,62
C	Adicional Noturno		R\$ 276,00
D	Adicional de Hora Noturna Reduzida		R\$ 287,70
E	Outros (especificar)		R\$ 0,00
Total			R\$ 3.101,39

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 258,44
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	R\$ 375,26
Total			R\$ 633,70

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. (Incluído pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 747,01
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 93,37
C	SAT	2,61%	R\$ 97,31
D	SESC ou SESI	1,50%	R\$ 56,02
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 37,35
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 22,41
G	INCRA	0,20%	R\$ 7,47
H	FGTS	8,00%	R\$ 298,80
Total		36,41%	R\$ 1.359,74

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Observação (1): O percentual SAT (Seguro Acidente do Trabalho) corresponde ao RAT AJUSTADO, o qual é obtido por RAT x FAP. Portanto, o licitante deverá preencher o SAT com percentual do RAT AJUSTADO = RAT x FAP e apresentar documento apto a comprová-lo.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor de referência	Custo total	Desconto	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 5,40	R\$ 162,00	R\$ 117,12	R\$ 44,88
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ 39,01	R\$ 585,15	R\$ 70,22	R\$ 514,93
C	Assistência Médica e Familiar	R\$ 147,56	R\$ 147,56	R\$ 0,00	R\$ 147,56
D	Auxílio Funeral				R\$ 0,74
E	Seguro de Vida (Morte/Invalidez)				R\$ 11,12
F	Auxílio-Creche/reembolso-creche	R\$ 526,64			R\$ 105,32
Total					R\$ 824,55

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 633,70
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 1.359,74
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 824,55
Total		R\$ 2.817,99

Módulo 3 - Provisão para Rescisão (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

3	Provisão para Rescisão	Percentual	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 12,92
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ 1,03
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,16%	R\$ 4,96
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,85%	R\$ 57,28
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,67%	R\$ 20,85
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3,04%	R\$ 94,28
Total			R\$ 191,32

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Dias de reposição	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	15,0000	R\$ 254,61
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	5,0924	R\$ 86,43
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,3250	R\$ 5,51
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,6913	R\$ 11,73
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,2475	R\$ 4,20
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,0000	R\$ 0,00
Total			R\$ 362,48

Submódulo 4.2 - Substituto na Intraornada (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4.2	Substituto na Intraornada - Intraornada indenizada	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação (intraornada) indenizado	R\$ 287,70
Total		R\$ 287,70

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$ 362,48
4.2	Substituto na Intraornada - Intraornada indenizada	R\$ 287,70
Total		R\$ 650,18

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 105,68
B	Materiais	R\$ 30,44
C	Sistema de gestão de ronda	R\$ 18,04
D	Equipamentos	R\$ 38,07
Total		R\$ 192,23

Nota: Valores mensais por empregado.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	1,20%	R\$ 83,43
B	Lucro	1,20%	R\$ 84,43
C	Tributos		
C.1	Tributos Federais (especificar)		
	PIS	0,65%	R\$ 49,05
	COFINS	3,00%	R\$ 226,42
C.2	Tributos Estaduais (especificar)		
C.3	Tributos Municipais (especificar)		
	ISSQN	2,00%	R\$ 150,94
Total de tributos		5,65%	R\$ 426,41
(1 - total de tributos)		94,35%	
Total			R\$ 594,27

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 3.101,39
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2.817,99
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 191,32
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 650,18
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 192,23
Subtotal (A+B+C+D+E)		R\$ 6.953,11
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 594,27
Valor Total por Empregado (vigilante)		R\$ 7.547,38

VALOR POR POSTO

Item	Tipo de serviço (a)	Valor proposto por vigilante (b)	Quantidade de vigilantes por posto (c)	Valor Proposto por Posto mensal (d = b x c)
2	Vigilância - Posto 12 x 36h - Noturno	R\$ 7.547,38	2	R\$15.094,76

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS
(Conforme modelo previsto no anexo VII-D da IN SEGES/MP nº 5/2017)

Item 3: Posto de vigilância, 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, para a DEL02 - Delegacia em Canindé/CE.

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	Conforme Edital
B	Município/UF	Canindé/CE
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	2026/2026
D	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO:

Tipo de serviço	Vigilância
Unidade de Medida	Posto de trabalho
Quantidade total a contratar	1

1. MÓDULOS

Mão de obra

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Vigilância
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.952,07
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Vigilante
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	1º de janeiro

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

Módulo 1 - Composição da Remuneração (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

1	Composição da Remuneração	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Salário Base	100,00%	R\$ 1.952,07
B	Adicional de Periculosidade	30,00%	R\$ 585,62
C	Adicional Noturno		R\$ 276,00
D	Adicional de Hora Noturna Reduzida		R\$ 287,70
E	Outros (especificar)		R\$ 0,00
Total			R\$ 3.101,39

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 258,44
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	R\$ 375,26
Total			R\$ 633,70

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. (Incluído pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 747,01
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 93,37
C	SAT	2,61%	R\$ 97,31
D	SESC ou SESI	1,50%	R\$ 56,02
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 37,35
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 22,41
G	INCRA	0,20%	R\$ 7,47
H	FGTS	8,00%	R\$ 298,80
Total		36,41%	R\$ 1.359,74

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Observação (1): O percentual SAT (Seguro Acidente do Trabalho) corresponde ao RAT AJUSTADO, o qual é obtido por RAT x FAP. Portanto, o licitante deverá preencher o SAT com percentual do RAT AJUSTADO = RAT x FAP e apresentar documento apto a comprová-lo.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor de referência	Custo total	Desconto	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 117,12	R\$ 0,00
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ 39,01	R\$ 585,15	R\$ 70,22	R\$ 514,93
C	Assistência Médica e Familiar	R\$ 147,56	R\$ 147,56	R\$ 0,00	R\$ 147,56
D	Auxílio Funeral				R\$ 0,74
E	Seguro de Vida (Morte/Invalidez)				R\$ 11,12
F	Auxílio-Creche/reembolso-creche	R\$ 526,64			R\$ 105,32
Total					R\$ 779,67

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 633,70
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 1.359,74
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 779,67
Total		R\$ 2.773,11

Módulo 3 - Provisão para Rescisão (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

3	Provisão para Rescisão	Percentual	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 12,92
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ 1,03
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,16%	R\$ 4,96
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,85%	R\$ 57,28
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,67%	R\$ 20,85
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3,04%	R\$ 94,28
Total			R\$ 191,32

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Dias de reposição	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	15,0000	R\$ 252,74
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	5,0924	R\$ 85,80
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,3250	R\$ 5,47
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,6913	R\$ 11,64
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,2475	R\$ 4,17
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,0000	R\$ 0,00
Total			R\$ 359,82

Submódulo 4.2 - Substituto na Intraornada (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4.2	Substituto na Intraornada - Intraornada indenizada	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação (intraornada) indenizado	R\$ 287,70
Total		R\$ 287,70

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$ 359,82
4.2	Substituto na Intraornada - Intraornada indenizada	R\$ 287,70
Total		R\$ 647,52

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 105,68
B	Materiais	R\$ 60,88
C	Sistema de gestão de ronda	R\$ 36,08
D	Equipamentos	R\$ 76,14
Total		R\$ 278,78

Nota: Valores mensais por empregado.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	1,20%	R\$ 83,90
B	Lucro	1,20%	R\$ 84,91
C	Tributos		
C.1	Tributos Federais (especificar)		
	PIS	0,65%	R\$ 50,95
	COFINS	3,00%	R\$ 235,17
C.2	Tributos Estaduais (especificar)		
C.3	Tributos Municipais (especificar)		
	ISSQN	5,00%	R\$ 391,95
Total de tributos		8,65%	R\$ 678,07
(1 - total de tributos)		91,35%	
Total			R\$ 846,88

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 3.101,39
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2.773,11
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 191,32
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 647,52
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 278,78
Subtotal (A+B+C+D+E)		R\$ 6.992,12
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 846,88
Valor Total por Empregado (vigilante)		R\$ 7.839,00

VALOR POR POSTO

Item	Tipo de serviço (a)	Valor proposto por vigilante (b)	Quantidade de vigilantes por posto (c)	Valor Proposto por Posto mensal (d = b x c)
2	Vigilância - Posto 12 x 36h - Noturno	R\$ 7.839,00	2	R\$15.678,00

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS
(Conforme modelo previsto no anexo VII-D da IN SEGES/MP nº 5/2017)

Item 4: Posto de vigilância, 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, para a DEL03 - Delegacia em Russas/CE.

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	Conforme Edital
B	Município/UF	Russas/CE
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	2026/2026
D	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO:

Tipo de serviço	Vigilância
Unidade de Medida	Posto de trabalho
Quantidade total a contratar	1

1. MÓDULOS

Mão de obra

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Vigilância
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.952,07
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Vigilante
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	1º de janeiro

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

Módulo 1 - Composição da Remuneração (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

1	Composição da Remuneração	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Salário Base	100,00%	R\$ 1.952,07
B	Adicional de Periculosidade	30,00%	R\$ 585,62
C	Adicional Noturno		R\$ 0,00
D	Adicional de Hora Noturna Reduzida		R\$ 0,00
E	Outros (especificar)		R\$ 0,00
Total			R\$ 2.537,69

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 211,47
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	R\$ 307,06
Total			R\$ 518,53

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. (Incluído pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 611,24
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 76,40
C	SAT	2,61%	R\$ 79,62
D	SESC ou SESI	1,50%	R\$ 45,84
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 30,56
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 18,33
G	INCRA	0,20%	R\$ 6,11
H	FGTS	8,00%	R\$ 244,49
Total		36,41%	R\$ 1.112,59

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Observação (1): O percentual SAT (Seguro Acidente do Trabalho) corresponde ao RAT AJUSTADO, o qual é obtido por RAT x FAP. Portanto, o licitante deverá preencher o SAT com percentual do RAT AJUSTADO = RAT x FAP e apresentar documento apto a comprová-lo.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor de referência	Custo total	Desconto	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 117,12	R\$ 0,00
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ 39,01	R\$ 585,15	R\$ 70,22	R\$ 514,93
C	Assistência Médica e Familiar	R\$ 147,56	R\$ 147,56	R\$ 0,00	R\$ 147,56
D	Auxílio Funeral				R\$ 0,74
E	Seguro de Vida (Morte/Invalidez)				R\$ 11,12
F	Auxílio-Creche/reembolso-creche	R\$ 526,64			R\$ 105,32
Total					R\$ 779,67

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 518,53
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 1.112,59
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 779,67
Total		R\$ 2.410,79

Módulo 3 - Provisão para Rescisão (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

3	Provisão para Rescisão	Percentual	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 10,57
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ 0,84
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,16%	R\$ 4,06
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,85%	R\$ 46,87
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,67%	R\$ 17,06
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3,04%	R\$ 77,14
Total			R\$ 156,54

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Dias de reposição	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	15,0000	R\$ 212,70
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	5,0924	R\$ 72,21
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,3250	R\$ 4,60
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,6913	R\$ 9,80
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,2475	R\$ 3,50
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,0000	R\$ 0,00
Total			R\$ 302,81

Submódulo 4.2 - Substituto na Intraornada (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4.2	Substituto na Intraornada - Intraornada indenizada	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação (intraornada) indenizado	R\$ 259,35
Total		R\$ 259,35

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$ 302,81
4.2	Substituto na Intraornada - Intraornada indenizada	R\$ 259,35
Total		R\$ 562,16

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 105,68
B	Materiais	R\$ 30,44
C	Sistema de gestão de ronda	R\$ 18,04
D	Equipamentos	R\$ 38,07
Total		R\$ 192,23

Nota: Valores mensais por empregado.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	1,20%	R\$ 70,31
B	Lucro	1,20%	R\$ 71,15
C	Tributos		
C.1	Tributos Federais (especificar)		
	PIS	0,65%	R\$ 41,78
	COFINS	3,00%	R\$ 192,85
C.2	Tributos Estaduais (especificar)		
C.3	Tributos Municipais (especificar)		
	ISSQN	3,00%	R\$ 192,85
Total de tributos		6,65%	R\$ 427,48
(1 - total de tributos)		93,35%	
Total			R\$ 568,94

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 2.537,69
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2.410,79
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 156,54
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 562,16
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 192,23
Subtotal (A+B+C+D+E)		R\$ 5.859,41
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 568,94
Valor Total por Empregado (vigilante)		R\$ 6.428,35

VALOR POR POSTO

Item	Tipo de serviço (a)	Valor proposto por vigilante (b)	Quantidade de vigilantes por posto (c)	Valor Proposto por Posto mensal (d = b x c)
1	Vigilância - Posto 12 x 36h - Diurno	R\$ 6.428,35	2	R\$12.856,70

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS
(Conforme modelo previsto no anexo VII-D da IN SEGES/MP nº 5/2017)

Item 5: Posto de vigilância, 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, para a DEL03 - Delegacia em Russas/CE.

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	Conforme Edital
B	Município/UF	Russas/CE
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	2026/2026
D	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO:

Tipo de serviço	Vigilância
Unidade de Medida	Posto de trabalho
Quantidade total a contratar	1

1. MÓDULOS

Mão de obra

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Vigilância
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.952,07
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Vigilante
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	1º de janeiro

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

Módulo 1 - Composição da Remuneração (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

1	Composição da Remuneração	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Salário Base	100,00%	R\$ 1.952,07
B	Adicional de Periculosidade	30,00%	R\$ 585,62
C	Adicional Noturno		R\$ 276,00
D	Adicional de Hora Noturna Reduzida		R\$ 287,70
E	Outros (especificar)		R\$ 0,00
Total			R\$ 3.101,39

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 258,44
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	R\$ 375,26
Total			R\$ 633,70

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. (Incluído pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 747,01
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 93,37
C	SAT	2,61%	R\$ 97,31
D	SESC ou SESI	1,50%	R\$ 56,02
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 37,35
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 22,41
G	INCRA	0,20%	R\$ 7,47
H	FGTS	8,00%	R\$ 298,80
Total		36,41%	R\$ 1.359,74

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Observação (1): O percentual SAT (Seguro Acidente do Trabalho) corresponde ao RAT AJUSTADO, o qual é obtido por RAT x FAP. Portanto, o licitante deverá preencher o SAT com percentual do RAT AJUSTADO = RAT x FAP e apresentar documento apto a comprová-lo.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor de referência	Custo total	Desconto	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 117,12	R\$ 0,00
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ 39,01	R\$ 585,15	R\$ 70,22	R\$ 514,93
C	Assistência Médica e Familiar	R\$ 147,56	R\$ 147,56	R\$ 0,00	R\$ 147,56
D	Auxílio Funeral				R\$ 0,74
E	Seguro de Vida (Morte/Invalidez)				R\$ 11,12
F	Auxílio-Creche/reembolso-creche	R\$ 526,64			R\$ 105,32
Total					R\$ 779,67

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 633,70
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 1.359,74
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 779,67
Total		R\$ 2.773,11

Módulo 3 - Provisão para Rescisão (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

3	Provisão para Rescisão	Percentual	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 12,92
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ 1,03
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,16%	R\$ 4,96
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,85%	R\$ 57,28
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,67%	R\$ 20,85
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3,04%	R\$ 94,28
Total			R\$ 191,32

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Dias de reposição	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	15,0000	R\$ 252,74
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	5,0924	R\$ 85,80
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,3250	R\$ 5,47
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,6913	R\$ 11,64
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,2475	R\$ 4,17
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,0000	R\$ 0,00
Total			R\$ 359,82

Submódulo 4.2 - Substituto na Intraornada (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4.2	Substituto na Intraornada - Intraornada indenizada	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação (intraornada) indenizado	R\$ 287,70
Total		R\$ 287,70

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$ 359,82
4.2	Substituto na Intraornada - Intraornada indenizada	R\$ 287,70
Total		R\$ 647,52

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 105,68
B	Materiais	R\$ 30,44
C	Sistema de gestão de ronda	R\$ 18,04
D	Equipamentos	R\$ 38,07
Total		R\$ 192,23

Nota: Valores mensais por empregado.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	1,20%	R\$ 82,86
B	Lucro	1,20%	R\$ 83,86
C	Tributos		
C.1	Tributos Federais (especificar)		
	PIS	0,65%	R\$ 49,24
	COFINS	3,00%	R\$ 227,28
C.2	Tributos Estaduais (especificar)		
C.3	Tributos Municipais (especificar)		
	ISSQN	3,00%	R\$ 227,28
Total de tributos		6,65%	R\$ 503,80
(1 - total de tributos)		93,35%	
Total			R\$ 670,52

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 3.101,39
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2.773,11
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 191,32
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 647,52
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 192,23
Subtotal (A+B+C+D+E)		R\$ 6.905,57
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 670,52
Valor Total por Empregado (vigilante)		R\$ 7.576,09

VALOR POR POSTO

Item	Tipo de serviço (a)	Valor proposto por vigilante (b)	Quantidade de vigilantes por posto (c)	Valor Proposto por Posto mensal (d = b x c)
2	Vigilância - Posto 12 x 36h - Noturno	R\$ 7.576,09	2	R\$15.152,18

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS
(Conforme modelo previsto no anexo VII-D da IN SEGES/MP nº 5/2017)

Item 6: Posto de vigilância, 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, para a DEL04 - Delegacia em Sobral/CE.

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	Conforme Edital
B	Município/UF	Sobral/CE
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	2026/2026
D	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO:

Tipo de serviço	Vigilância
Unidade de Medida	Posto de trabalho
Quantidade total a contratar	1

1. MÓDULOS

Mão de obra

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Vigilância
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.952,07
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Vigilante
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	1º de janeiro

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

Módulo 1 - Composição da Remuneração (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

1	Composição da Remuneração	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Salário Base	100,00%	R\$ 1.952,07
B	Adicional de Periculosidade	30,00%	R\$ 585,62
C	Adicional Noturno		R\$ 276,00
D	Adicional de Hora Noturna Reduzida		R\$ 287,70
E	Outros (especificar)		R\$ 0,00
Total			R\$ 3.101,39

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 258,44
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	R\$ 375,26
Total			R\$ 633,70

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. (Incluído pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 747,01
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 93,37
C	SAT	2,61%	R\$ 97,31
D	SESC ou SESI	1,50%	R\$ 56,02
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 37,35
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 22,41
G	INCRA	0,20%	R\$ 7,47
H	FGTS	8,00%	R\$ 298,80
Total		36,41%	R\$ 1.359,74

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Observação (1): O percentual SAT (Seguro Acidente do Trabalho) corresponde ao RAT AJUSTADO, o qual é obtido por RAT x FAP. Portanto, o licitante deverá preencher o SAT com percentual do RAT AJUSTADO = RAT x FAP e apresentar documento apto a comprová-lo.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor de referência	Custo total	Desconto	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 117,12	R\$ 0,00
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ 39,01	R\$ 585,15	R\$ 70,22	R\$ 514,93
C	Assistência Médica e Familiar	R\$ 147,56	R\$ 147,56	R\$ 0,00	R\$ 147,56
D	Auxílio Funeral				R\$ 0,74
E	Seguro de Vida (Morte/Invalidez)				R\$ 11,12
F	Auxílio-Creche/reembolso-creche	R\$ 526,64			R\$ 105,32
Total					R\$ 779,67

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 633,70
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 1.359,74
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 779,67
Total		R\$ 2.773,11

Módulo 3 - Provisão para Rescisão (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

3	Provisão para Rescisão	Percentual	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 12,92
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ 1,03
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,16%	R\$ 4,96
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,85%	R\$ 57,28
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,67%	R\$ 20,85
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3,04%	R\$ 94,28
Total			R\$ 191,32

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Dias de reposição	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	15,0000	R\$ 252,74
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	5,0924	R\$ 85,80
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,3250	R\$ 5,47
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,6913	R\$ 11,64
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,2475	R\$ 4,17
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,0000	R\$ 0,00
Total			R\$ 359,82

Submódulo 4.2 - Substituto na Intraornada (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4.2	Substituto na Intraornada - Intraornada indenizada	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação (intraornada) indenizado	R\$ 287,70
Total		R\$ 287,70

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$ 359,82
4.2	Substituto na Intraornada - Intraornada indenizada	R\$ 287,70
Total		R\$ 647,52

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 105,68
B	Materiais	R\$ 60,88
C	Sistema de gestão de ronda	R\$ 36,08
D	Equipamentos	R\$ 76,14
Total		R\$ 278,78

Nota: Valores mensais por empregado.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	1,20%	R\$ 83,90
B	Lucro	1,20%	R\$ 84,91
C	Tributos		
C.1	Tributos Federais (especificar)		
	PIS	0,65%	R\$ 50,95
	COFINS	3,00%	R\$ 235,17
C.2	Tributos Estaduais (especificar)		
C.3	Tributos Municipais (especificar)		
	ISSQN	5,00%	R\$ 391,95
Total de tributos		8,65%	R\$ 678,07
(1 - total de tributos)		91,35%	
Total			R\$ 846,88

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 3.101,39
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2.773,11
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 191,32
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 647,52
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 278,78
Subtotal (A+B+C+D+E)		R\$ 6.992,12
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 846,88
Valor Total por Empregado (vigilante)		R\$ 7.839,00

VALOR POR POSTO

Item	Tipo de serviço (a)	Valor proposto por vigilante (b)	Quantidade de vigilantes por posto (c)	Valor Proposto por Posto mensal (d = b x c)
2	Vigilância - Posto 12 x 36h - Noturno	R\$ 7.839,00	2	R\$15.678,00

Item	Item de Insumo Diverso (Uniforme, Materiais e Equipamentos)	Unidade de fornecimento	Quantidade	Mediana	Valor unitário estimado
1	630977 - Calça Material: Terbrim , Modelo: Tática , Quantidade Bolsos: 4 , Tipo Bolso: Bolsos Tipo Cargo Com Abas , Cor: Preta , Tamanho: Sob Medida , Características Adicionais: Com Passadores Para Cinto	Unidade	1	R\$157,0000	R\$157,00
2	629146 - Camisa Uniforme Material: Tecido Ripstop , Tipo Manga: Longa , Quantidade Bolsos: 2 UN, Cor: Azul , Tamanho: Sob Medida , Tipo Uso: Uniforme , Tipo Camisa: Operacional Tática , Aplicação: Servidores Operacionais	Unidade	1	R\$46,0000	R\$46,00
3	614858 - Coturno Material: Couro Hidrofugado , Tipo Sola: Borracha , Cor Couro: Preta , Características Adicionais: Biqueira Em Aço Carbono, Fechamento Com Zíper	Par	1	R\$259,5000	R\$259,50
4	605445 - Cinto Vestuário Material: Tecido Rip-Stop , Cor: Marrom , Material Fivela: Polímero , Tamanho: Grande , Características Adicionais: Sem Desenhos Ou Gravuras , Uso: Unissex , Tipo: Tático	Unidade	1	R\$85,8000	R\$85,80
5	609837 - Fardamento / Acessório Tipo: Distintivo De Organização Militar, Tipo Dom , Material: Latão , Aplicação: Uniforme , Tamanho: 30 X 35 MM, Características Adicionais: Conforme Regulamento Do Órgão	Unidade	1	R\$19,9000	R\$19,90
6	485781 - Meia Vestuário Masculino Material: 65% Algodão 32% Poliamida 03% Poliamida Outras Fi , Cor: Variada , Tamanho: Sob Medida , Aplicação: Adulto , Características Adicionais: Lisa /Cano Alto	Par	1	R\$15,0000	R\$15,00
7	614121 - Boné Material Corpo: Tecido Ripstop , Material Aba: Tecido Ripstop , Material Regulador Abertura: Velcro , Modelo: Tradicional , Cor: Preta , Tipo Impressão: Bordado Em Alto Relevo , Características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão , Tamanho: Sob Medida	Unidade	1	R\$28,5000	R\$28,50
8	631076 - Cartão Identificação Material: Cartão Em Pvc Branco , Comprimento: 86 MM, Largura: 54 MM, Tipo Impressão: Colorida , Características Adicionais: Impressão Frente E Verso , Espessura: 0,76 MM, Aplicação: Controle De Acesso	Unidade	1	R\$3,5000	R\$3,50
9	224660 - Apito Material: Metal Fosco , Aplicação: Esporte , Tipo: Profissional , Tamanho: Médio	Unidade	1	R\$9,7000	R\$9,70
10	319636 - Capa Chuva Material: Pvc , Características Adicionais: Forrado Com Capuz	Unidade	1	R\$19,9100	R\$19,91
11	299290 - Tonfa Material: Fibra De Carbono , Comprimento: 58 CM, Cor: Preta , Aplicação: Policiamento	Unidade	1	R\$26,9950	R\$26,99
12	299812 - Cinto Segurança Material: Náilon , Revestimento Interno: Náilon , Características Adicionais: Porta-Carregador Duplo, Porta-Lanterna, Coldre De , Cor: Preta	Unidade	1	R\$106,0000	R\$106,00
13	616392 - Livro Registro / Controle Aplicação: Registro De Ocorrência Policial , Quantidade Folhas: 100 UN, Comprimento: 335 MM, Largura: 245 MM, Tipo Capa: Dura , Gramatura Folhas: 75 G/M2, Material Folhas: Papel Ofsete , Padrão Cor: 1/1 , Características Adicionais: Impresso Conforme Modelo	Unidade	1	R\$78,0000	R\$78,00
14	616391 - Livro Registro / Controle Aplicação: Registro De Ordem De Serviço , Quantidade Folhas: 100 UN, Comprimento: 335 MM, Largura: 245 MM, Tipo Capa: Dura , Gramatura Folhas: 75 G/M2, Material Folhas: Papel Ofsete , Padrão Cor: 1/1 , Características Adicionais: Impresso Conforme Modelo	Unidade	1	R\$31,8200	R\$31,82
15	363886 - Rádio Transceptor Tipo: Walk Talk , Potência Transmissão: 0,5 W, Operação: 14 Canais, 38 Códigos , Acessórios: Carregador De Bateria 110/220 V, Bateria De Nimh , Características Adicionais: 5 Tons De Chamadas , Fonte Alimentação: Bateria Recarregável	Unidade	1	R\$357,4950	R\$357,49
16	627873 - Aparelho Telefônico Celular Modelo: Samsung/ Smartphone Dual Chip , Quantidade Linhas Telefônicas: 1 UN, Características Adicionais: 128 Gb, 5g Tela 6.6, 4gb Ram , Acessórios: Carregador De Bateria , Display: 6.1 POL, Capacidade Bateria: 5.000 MA	Unidade	1	R\$836,2800	R\$836,28
17	99830 - Arma De Fogo De Pequeno Porte - Revólver / Pistola Nome: Arma De Fogo De Pequeno Porte - Revolver	Unidade	1	R\$6.084,0000	R\$6.084,00
18	191310 - Munição De Calibre Acima De 30 Mm Até 75 Mm Nome: Munição De Calibre Acima De 30 Mm Até 75	Unidade	1	R\$10,2563	R\$10,25
19	629674 - Colete Prova Tiro Material: Aramida/Polietileno , Largura: 107 A 114 CM, Nível Proteção: Ili-A	Unidade	1	R\$1.965,0000	R\$1.965,00
20	623131 - Lanterna Elétrica Material: Plástico Abs Resistente A Impactos , Tipo: Holofote , Características Adicionais: Tática, Zoom 0 A 2000 , Aplicação: Iluminação , Luminosidade: 720.000 LM, Tipo Lâmpada: Led T6 , Tipo Bateria: Recarregável , Tensão Bateria: 3,7	Unidade	1	R\$58,8850	R\$58,88
21	605162 - Capa Colete Balístico Material: 100% Poliéster , Tamanho: G	Unidade	1	R\$300,0000	R\$300,00
22	26387 - Pacote de serviços smp (voz, dados, sms, etc)	Valor mensal	1	R\$55,6600	R\$55,66
23	Assinatura/mensalidade do sistema de gestão de ronda com pontos de controle	Valor mensal	1	R\$99,0000	R\$99,00

Módulo 5 - Insumos Diversos

A - Uniformes						
Mão de obra	Uniforme	Unidade de fornecimento	Quantidade anual por vigilante (a)	Custo unitário (b)	Custo anual (c=axb)	Custo mensal (d=c/12)
Vigilante 12x36	Calça: social ou tática, com bolsos	Unidade	2	R\$157,00	R\$314,00	R\$26,16
	Camisa: social ou tática, mangas longas ou curtas, com emblema da empresa e bolsos	Unidade	2	R\$46,00	R\$92,00	R\$7,66
	Bota: coturno, na cor preta, de boa qualidade	Par	1	R\$259,50	R\$259,50	R\$21,62
	Cinto: de nylon	Unidade	1	R\$85,80	R\$85,80	R\$7,15
	Distintivo: tipo broche	Unidade	1	R\$19,90	R\$19,90	R\$1,65
	Par de meia	Par	2	R\$15,00	R\$30,00	R\$2,50
	Quepe ou boné: em tecido adequado às condições de uso dos vigilantes, com emblema da empresa	Unidade	1	R\$28,50	R\$28,50	R\$2,37
	Crachá: com foto, nome, cargo, e emblema da empresa	Unidade	1	R\$3,50	R\$3,50	R\$0,29
	Apito (de metal, com cordão e com bolinha de cortiça ou isopor)	Unidade	1	R\$9,70	R\$9,70	R\$0,80
	Capa de Chuva (em PVC, comprimento de tamanho longo, protegendo o tronco e pernas, possuir botões de pressão de boa qualidade)	Unidade	1	R\$19,91	R\$19,91	R\$1,65
	Cinto tático guarnição completo (com coldre, porta munição, porta lanterna e porta tonfa)	Unidade	1	R\$106,00	R\$106,00	R\$8,83
	Capa para colete balístico	Unidade	1	R\$300,00	R\$300,00	R\$25,00
Custo total mensal em uniforme (por vigilante)						R\$105,68

B - Materiais						
Mão de obra	Materiais	Unidade de fornecimento	Quantidade anual por posto (a)	Custo unitário (b)	Custo anual (c=axb)	Custo mensal (d=c/12)
Vigilante 12x36	Livro de ocorrências (Folhas numeradas com acabamento em capa dura, dimensões aproximadas 21,10 x 30,80 cm)	Unidade	12	R\$78,00	R\$936,00	R\$78,00
	Livro de registro de entrada e saída de veículos	Unidade	12	R\$31,82	R\$381,84	R\$31,82
	Munição calibre 38 (quantidade para o revólver e recarga reserva)	Unidade	14	R\$10,25	R\$143,50	R\$11,95
Custo total mensal em materiais (por posto)						R\$121,77

C - Sistema de gestão de ronda						
Mão de obra	Itens	Unidade de fornecimento	Quantidade anual por posto (a)	Custo unitário (b)	Custo anual (c=axb)	Custo mensal (d=c/12)
Vigilante 12x36	Assinatura/mensalidade do sistema de gestão de ronda com pontos de controle	Unidade	12	R\$16,50	R\$198,00	R\$16,50
	Pacote de serviços smp (voz, dados, sms, etc)	Unidade	12	R\$55,66	R\$667,92	R\$55,66
Custo total mensal em sistema de gestão de ronda (por posto)						R\$72,16

D - Equipamentos							
Mão de obra	Equipamentos	Unidade de fornecimento	Quantidade anual por posto (a)	Custo unitário de aquisição(b)	Vida útil em meses	Valor residual	Custo mensal de depreciação (c=axb)
Vigilante 12x36	Rádio de comunicação móvel e portátil (transmissor HT) com bateria recarregável reserva e carregador.	Unidade	1	R\$357,49	48	R\$35,75	R\$6,70
	Smartphone	Unidade	1	R\$836,28	24	R\$83,63	R\$31,36
	Revólver (calibre 38, com capacidade para 6 a 7 munições)	Unidade	1	R\$6.084,00	120	R\$1.216,80	R\$40,56
	Colete balístico nível II-A (Placa)	Unidade	2	R\$1.965,00	60	R\$0,00	R\$65,50
	Lanterna tática profissional (LED, com bateria recarregável e carregador)	Unidade	1	R\$58,88	24	R\$2,94	R\$2,33
	Tonfa/cassetete (em PVC de alta absorção de impacto, possuir o cabo do bastão e o cabo lateral em formato anatômico)	Unidade	1	R\$26,99	24	R\$0,00	R\$1,12
Custo mensal de depreciação							R\$147,58
Custo mensal de manutenção						0,50%	R\$4,71
Custo total mensal em equipamentos (por posto)							R\$152,28

Item	1
Posto diurno - Sede da SPRF-CE	
Número de vigilantes por posto	2
Número de postos que compartilham o equipamento/sistema de gestão de ronda	2
Custo total mensal em materiais (por vigilante)	R\$30,44
Custo total mensal em sistema de gestão de ronda (por vigilante)	R\$18,04
Custo total mensal em equipamentos (por vigilante)	R\$38,07

Item	2
Posto noturno - Sede da SPRF-CE	
Número de vigilantes por posto	2
Número de postos que compartilham o equipamento	2
Custo total mensal em materiais (por vigilante)	R\$30,44
Custo total mensal em sistema de gestão de ronda (por vigilante)	R\$18,04
Custo total mensal em equipamentos (por vigilante)	R\$38,07

Item	3
Posto noturno - DEL02 em Canindé/CE	
Número de vigilantes por posto	2
Número de postos que compartilham o equipamento	1
Custo total mensal em materiais (por vigilante)	R\$60,88
Custo total mensal em sistema de gestão de ronda (por vigilante)	R\$36,08
Custo total mensal em equipamentos (por vigilante)	R\$76,14

Item	4
Posto diurno - DEL03 em Russas/CE	
Número de vigilantes por posto	2
Número de postos que compartilham o equipamento	2
Custo total mensal em materiais (por vigilante)	R\$30,44
Custo total mensal em sistema de gestão de ronda (por vigilante)	R\$18,04
Custo total mensal em equipamentos (por vigilante)	R\$38,07

Item	5
Posto noturno - DEL03 em Russas/CE	
Número de vigilantes por posto	2
Número de postos que compartilham o equipamento	2
Custo total mensal em materiais (por vigilante)	R\$30,44
Custo total mensal em sistema de gestão de ronda (por vigilante)	R\$18,04
Custo total mensal em equipamentos (por vigilante)	R\$38,07

Item	6
Posto noturno - DEL04 em Sobral/CE	
Número de vigilantes por posto	2
Número de postos que compartilham o equipamento	1
Custo total mensal em materiais (por vigilante)	R\$60,88
Custo total mensal em sistema de gestão de ronda (por vigilante)	R\$36,08
Custo total mensal em equipamentos (por vigilante)	R\$76,14

Pesquisa de preços referente ao SAT (Submódulo 2.2) e CITL (Módulo 6) - Contratações similares de outros entes públicos

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

Vigilância					
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA NO ESTADO DO CEARA- Código da UASG: 90006-Pregão Eletrônico Nº 90005/2025-Item 1- Adjudicada 86.960.598/0001-86 NORTH SEGURANCA LTDA	EMBRAPA CAPRINOS E OVINOS/SOBRAL/CE- Código da UASG: 135010-Pregão Eletrônico Nº 90003/2025-Item 1-Adjudicada 09.451.428/0001-25 SERVIARM SERVICO DE VIGILANCIA ARMADA LTDA	JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA NO ESTADO DO CEARA- Código da UASG: 90006-Pregão Eletrônico Nº 90006/2025-Item 1- Adjudicada 07.917.508/0001-06 PERES SERVICOS DE SEGURANCA LTDA	Média
C	SAT	3,34%	2,98%	1,50%	2,61%

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

Vigilância					
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA NO ESTADO DO CEARA- Código da UASG: 90006-Pregão Eletrônico Nº 90005/2025-Item 1- Adjudicada 86.960.598/0001-86 NORTH SEGURANCA LTDA	EMBRAPA CAPRINOS E OVINOS/SOBRAL/CE- Código da UASG: 135010-Pregão Eletrônico Nº 90003/2025-Item 1-Adjudicada 09.451.428/0001-25 SERVIARM SERVICO DE VIGILANCIA ARMADA LTDA	JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA NO ESTADO DO CEARA- Código da UASG: 90006-Pregão Eletrônico Nº 90006/2025-Item 1- Adjudicada 07.917.508/0001-06 PERES SERVICOS DE SEGURANCA LTDA	Média
A	Custos Indiretos	0,50%	0,10%	3,00%	1,20%
B	Lucro	0,50%	0,10%	3,00%	1,20%

Vigilância			
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Alíquota	
C.1	PIS	0,65%	Conforme Leis nº 10.637/2002 (PIS) e nº 10.833/2003 (COFINS)
C.2	COFINS	3,00%	Conforme Leis nº 10.637/2002 (PIS) e nº 10.833/2003 (COFINS)
C.3	ISSQN	2,00%	Alíquota do ISSQN para Fortaleza/CE
C.3	ISSQN	5,00%	Alíquota do ISSQN para Canindé/CE
C.3	ISSQN	3,00%	Alíquota do ISSQN para Russas/CE
C.3	ISSQN	5,00%	Alíquota do ISSQN para Sobral/CE

Memória de cálculo da Planilha de custos e formação de preços – vigilância 2026 - estimativa elaborada pela PRF-CE

Observação: Os preços, valores, percentuais, metodologias, fórmulas, dados estatísticos, etc, constantes na Planilha de custos e formação de preços-estimativa, elaborada pela PRF-CE, foram utilizados tão somente para fins de cálculo do valor estimado da contratação, e, portanto, os mesmos não são necessariamente de utilização obrigatória, podendo, portanto, o fornecedor, quando da elaboração de sua proposta e planilhas de custos e formação de preços, adotar preços, valores, percentuais, metodologias, fórmulas e dados estatísticos de acordo com sua realidade e condição particular, observada a legislação correlata.

1. Para fins de elaboração da Planilha de custos e formação de preços estimativa, foram utilizados os seguintes instrumentos e orientações:
 - a) Caderno Técnico - Vigilância - Ceará 2019 - SEGES/MINISTÉRIO DA ECONOMIA, conforme consulta realizada no dia 08/04/2026 em https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-tecnicos-e-valores-limites/cts-2019/ct_vig_ce_2019.pdf;
 - b) CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2026/2026, celebrado entre o SINDESP-SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANCA PRIVADA DO ESTADO DO CEARA, CNPJ n. 23.498.033/0001-09, e o SIND.DOS PROF.VIG.E EMPREG.EM EMP.E SER.DE SEG.,VIG.TRANSP.VAL.,C. DE FORM. DE VIG.,SEG.PESSOAL, CEN.,S.E AFINS CE, CNPJ n. 07.327.000/0001-40, (Número de Registro no MTE: CE000443/2026, Data de registro no MTE: 30/03/2026, Número da solicitação: MR017072/2026, Número do processo: 13624.201050/2026-64, Data do protocolo: 30/03/2026), conforme consulta realizada no dia 08/04/2026 em <https://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/Resumo/resumoVisualizarSalvarMsWordDoc?NrSolicitacao=MR017072/2026>;
 - c) CADERNO DE LOGÍSTICA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL, conforme consulta realizada no dia 08/04/2026 em https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica/midia/servicos_vigilancia.pdf;
 - d) Orientações gerais para planilha de custos e formação de preços, conforme consulta realizada no dia 08/04/2026 em <https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/orientacoes-e-procedimentos/11-orientacoes-gerais-para-planilha-de-custos-e-formacao-de-precos>;
 - e) Extinção da Contribuição Social de 10% sobre o FGTS e os contratos administrativos, conforme consulta realizada no dia 08/04/2026 em <https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/orientacoes-e-procedimentos/26-extincao-da-contribuicao-social-de-10-sobre-o-fgts-e-os-contratos-administrativos>.

I. Item 1: Posto de vigilância, 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, para a Sede da SPRF-CE e CTNE em Fortaleza/CE.

1. Módulo 1 - Composição da Remuneração

A) Salário Base:

Conforme CLÁUSULA TERCEIRA - DO PISO SALARIAL, "a)" da Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2026:

R\$ 1.952,07 (um mil novecentos e cinquenta e dois reais e sete centavos) para todos os vigilantes.

B) Adicional de Periculosidade:

Conforme CLÁUSULA DÉCIMA - DO RISCO DE VIDA - TRANSFORMAÇÃO EM ADICIONAL DE PERICULOSIDADE e ANEXO II - TABELA SALARIAL 2026:

R\$ 585,62 (correspondente a 30% de R\$ 1.952,07).

2. Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

2.1. Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias:

Item	Descrição	Percentual (%)	Memória de cálculo	Fundamento
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	$[(1/12) \times 100] = 8,33\%$ $8,33\% \times \text{Total do Módulo 1}$	Art.7º, VIII, CF/88
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	% da Conta Vinculada - Conforme item 14 do Anexo XII da IN nº 05/2017 $12,10\% \times \text{Total do Módulo 1}$	% da Conta Vinculada - Conforme item 14 do Anexo XII da IN nº 05/2017

2.2. Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições:

Item	Descrição	Percentual (%)	Memória de cálculo	Fundamento
A	INSS	20%	$20\% \times (\text{Total do Módulo 1} + \text{Total do Submódulo 2.1})$	Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Art. 22, inciso I)

Item	Descrição	Percentual (%)	Memória de cálculo	Fundamento
B	Salário Educação	2,50%	2,50% x (Total do Módulo 1 + Total do Submódulo 2.1)	Decreto-Lei nº 87.043, de 22 de março de 1982 (Art. 3º, inciso I)
C	SAT	2,61% Conforme Aba/Planilha "Pesquisa SAT e CITL"	2,61% x (Total do Módulo 1 + Total do Submódulo 2.1)	Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Art. 22, inciso II, alíneas "b" e "c")
D	SESC ou Sesi	1,50%	1,50% x (Total do Módulo 1 + Total do Submódulo 2.1)	Lei nº 8.036/90 (Art. 30)
E	SENAI - SENAC	1,00%	1,00% x (Total do Módulo 1 + Total do Submódulo 2.1)	Decreto-Lei nº 2.318/86
F	SEBRAE	0,60%	0,60% x (Total do Módulo 1 + Total do Submódulo 2.1)	Art. 8º, Lei nº 8.029/90 e Lei nº 8.154/90
G	INCRA	0,20%	0,20% x (Total do Módulo 1 + Total do Submódulo 2.1)	Decreto-Lei nº 1.146, de 31 de dezembro de 1970 (Art. 1º, inciso I)
H	FGTS	8,00%	8,00% x (Total do Módulo 1 + Total do Submódulo 2.1)	Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Art. 15)

2.2.1. Para o percentual do SAT (Seguro Acidente do Trabalho) foi realizada, no Compras.gov, pesquisa de preços em contratações similares (prestação de serviços de Vigilância) feitas pela Administração Pública no Estado do Ceará, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano, sendo utilizada a média dos percentuais obtidos na pesquisa, conforme tabela a seguir:

Vigilância					
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA NO ESTADO DO CEARA-Código da UASG: 90006-Pregão Eletrônico Nº 90005/2025-Item 1-Adjudicada 86.960.598/0001-86 NORTH SEGURANCA LTDA	EMBRAPA CAPRINOS E OVINOS/SOBRAL/CE-Código da UASG: 135010-Pregão Eletrônico Nº 90003/2025-Item 1-Adjudicada 09.451.428/0001-25 SERVIARM SERVICO DE VIGILANCIA ARMADA LTDA	JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA NO ESTADO DO CEARA-Código da UASG: 90006-Pregão Eletrônico Nº 90006/2025-Item 1-Adjudicada 07.917.508/0001-06 PERES SERVICOS DE SEGURANCA LTDA	Média
C	SAT	3,34%	2,98%	1,50%	2,61%

2.3. Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários:

Item	Descrição	Memória de cálculo	Fundamento
A	Transporte	Valor do vale transporte x 2 passagens por dia x 15 dias trabalhados - (6% x valor do salário base) Tarifa Fortaleza/CE: R\$ 5,40	Lei no 7.418, de 16 de dezembro de 1985; CCT 2026/2026-CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO VALE TRANSPORTE - DESCONTOS
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	Vale-refeição ou vale-alimentação no valor facial de R\$ 39,01 (trinta e nove reais e um centavo). Valor do vale alimentação x 15 dias trabalhados - (12% incidente sobre o valor total concedido)	CCT 2026/2026-CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA REFEIÇÃO
C	Assistência Médica e Familiar	O custo do PLANO DE SAÚDE contratado será, no ano de 2026, no valor de R\$ 147,56 (cento e quarenta e sete reais e cinquenta e seis centavos), com a participação no pagamento do seu custeio integral para o empregador.	CCT 2026/2026-CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PLANO DE SAÚDE
D	Auxílio Funeral	Conforme metodologia do Caderno de Logística - Prestação de serviços de vigilância patrimonial/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. – Brasília : SLTI, 2014 (pág, 73) 4 x salário base x 0,00955%	CCT 2026/2026-CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO AUXÍLIO FUNERAL
E	Seguro de Vida (Morte/Invalidez)	Conforme metodologia do Caderno de Logística - Prestação de serviços de vigilância patrimonial/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. – Brasília : SLTI, 2014 (pág, 72) Seguro de vida (Morte): 60 x salário Ou Seguro de vida (Invalidez): 60 x salário 60 x salário base x 0,009500%	CCT 2026/2026-CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO SEGURO DE VIDA
F	Auxílio-Creche/reembolso-creche	Conforme Instrução Normativa SEGES/MGI nº 147, de 13 de abril de	Instrução Normativa SEGES/MGI nº 147, de 13 de abril de 2026

Item	Descrição	Memória de cálculo	Fundamento
		2026 (R\$ 526,64 x 20%)	

2.3.1. Para fins de estimativa foi utilizada a seguinte tarifa do sistema de transporte coletivo público:

2.3.1.1. Fortaleza/CE: Urbana de R\$ 5,40.

3. Módulo 3 - Provisão para Rescisão

Item	Descrição	Memória de cálculo do %	Memória de cálculo	Fundamento
A	Aviso Prévio Indenizado	$[(1/12) \times \text{estatística (no caso, 5\%)}]$ Adotada a estatística do CNJ, na qual 5% dos trabalhadores são demitidos com API. $(1/12) \times 5\% = 0,42\%$	0,42% x Total do Módulo 1	Constituição Federal de 1988 (Art. 7º, inciso XXI) e CLT (Art. 477, art. 487 a 491)
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	$8\% \times 0,42\% = 0,03\%$	0,03% x Total do Módulo 1	Súmula nº 305 do TST
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	$[8\% \times 40\% \times \text{estatística (no caso, 5\%)}]$ $8\% \times 40\% \times 5\% = 0,16\%$	0,16% x Total do Módulo 1	Art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; § 1º do art. 18 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; Art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001; Art. 12 da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019.
D	Aviso Prévio Trabalhado	$[(7/30)/12] = 1,94\%$ (conforme TCU) x estatística (no caso, 95%) Adotada a estatística	1,85% x Total do Módulo 1	Constituição Federal de 1988 (Art. 7º, inciso XXI) e CLT (Art. 477, art. 487 a 491)

Item	Descrição	Memória de cálculo do %	Memória de cálculo	Fundamento
		do CNJ, na qual 95% dos trabalhadores são demitidos com APT. $1,94\% \times 95\% = 1,85\%$		
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	Percentual total dos encargos do Submódulo 2.2 x percentual do Aviso Prévio Trabalhado $36,41\% \times 1,85\% = 0,67\%$	$0,67\% \times \text{Total do Módulo 1}$	
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	$8\% \times 40\% \times \text{estatística (no caso, 95\%)}$ $8\% \times 40\% \times 95\% = 3,04\%$	$3,04\% \times \text{Total do Módulo 1}$	Art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; § 1º do art. 18 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; Art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001; Art. 12 da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019.

4. Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4.1. Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais:

Item	Descrição	Memória de cálculo	Fundamento
A	Substituto na cobertura de Férias	Conforme metodologia do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará 2019 - SEGES/MINISTÉRIO DA ECONOMIA (pág. 24) (((Total do Módulo 1 + Total do Módulo 2 + Total do Módulo 3)/30) x Dias de reposição)/12 Conforme Metodologia e dados do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará - 2019 - Cenário Máximo	Art. 129 da CLT

Item	Descrição	Memória de cálculo	Fundamento
		Dias de reposição = 15,0000	
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	<p>Conforme metodologia do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará 2019 - SEGES/MINISTÉRIO DA ECONOMIA (pág. 24)</p> <p>$((\text{Total do Módulo 1} + \text{Total do Módulo 2} + \text{Total do Módulo 3})/30) \times \text{Dias de reposição}/12$</p> <p>Conforme Metodologia e dados do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará - 2019 - Cenário Máximo</p> <p>Dias de reposição = 5,0924</p>	Art. 473 da CLT
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	<p>Conforme metodologia do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará 2019 - SEGES/MINISTÉRIO DA ECONOMIA (pág. 24)</p> <p>$((\text{Total do Módulo 1} + \text{Total do Módulo 2} + \text{Total do Módulo 3})/30) \times \text{Dias de reposição}/12$</p> <p>Conforme Metodologia e dados do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará - 2019 - Cenário Máximo</p> <p>Dias de reposição = 0,3250</p>	Inciso II do art. 1º da Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008.
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	<p>Conforme metodologia do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará 2019 - SEGES/MINISTÉRIO DA ECONOMIA (pág. 24)</p> <p>$((\text{Total do Módulo 1} + \text{Total do Módulo 2} + \text{Total do Módulo 3})/30) \times \text{Dias de reposição}/12$</p> <p>Conforme Metodologia e dados do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará - 2019 - Cenário Máximo</p> <p>Dias de reposição = 0,6913</p>	Art. 19 a 23 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	<p>Conforme metodologia do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará 2019 - SEGES/MINISTÉRIO DA ECONOMIA (pág. 24)</p> <p>$((\text{Total do Módulo 1} + \text{Total do Módulo 2} + \text{Total do Módulo 3})/30) \times \text{Dias de reposição}/12$</p>	Inciso I do art. 1º da Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008

Item	Descrição	Memória de cálculo	Fundamento
		Conforme Metodologia e dados do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará - 2019 - Cenário Máximo Dias de reposição = 0,2475	
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	As outras ausências legais foram incluídas no Item B - Substituto na cobertura de Ausências Legais	Art. 473 da CLT

4.2. Submódulo 4.2 - ~~Substituto na Intra jornada~~ - Intra jornada indenizada:

Item	Descrição	Memória de cálculo	Fundamento
A	Intervalo para repouso ou alimentação (intra jornada) indenizado	Conforme Anexo II - Tabela Salarial 2026 DIURNO - INTRAJORNADA 15 PLANTÕES: R\$ 259,35	CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DO INTERVALO INTRAJORNADA

5. Módulo 5 - Insumos Diversos

5.1. Para os Insumos Diversos (Uniforme/Materiais/Equipamentos) foi realizada, no Compras.gov, no Módulo Pesquisa de Preços, pesquisa de preços unitários de tais itens, sendo utilizada a mediana dos valores obtidos na pesquisa. Para o Sistema de Ronda foi realizada pesquisa de preços em sítios eletrônicos especializados de domínio amplo, sendo utilizada a mediana dos preços obtidos. Os valores unitários obtidos foram utilizados na Aba/Planilha “Unif_Mat_Rond_Equip”, de modo a calcular o custo estimado para tais componentes, conforme tabela a seguir:

Item	Descrição	Valor	Memória de cálculo
A	Uniformes	R\$ 105,68	Conforme Aba/Planilha “Unif_Mat_Rond_Equip” e Aba/Planilha “Pesquisa Insumos”
B	Materiais	R\$ 30,44	Conforme Aba/Planilha “Unif_Mat_Rond_Equip” e Aba/Planilha “Pesquisa Insumos”
C	Sistema de gestão de ronda	R\$ 18,04	Conforme Aba/Planilha “Unif_Mat_Rond_Equip” e Aba/Planilha “Pesquisa Insumos”
D	Equipamentos	R\$ 38,07	Conforme Aba/Planilha “Unif_Mat_Rond_Equip”

Item	Descrição	Valor	Memória de cálculo
			e Aba/Planilha “Pesquisa Insumos”

5.2. Para o cálculo do custo de depreciação dos equipamentos foi utilizado o método linear.

5.3. Tendo em vista que se busca estimar o custo mensal por vigilante, para os locais que possuem posto diurno e noturno (Sede/CTNE e DEL03), o custo dos materiais, sistema de ronda e equipamentos, foi rateado entre o posto diurno e noturno, tendo em vista que tais equipamentos são de uso compartilhado entre o posto diurno e noturno, e considerando que cada posto na escala 12x36 envolve 2 vigilantes.

6. Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6.1. Para os Custos Indiretos e Lucro foi realizada, no Compras.gov, pesquisa de preços em contratações similares (prestação de serviços de Vigilância) feitas pela Administração Pública no Estado do Ceará, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano, sendo utilizada a média dos percentuais obtidos na pesquisa, conforme tabela a seguir:

Vigilância					
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA NO ESTADO DO CEARA-Código da UASG: 90006-Pregão Eletrônico Nº 90005/2025-Item 1-Adjudicada 86.960.598/0001-86 NORTH SEGURANCA LTDA	EMBRAPA CAPRINOS E OVINOS/SOBRA/CE-Código da UASG: 135010-Pregão Eletrônico Nº 90003/2025-Item 1-Adjudicada 09.451.428/0001-25 SERVIARM SERVICO DE VIGILANCIA ARMADA LTDA	JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA NO ESTADO DO CEARA-Código da UASG: 90006-Pregão Eletrônico Nº 90006/2025-Item 1-Adjudicada 07.917.508/0001-06 PERES SERVICOS DE SEGURANCA LTDA	Média
A	Custos Indiretos	0,50%	0,10%	3,00%	1,20%
B	Lucro	0,50%	0,10%	3,00%	1,20%

6.2. Para os tributos foram utilizados os seguintes percentuais:

6.2.1. A Lei nº 14.967/2024 (Estatuto da Segurança Privada), ao alterar as Leis nº 10.637/2002 (PIS) e nº 10.833/2003 (COFINS), determinou que as receitas decorrentes da prestação de serviços de vigilância patrimonial (listados no art. 5º da nova lei, que inclui essa atividade), estão sujeitas ao:

6.2.1.1. Regime de apuração cumulativa para o PIS e a COFINS: alíquotas de 0,65% para o PIS/PASEP e 3,00% para a COFINS.

6.2.2. A alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) para serviços de vigilância no município de Fortaleza/CE é de 2% (dois por cento).

6.3. Dessa forma, os percentuais utilizados foram conforme tabela a seguir:

Item	Descrição	%	Memória de cálculo
A	Custos Indiretos	1,20%	Conforme Aba/Planilha Pesquisa SAT e CITL
B	Lucro	1,20%	Conforme Aba/Planilha Pesquisa SAT e CITL
C	PIS	0,65%	Conforme Leis nº 10.637/2002 (PIS) e nº 10.833/2003 (COFINS), alteradas pela Lei nº 14.967/2024
C	COFINS	3,00%	Conforme Leis nº 10.637/2002 (PIS) e nº 10.833/2003 (COFINS), alteradas pela Lei nº 14.967/2024
C	ISSQN	2,00%	Alíquota do ISSQN para Fortaleza/CE

II. Item 2: Posto de vigilância, 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, para a Sede da SPRF-CE e CTNE em Fortaleza/CE.

1. Módulo 1 - Composição da Remuneração

A) Salário Base:

Conforme CLÁUSULA TERCEIRA - DO PISO SALARIAL, "a)" da Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2026:

R\$ 1.952,07 (um mil novecentos e cinquenta e dois reais e sete centavos) para todos os vigilantes.

B) Adicional de Periculosidade:

Conforme CLÁUSULA DÉCIMA - DO RISCO DE VIDA – TRANSFORMAÇÃO EM ADICIONAL DE PERICULOSIDADE e ANEXO II - TABELA SALARIAL 2026:

R\$ 585,62 (correspondente a 30% de R\$ 1.952,07).

C) Adicional Noturno:

Conforme CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA JORNADA DE TRABALHO - PARÁGRAFO QUINTO - ADICIONAL NOTURNO e ANEXO II - TABELA SALARIAL 2026:

R\$ 276,00

D) Adicional de Hora Noturna Reduzida:

Conforme CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA JORNADA DE TRABALHO - PARÁGRAFO QUARTO - HORA NOTURNA REDUZIDA e ANEXO II - TABELA SALARIAL 2026:

R\$ 287,70

2. Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

2.1. Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias:

Item	Descrição	Percentual (%)	Memória de cálculo	Fundamento
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	$[(1/12) \times 100] = 8,33\%$ $8,33\% \times \text{Total do Módulo 1}$	Art.7º, VIII, CF/88
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	% da Conta Vinculada - Conforme item 14 do Anexo XII da IN nº 05/2017 $12,10\% \times \text{Total do Módulo 1}$	% da Conta Vinculada - Conforme item 14 do Anexo XII da IN nº 05/2017

2.2. Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições:

Item	Descrição	Percentual (%)	Memória de cálculo	Fundamento
A	INSS	20%	$20\% \times (\text{Total do Módulo 1} + \text{Total do Submódulo 2.1})$	Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Art. 22, inciso I)
B	Salário Educação	2,50%	$2,50\% \times (\text{Total do Módulo 1} + \text{Total do Submódulo 2.1})$	Decreto-Lei nº 87.043, de 22 de março de 1982 (Art. 3º, inciso I)
C	SAT	2,61% Conforme Aba/Planilha - Pesquisa SAT e CITL	$2,61\% \times (\text{Total do Módulo 1} + \text{Total do Submódulo 2.1})$	Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Art. 22, inciso II, alíneas “b” e “c”)
D	SESC ou Sesi	1,50%	$1,50\% \times (\text{Total do Módulo 1} + \text{Total do Submódulo 2.1})$	Lei nº 8.036/90 (Art. 30)
E	SENAI - SENAC	1,00%	$1,00\% \times (\text{Total do Módulo 1} + \text{Total do Submódulo 2.1})$	Decreto-Lei nº 2.318/86
F	SEBRAE	0,60%	$0,60\% \times (\text{Total do Módulo 1} + \text{Total do Submódulo 2.1})$	Art. 8º, Lei nº 8.029/90 e Lei nº 8.154/90

Item	Descrição	Percentual (%)	Memória de cálculo	Fundamento
G	INCRA	0,20%	0,20% x (Total do Módulo 1 + Total do Submódulo 2.1)	Decreto-Lei nº 1.146, de 31 de dezembro de 1970 (Art. 1º, inciso I)
H	FGTS	8,00%	8,00% x (Total do Módulo 1 + Total do Submódulo 2.1)	Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Art. 15)

2.2.1. Para o percentual do SAT (Seguro Acidente do Trabalho) foi realizada, no Compras.gov, pesquisa de preços em contratações similares (prestação de serviços de Vigilância) feitas pela Administração Pública no Estado do Ceará, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano, sendo utilizada a média dos percentuais obtidos na pesquisa, conforme tabela a seguir:

Vigilância					
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA NO ESTADO DO CEARA-Código da UASG: 90006-Pregão Eletrônico Nº 90005/2025-Item 1-Adjudicada 86.960.598/0001-86 NORTH SEGURANCA LTDA	EMBRAPA CAPRINOS E OVINOS/SOBRAL/CE-Código da UASG: 135010-Pregão Eletrônico Nº 90003/2025-Item 1-Adjudicada 09.451.428/0001-25 SERVIARM SERVICOS DE VIGILANCIA ARMADA LTDA	JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA NO ESTADO DO CEARA-Código da UASG: 90006-Pregão Eletrônico Nº 90006/2025-Item 1-Adjudicada 07.917.508/0001-06 PERES SERVICOS DE SEGURANCA LTDA	Média
C	SAT	3,34%	2,98%	1,50%	2,61%

2.3. Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários:

Item	Descrição	Memória de cálculo	Fundamento
A	Transporte	Valor do vale transporte x 2 passagens por dia x 15 dias trabalhados - (6% x valor do salário base) Tarifa Fortaleza/CE: R\$ 5,40	Lei no 7.418, de 16 de dezembro de 1985; CCT 2026/2026-CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO VALE TRANSPORTE - DESCONTOS
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	Vale-refeição ou vale-alimentação no valor facial de R\$ 39,01 (trinta e nove reais e um centavo). Valor do vale alimentação x 15 dias trabalhados - (12% incidente sobre o valor total concedido)	CCT 2026/2026-CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA REFEIÇÃO
C	Assistência Médica e Familiar	O custo do PLANO DE SAÚDE contratado será, no ano de 2026, no	CCT 2026/2026-CLÁUSULA DÉCIMA

Item	Descrição	Memória de cálculo	Fundamento
		valor de R\$ 147,56 (cento e quarenta e sete reais e cinquenta e seis centavos), com a participação no pagamento do seu custeio integral para o empregador.	TERCEIRA - DO PLANO DE SAÚDE
D	Auxílio Funeral	Conforme metodologia do Caderno de Logística - Prestação de serviços de vigilância patrimonial/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. – Brasília : SLTI, 2014 (pág, 73) 4 x salário base x 0,00955%	CCT 2026/2026-CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO AUXÍLIO FUNERAL
E	Seguro de Vida (Morte/Invalidez)	Conforme metodologia do Caderno de Logística - Prestação de serviços de vigilância patrimonial/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. – Brasília : SLTI, 2014 (pág, 72) Seguro de vida (Morte): 60 x salário Ou Seguro de vida (Invalidez): 60 x salário 60 x salário base x 0,009500%	CCT 2026/2026-CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO SEGURO DE VIDA
F	Auxílio-Creche/reembolso-creche	Conforme Instrução Normativa SEGES/MGI nº 147, de 13 de abril de 2026 (R\$ 526,64 x 20%)	Instrução Normativa SEGES/MGI nº 147, de 13 de abril de 2026

2.3.1. Para fins de estimativa foi utilizada a seguinte tarifa do sistema de transporte coletivo público:

2.3.1.1. Fortaleza/CE: Urbana de R\$ 5,40.

3. Módulo 3 - Provisão para Rescisão

Item	Descrição	Memória de cálculo do %	Memória de cálculo	Fundamento
A	Aviso Prévio Indenizado	[(1/12) x estatística (no caso, 5%)] Adotada a estatística do CNJ, na qual 5%	0,42% x Total do Módulo 1	Constituição Federal de 1988 (Art. 7º, inciso XXI) e CLT (Art. 477, art. 487 a 491)

Item	Descrição	Memória de cálculo do %	Memória de cálculo	Fundamento
		dos trabalhadores são demitidos com API. $(1/12) \times 5\% = 0,42\%$		
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	$8\% \times 0,42\% = 0,03\%$	$0,03\% \times \text{Total do Módulo 1}$	Súmula nº 305 do TST
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	$[8\% \times 40\% \times \text{estatística (no caso, 5\%)}]$ $8\% \times 40\% \times 5\% = 0,16\%$	$0,16\% \times \text{Total do Módulo 1}$	Art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; § 1º do art. 18 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; Art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001; Art. 12 da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019.
D	Aviso Prévio Trabalhado	$[(7/30)/12] = 1,94\%$ (conforme TCU) x estatística (no caso, 95%) Adotada a estatística do CNJ, na qual 95% dos trabalhadores são demitidos com APT. $1,94\% \times 95\% = 1,85\%$	$1,85\% \times \text{Total do Módulo 1}$	Constituição Federal de 1988 (Art. 7º, inciso XXI) e CLT (Art. 477, art. 487 a 491)
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	Percentual total dos encargos do Submódulo 2.2 x percentual do Aviso Prévio Trabalhado $36,41\% \times 1,85\% = 0,67\%$	$0,67\% \times \text{Total do Módulo 1}$	
F	Multa do FGTS e contribuição	$8\% \times 40\% \times \text{estatística (no caso, 95\%)}$	$3,04\% \times \text{Total do Módulo 1}$	Art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;

Item	Descrição	Memória de cálculo do %	Memória de cálculo	Fundamento
	social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	$8\% \times 40\% \times 95\% = 3,04\%$		<p>§ 1º do art. 18 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;</p> <p>Art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001;</p> <p>Art. 12 da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019.</p>

4. Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4.1. Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais:

Item	Descrição	Memória de cálculo	Fundamento
A	Substituto na cobertura de Férias	<p>Conforme metodologia do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará 2019 - SEGES/MINISTÉRIO DA ECONOMIA (pág. 24)</p> <p>$((\text{Total do Módulo 1} + \text{Total do Módulo 2} + \text{Total do Módulo 3})/30) \times \text{Dias de reposição}/12$</p> <p>Conforme Metodologia e dados do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará - 2019 - Cenário Máximo</p> <p>Dias de reposição = 15,0000</p>	Art. 129 da CLT
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	<p>Conforme metodologia do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará 2019 - SEGES/MINISTÉRIO DA ECONOMIA (pág. 24)</p> <p>$((\text{Total do Módulo 1} + \text{Total do Módulo 2} + \text{Total do Módulo 3})/30) \times \text{Dias de reposição}/12$</p> <p>Conforme Metodologia e dados do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará - 2019 - Cenário Máximo</p> <p>Dias de reposição = 5,0924</p>	Art. 473 da CLT
C	Substituto na cobertura de Licença-	Conforme metodologia do Caderno Técnico – Vigilância –	Inciso II do art. 1º da Lei nº 11.770, de 9

Item	Descrição	Memória de cálculo	Fundamento
	Paternidade	Ceará 2019 - SEGES/MINISTÉRIO DA ECONOMIA (pág. 24) (((Total do Módulo 1 + Total do Módulo 2 + Total do Módulo 3)/30) x Dias de reposição)/12 Conforme Metodologia e dados do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará - 2019 - Cenário Máximo Dias de reposição = 0,3250	de setembro de 2008.
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	Conforme metodologia do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará 2019 - SEGES/MINISTÉRIO DA ECONOMIA (pág. 24) (((Total do Módulo 1 + Total do Módulo 2 + Total do Módulo 3)/30) x Dias de reposição)/12 Conforme Metodologia e dados do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará - 2019 - Cenário Máximo Dias de reposição = 0,6913	Art. 19 a 23 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	Conforme metodologia do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará 2019 - SEGES/MINISTÉRIO DA ECONOMIA (pág. 24) (((Total do Módulo 1 + Total do Módulo 2 + Total do Módulo 3)/30) x Dias de reposição)/12 Conforme Metodologia e dados do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará - 2019 - Cenário Máximo Dias de reposição = 0,2475	Inciso I do art. 1º da Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	As outras ausências legais foram incluídas no Item B - Substituto na cobertura de Ausências Legais	Art. 473 da CLT

4.2. Submódulo 4.2 - ~~Substituto na Intra-jornada~~ - Intra-jornada indenizada:

Item	Descrição	Memória de cálculo	Fundamento
A	Intervalo para repouso ou	Conforme Anexo II - Tabela Salarial 2026	CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DO

Item	Descrição	Memória de cálculo	Fundamento
	alimentação (intrajornada) indenizado	NOTURNO - INTRAJORNADA 15 PLANTÕES: R\$ 287,70	INTERVALO INTRAJORNADA

5. Módulo 5 - Insumos Diversos

5.1. Para os Insumos Diversos (Uniforme/Materiais/Equipamentos) foi realizada, no Compras.gov, no Módulo Pesquisa de Preços, pesquisa de preços unitários de tais itens, sendo utilizada a mediana dos valores obtidos na pesquisa. Para o Sistema de Ronda foi realizada pesquisa de preços em sítios eletrônicos especializados de domínio amplo, sendo utilizada a mediana dos preços obtidos. Os valores unitários obtidos foram utilizados na Aba/Planilha “Unif_Mat_Rond_Equip”, de modo a calcular o custo estimado para tais componentes, conforme tabela a seguir:

Item	Descrição	Valor	Memória de cálculo
A	Uniformes	R\$ 105,68	Conforme Aba/Planilha “Unif_Mat_Rond_Equip” e Aba/Planilha “Pesquisa Insumos”
B	Materiais	R\$ 30,44	Conforme Aba/Planilha “Unif_Mat_Rond_Equip” e Aba/Planilha “Pesquisa Insumos”
C	Sistema de gestão de ronda	R\$ 18,04	Conforme Aba/Planilha “Unif_Mat_Rond_Equip” e Aba/Planilha “Pesquisa Insumos”
D	Equipamentos	R\$ 38,07	Conforme Aba/Planilha “Unif_Mat_Rond_Equip” e Aba/Planilha “Pesquisa Insumos”

5.2. Para o cálculo do custo de depreciação dos equipamentos foi utilizado o método linear.

5.3. Tendo em vista que se busca estimar o custo mensal por vigilante, para os locais que possuem posto diurno e noturno (Sede/CTNE e DEL03), o custo dos materiais, sistema de ronda e equipamentos, foi rateado entre o posto diurno e noturno, tendo em vista que tais equipamentos são de uso compartilhado entre o posto diurno e noturno, e considerando que cada posto na escala 12x36 envolve 2 vigilantes.

6. Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6.1. Para os Custos Indiretos e Lucro foi realizada, no Compras.gov, pesquisa de preços em contratações similares (prestação de serviços de Vigilância) feitas pela Administração Pública no Estado do Ceará, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano, sendo utilizada a média dos percentuais obtidos na pesquisa, conforme tabela a seguir:

Vigilância					
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA NO ESTADO DO CEARA-Código da UASG: 90006-Pregão Eletrônico Nº 90005/2025-Item 1-Adjudicada 86.960.598/0001-86 NORTH SEGURANCA LTDA	EMBRAPA CAPRINOS E OVINOS/SOBRAL/CE-Código da UASG: 135010-Pregão Eletrônico Nº 90003/2025-Item 1-Adjudicada 09.451.428/0001-25 SERVIARM SERVICOS DE VIGILANCIA ARMADA LTDA	JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA NO ESTADO DO CEARA-Código da UASG: 90006-Pregão Eletrônico Nº 90006/2025-Item 1-Adjudicada 07.917.508/0001-06 PERES SERVICOS DE SEGURANCA LTDA	Média
A	Custos Indiretos	0,50%	0,10%	3,00%	1,20%
B	Lucro	0,50%	0,10%	3,00%	1,20%

6.2. Para os tributos foram utilizados os seguintes percentuais:

6.2.1. A Lei nº 14.967/2024 (Estatuto da Segurança Privada), ao alterar as Leis nº 10.637/2002 (PIS) e nº 10.833/2003 (COFINS), determinou que as receitas decorrentes da prestação de serviços de vigilância patrimonial (listados no art. 5º da nova lei, que inclui essa atividade), estão sujeitas ao:

6.2.1.1. Regime de apuração cumulativa para o PIS e a COFINS: alíquotas de 0,65% para o PIS/PASEP e 3,00% para a COFINS.

6.2.2. A alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) para serviços de vigilância no município de Fortaleza/CE é de 2% (dois por cento).

6.3. Dessa forma, os percentuais utilizados foram conforme a tabela a seguir:

Item	Descrição	%	Memória de cálculo
A	Custos Indiretos	1,20%	Conforme Aba/Planilha Pesquisa SAT e CITL
B	Lucro	1,20%	Conforme Aba/Planilha Pesquisa SAT e CITL
C	PIS	0,65%	Conforme Leis nº 10.637/2002 (PIS) e nº 10.833/2003 (COFINS), alteradas pela Lei nº 14.967/2024
C	COFINS	3,00%	Conforme Leis nº 10.637/2002 (PIS) e nº 10.833/2003 (COFINS), alteradas pela Lei nº 14.967/2024
C	ISSQN	2,00%	Alíquota do ISSQN para Fortaleza/CE

III. Item 3: Posto de vigilância, 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, para a DEL02 - Delegacia em Canindé/CE.

1. Módulo 1 - Composição da Remuneração

A) Salário Base:

Conforme CLÁUSULA TERCEIRA - DO PISO SALARIAL, "a)" da Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2026:

R\$ 1.952,07 (um mil novecentos e cinquenta e dois reais e sete centavos) para todos os vigilantes.

B) Adicional de Periculosidade:

Conforme CLÁUSULA DÉCIMA - DO RISCO DE VIDA – TRANSFORMAÇÃO EM ADICIONAL DE PERICULOSIDADE e ANEXO II - TABELA SALARIAL 2026:

R\$ 585,62 (correspondente a 30% de R\$ 1.952,07).

C) Adicional Noturno:

Conforme CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA JORNADA DE TRABALHO - PARÁGRAFO QUINTO - ADICIONAL NOTURNO e ANEXO II - TABELA SALARIAL 2026:

R\$ 276,00

D) Adicional de Hora Noturna Reduzida:

Conforme CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA JORNADA DE TRABALHO - PARÁGRAFO QUARTO - HORA NOTURNA REDUZIDA e ANEXO II - TABELA SALARIAL 2026:

R\$ 287,70

2. Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

2.1. Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias:

Item	Descrição	Percentual (%)	Memória de cálculo	Fundamento
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	$[(1/12) \times 100] = 8,33\%$ $8,33\% \times \text{Total do Módulo 1}$	Art.7º, VIII, CF/88
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	% da Conta Vinculada - Conforme item 14 do Anexo XII da IN nº 05/2017	% da Conta Vinculada - Conforme item 14 do Anexo XII da IN nº 05/2017

Item	Descrição	Percentual (%)	Memória de cálculo	Fundamento
			12,10% x Total do Módulo 1	

2.2. Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

Item	Descrição	Percentual (%)	Memória de cálculo	Fundamento
A	INSS	20%	20% x (Total do Módulo 1 + Total do Submódulo 2.1)	Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Art. 22, inciso I)
B	Salário Educação	2,50%	2,50% x (Total do Módulo 1 + Total do Submódulo 2.1)	Decreto-Lei nº 87.043, de 22 de março de 1982 (Art. 3º, inciso I)
C	SAT	2,61% Conforme Aba/Planilha - Pesquisa SAT e CITL	2,61% x (Total do Módulo 1 + Total do Submódulo 2.1)	Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Art. 22, inciso II, alíneas “b” e “c”)
D	SESC ou Sesi	1,50%	1,50% x (Total do Módulo 1 + Total do Submódulo 2.1)	Lei nº 8.036/90 (Art. 30)
E	SENAI - SENAC	1,00%	1,00% x (Total do Módulo 1 + Total do Submódulo 2.1)	Decreto-Lei nº 2.318/86
F	SEBRAE	0,60%	0,60% x (Total do Módulo 1 + Total do Submódulo 2.1)	Art. 8º, Lei nº 8.029/90 e Lei nº 8.154/90
G	INCRA	0,20%	0,20% x (Total do Módulo 1 + Total do Submódulo 2.1)	Decreto-Lei nº 1.146, de 31 de dezembro de 1970 (Art. 1º, inciso I)
H	FGTS	8,00%	8,00% x (Total do Módulo 1 + Total do Submódulo 2.1)	Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Art. 15)

2.3. Para o percentual do SAT (Seguro Acidente do Trabalho) foi realizada, no Compras.gov, pesquisa de preços em contratações similares (prestação de serviços de Vigilância) feitas pela Administração Pública no Estado do Ceará, em execução ou

concluídas no período de 1 (um) ano, sendo utilizada a média dos percentuais obtidos na pesquisa, conforme tabela a seguir:

Vigilância					
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA NO ESTADO DO CEARA-Código da UASG: 90006-Pregão Eletrônico Nº 90005/2025-Item 1-Adjudicada 86.960.598/0001-86 NORTH SEGURANCA LTDA	EMBRAPA CAPRINOS E OVINOS/SOBRAL/CE-Código da UASG: 135010-Pregão Eletrônico Nº 90003/2025-Item 1-Adjudicada 09.451.428/0001-25 SERVIARM SERVICIO DE VIGILANCIA ARMADA LTDA	JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA NO ESTADO DO CEARA-Código da UASG: 90006-Pregão Eletrônico Nº 90006/2025-Item 1-Adjudicada 07.917.508/0001-06 PERES SERVICOS DE SEGURANCA LTDA	Média
C	SAT	3,34%	2,98%	1,50%	2,61%

2.4. Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários:

Item	Descrição	Memória de cálculo	Fundamento
A	Transporte	Valor do vale transporte x 2 passagens por dia x 15 dias trabalhados - (6% x valor do salário base) Como não foi encontrada tarifa oficial para Canindé/CE, foi utilizado o valor R\$ 0,00	Lei no 7.418, de 16 de dezembro de 1985; CCT 2026/2026-CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO VALE TRANSPORTE - DESCONTOS
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	Vale-refeição ou vale-alimentação no valor facial de R\$ 39,01 (trinta e nove reais e um centavo). Valor do vale alimentação x 15 dias trabalhados - (12% incidente sobre o valor total concedido)	CCT 2026/2026-CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA REFEIÇÃO
C	Assistência Médica e Familiar	O custo do PLANO DE SAÚDE contratado será, no ano de 2026, no valor de R\$ 147,56 (cento e quarenta e sete reais e cinquenta e seis centavos), com a participação no pagamento do seu custeio integral para o empregador.	CCT 2026/2026-CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PLANO DE SAÚDE
D	Auxílio Funeral	Conforme metodologia do Caderno de Logística - Prestação de serviços de vigilância patrimonial/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. – Brasília : SLTI, 2014 (pág, 73) 4 x salário base x 0,00955%	CCT 2026/2026-CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO AUXÍLIO FUNERAL

Item	Descrição	Memória de cálculo	Fundamento
E	Seguro de Vida (Morte/Invalidez)	Conforme metodologia do Caderno de Logística - Prestação de serviços de vigilância patrimonial/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. – Brasília : SLTI, 2014 (pág, 72) Seguro de vida (Morte): 60 x salário Ou Seguro de vida (Invalidez): 60 x salário 60 x salário base x 0,009500%	CCT 2026/2026- CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO SEGURO DE VIDA
F	Auxílio-Creche/reembolso-creche	Conforme Instrução Normativa SEGES/MGI nº 147, de 13 de abril de 2026 (R\$ 526,64 x 20%)	Instrução Normativa SEGES/MGI nº 147, de 13 de abril de 2026

2.4.1. Para fins de estimativa foi utilizada a seguinte tarifa do sistema de transporte coletivo público:

2.4.1.1. Como não foi encontrada tarifa oficial para Canindé/CE, foi utilizado o valor R\$ 0,00.

3. Módulo 3 - Provisão para Rescisão

Item	Descrição	Memória de cálculo do %	Memória de cálculo	Fundamento
A	Aviso Prévio Indenizado	[(1/12) x estatística (no caso, 5%)] Adotada a estatística do CNJ, na qual 5% dos trabalhadores são demitidos com API. (1/12) x 5% = 0,42%	0,42% x Total do Módulo 1	Constituição Federal de 1988 (Art. 7º, inciso XXI) e CLT (Art. 477, art. 487 a 491)
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	8% x 0,42% = 0,03%	0,03% x Total do Módulo 1	Súmula nº 305 do TST
C	Multa do FGTS e contribuição	[8% x 40% x estatística (no caso, 5%)]	0,16% x Total do Módulo 1	Art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;

Item	Descrição	Memória de cálculo do %	Memória de cálculo	Fundamento
	social sobre o Aviso Prévio Indenizado	$8\% \times 40\% \times 5\% = 0,16\%$		<p>§ 1º do art. 18 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;</p> <p>Art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001;</p> <p>Art. 12 da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019.</p>
D	Aviso Prévio Trabalhado	<p>$[(7/30)/12] = 1,94\%$ (conforme TCU) x estatística (no caso, 95%)</p> <p>Adotada a estatística do CNJ, na qual 95% dos trabalhadores são demitidos com APT.</p> <p>$1,94\% \times 95\% = 1,85\%$</p>	$1,85\% \times \text{Total do Módulo 1}$	Constituição Federal de 1988 (Art. 7º, inciso XXI) e CLT (Art. 477, art. 487 a 491)
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	<p>Percentual total dos encargos do Submódulo 2.2 x percentual do Aviso Prévio Trabalhado</p> <p>$36,41\% \times 1,85\% = 0,67\%$</p>	$0,67\% \times \text{Total do Módulo 1}$	
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	<p>$8\% \times 40\% \times \text{estatística (no caso, 95\%)}$</p> <p>$8\% \times 40\% \times 95\% = 3,04\%$</p>	$3,04\% \times \text{Total do Módulo 1}$	<p>Art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;</p> <p>§ 1º do art. 18 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;</p> <p>Art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001;</p> <p>Art. 12 da Lei nº 13.932, de 11 de</p>

Item	Descrição	Memória de cálculo do %	Memória de cálculo	Fundamento
				dezembro de 2019.

4. Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4.1. Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais:

Item	Descrição	Memória de cálculo	Fundamento
A	Substituto na cobertura de Férias	<p>Conforme metodologia do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará 2019 - SEGES/MINISTÉRIO DA ECONOMIA (pág. 24)</p> $(((\text{Total do Módulo 1} + \text{Total do Módulo 2} + \text{Total do Módulo 3})/30) \times \text{Dias de reposição})/12$ <p>Conforme Metodologia e dados do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará - 2019 - Cenário Máximo</p> <p>Dias de reposição = 15,0000</p>	Art. 129 da CLT
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	<p>Conforme metodologia do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará 2019 - SEGES/MINISTÉRIO DA ECONOMIA (pág. 24)</p> $(((\text{Total do Módulo 1} + \text{Total do Módulo 2} + \text{Total do Módulo 3})/30) \times \text{Dias de reposição})/12$ <p>Conforme Metodologia e dados do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará - 2019 - Cenário Máximo</p> <p>Dias de reposição = 5,0924</p>	Art. 473 da CLT
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	<p>Conforme metodologia do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará 2019 - SEGES/MINISTÉRIO DA ECONOMIA (pág. 24)</p> $(((\text{Total do Módulo 1} + \text{Total do Módulo 2} + \text{Total do Módulo 3})/30) \times \text{Dias de reposição})/12$ <p>Conforme Metodologia e dados do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará - 2019 - Cenário Máximo</p> <p>Dias de reposição = 0,3250</p>	Inciso II do art. 1º da Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008.

Item	Descrição	Memória de cálculo	Fundamento
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	Conforme metodologia do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará 2019 - SEGES/MINISTÉRIO DA ECONOMIA (pág. 24) (((Total do Módulo 1 + Total do Módulo 2 + Total do Módulo 3)/30) x Dias de reposição)/12 Conforme Metodologia e dados do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará - 2019 - Cenário Máximo Dias de reposição = 0,6913	Art. 19 a 23 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	Conforme metodologia do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará 2019 - SEGES/MINISTÉRIO DA ECONOMIA (pág. 24) (((Total do Módulo 1 + Total do Módulo 2 + Total do Módulo 3)/30) x Dias de reposição)/12 Conforme Metodologia e dados do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará - 2019 - Cenário Máximo Dias de reposição = 0,2475	Inciso I do art. 1º da Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	As outras ausências legais foram incluídas no Item B - Substituto na cobertura de Ausências Legais	Art. 473 da CLT

4.2. Submódulo 4.2 - ~~Substituto na Intra jornada~~ - Intra jornada indenizada:

Item	Descrição	Memória de cálculo	Fundamento
A	Intervalo para repouso ou alimentação (intra jornada) indenizado	Conforme Anexo II - Tabela Salarial 2026 NOTURNO - INTRAJORNADA 15 PLANTÕES: R\$ 287,70	CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DO INTERVALO INTRAJORNADA

5. Módulo 5 - Insumos Diversos

5.1. Para os Insumos Diversos (Uniforme/Materiais/Equipamentos) foi realizada, no Compras.gov, no Módulo Pesquisa de Preços, pesquisa de preços unitários de tais itens, sendo utilizada a mediana dos valores obtidos na pesquisa. Para o Sistema de

Ronda foi realizada pesquisa de preços em sítios eletrônicos especializados de domínio amplo, sendo utilizada a mediana dos preços obtidos. Os valores unitários obtidos foram utilizados na Aba/Planilha “Unif_Mat_Rond_Equip”, de modo a calcular o custo estimado para tais componentes, conforme tabela a seguir:

Item	Descrição	Valor	Memória de cálculo
A	Uniformes	R\$ 105,68	Conforme Aba/Planilha “Unif_Mat_Rond_Equip” e Aba/Planilha “Pesquisa Insumos”
B	Materiais	R\$ 60,88	Conforme Aba/Planilha “Unif_Mat_Rond_Equip” e Aba/Planilha “Pesquisa Insumos”
C	Sistema de gestão de ronda	R\$ 36,08	Conforme Aba/Planilha “Unif_Mat_Rond_Equip” e Aba/Planilha “Pesquisa Insumos”
D	Equipamentos	R\$ 76,14	Conforme Aba/Planilha “Unif_Mat_Rond_Equip” e Aba/Planilha “Pesquisa Insumos”

5.2. Para o cálculo do custo de depreciação dos equipamentos foi utilizado o método linear.

6. Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6.1. Para os Custos Indiretos e Lucro foi realizada, no Compras.gov, pesquisa de preços em contratações similares (prestação de serviços de Vigilância) feitas pela Administração Pública no Estado do Ceará, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano, sendo utilizada a média dos percentuais obtidos na pesquisa, conforme tabela a seguir:

Vigilância					
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA NO ESTADO DO CEARA-Código da UASG: 90006-Pregão Eletrônico Nº 90005/2025-Item 1-Adjudicada 86.960.598/0001-86 NORTH SEGURANCA LTDA	EMBRAPA CAPRINOS E OVINOS/SOBRAL/CE-Código da UASG: 135010-Pregão Eletrônico Nº 90003/2025-Item 1-Adjudicada 09.451.428/0001-25 SERVIARM SERVICO DE VIGILANCIA ARMADA LTDA	JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA NO ESTADO DO CEARA-Código da UASG: 90006-Pregão Eletrônico Nº 90006/2025-Item 1-Adjudicada 07.917.508/0001-06 PERES SERVICOS DE SEGURANCA LTDA	Média
A	Custos Indiretos	0,50%	0,10%	3,00%	1,20%
B	Lucro	0,50%	0,10%	3,00%	1,20%

6.2. Para os tributos foram utilizados os seguintes percentuais:

6.2.1. A Lei nº 14.967/2024 (Estatuto da Segurança Privada), ao alterar as Leis nº 10.637/2002 (PIS) e nº 10.833/2003 (COFINS), determinou que as receitas decorrentes da prestação de serviços de vigilância patrimonial (listados no art. 5º da nova lei, que inclui essa atividade), estão sujeitas ao:

6.2.1.1. Regime de apuração cumulativa para o PIS e a COFINS: alíquotas de 0,65% para o PIS/PASEP e 3,00% para a COFINS.

6.2.2. A alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) para serviços de vigilância no município de Canindé/CE é de 5% (cinco por cento).

6.3. Dessa forma, os percentuais utilizados foram conforme a tabela a seguir:

Item	Descrição	%	Memória de cálculo
A	Custos Indiretos	1,20%	Conforme Aba/Planilha Pesquisa SAT e CITL
B	Lucro	1,20%	Conforme Aba/Planilha Pesquisa SAT e CITL
C	PIS	0,65%	Conforme Leis nº 10.637/2002 (PIS) e nº 10.833/2003 (COFINS), alteradas pela Lei nº 14.967/2024
C	COFINS	3,00%	Conforme Leis nº 10.637/2002 (PIS) e nº 10.833/2003 (COFINS), alteradas pela Lei nº 14.967/2024
C	ISSQN	5,00%	Alíquota do ISSQN para Canindé/CE

IV. Item 4: Posto de vigilância, 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, para a DEL03 - Delegacia em Russas/CE.

1. Módulo 1 - Composição da Remuneração

A) Salário Base:

Conforme CLÁUSULA TERCEIRA - DO PISO SALARIAL, "a)" da Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2026:

R\$ 1.952,07 (um mil novecentos e cinquenta e dois reais e sete centavos) para todos os vigilantes.

B) Adicional de Periculosidade:

Conforme CLÁUSULA DÉCIMA - DO RISCO DE VIDA - TRANSFORMAÇÃO EM ADICIONAL DE PERICULOSIDADE e ANEXO II - TABELA SALARIAL 2026:

R\$ 585,62 (correspondente a 30% de R\$ 1.952,07).

2. Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

2.1. Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias:

Item	Descrição	Percentual (%)	Memória de cálculo	Fundamento
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	$[(1/12) \times 100] = 8,33\%$ $8,33\% \times \text{Total do Módulo 1}$	Art.7º, VIII, CF/88
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	% da Conta Vinculada - Conforme item 14 do Anexo XII da IN nº 05/2017 $12,10\% \times \text{Total do Módulo 1}$	% da Conta Vinculada - Conforme item 14 do Anexo XII da IN nº 05/2017

2.2. Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições:

Item	Descrição	Percentual (%)	Memória de cálculo	Fundamento
A	INSS	20%	$20\% \times (\text{Total do Módulo 1} + \text{Total do Submódulo 2.1})$	Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Art. 22, inciso I)
B	Salário Educação	2,50%	$2,50\% \times (\text{Total do Módulo 1} + \text{Total do Submódulo 2.1})$	Decreto-Lei nº 87.043, de 22 de março de 1982 (Art. 3º, inciso I)
C	SAT	2,61% Conforme Aba/Planilha "Pesquisa SAT e CITL"	$2,61\% \times (\text{Total do Módulo 1} + \text{Total do Submódulo 2.1})$	Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Art. 22, inciso II, alíneas "b" e "c")
D	SESC ou Sesi	1,50%	$1,50\% \times (\text{Total do Módulo 1} + \text{Total do Submódulo 2.1})$	Lei nº 8.036/90 (Art. 30)
E	SENAI - SENAC	1,00%	$1,00\% \times (\text{Total do Módulo 1} + \text{Total do Submódulo 2.1})$	Decreto-Lei nº 2.318/86
F	SEBRAE	0,60%	$0,60\% \times (\text{Total do Módulo 1} + \text{Total do Submódulo 2.1})$	Art. 8º, Lei nº 8.029/90 e Lei nº 8.154/90

Item	Descrição	Percentual (%)	Memória de cálculo	Fundamento
G	INCRA	0,20%	0,20% x (Total do Módulo 1 + Total do Submódulo 2.1)	Decreto-Lei nº 1.146, de 31 de dezembro de 1970 (Art. 1º, inciso I)
H	FGTS	8,00%	8,00% x (Total do Módulo 1 + Total do Submódulo 2.1)	Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Art. 15)

2.3. Para o percentual do SAT (Seguro Acidente do Trabalho) foi realizada, no Compras.gov, pesquisa de preços em contratações similares (prestação de serviços de Vigilância) feitas pela Administração Pública no Estado do Ceará, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano, sendo utilizada a média dos percentuais obtidos na pesquisa, conforme tabela a seguir:

Vigilância					
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA NO ESTADO DO CEARA-Código da UASG: 90006-Pregão Eletrônico Nº 90005/2025-Item 1-Adjudicada 86.960.598/0001-86 NORTH SEGURANCA LTDA	EMBRAPA CAPRINOS E OVINOS/SOBRAL/CE-Código da UASG: 135010-Pregão Eletrônico Nº 90003/2025-Item 1-Adjudicada 09.451.428/0001-25 SERVIARM SERVICOS DE VIGILANCIA ARMADA LTDA	JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA NO ESTADO DO CEARA-Código da UASG: 90006-Pregão Eletrônico Nº 90006/2025-Item 1-Adjudicada 07.917.508/0001-06 PERES SERVICOS DE SEGURANCA LTDA	Média
C	SAT	3,34%	2,98%	1,50%	2,61%

2.4. Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários:

Item	Descrição	Memória de cálculo	Fundamento
A	Transporte	Valor do vale transporte x 2 passagens por dia x 15 dias trabalhados - (6% x valor do salário base) Como não foi encontrada tarifa oficial para Russas/CE, foi utilizado o valor R\$ 0,00	Lei no 7.418, de 16 de dezembro de 1985; CCT 2026/2026-CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO VALE TRANSPORTE - DESCONTOS
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	Vale-refeição ou vale-alimentação no valor facial de R\$ 39,01 (trinta e nove reais e um centavo). Valor do vale alimentação x 15 dias trabalhados - (12% incidente sobre o valor total concedido)	CCT 2026/2026-CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA REFEIÇÃO
C	Assistência Médica e Familiar	O custo do PLANO DE SAÚDE contratado será, no ano de 2026, no	CCT 2026/2026-CLÁUSULA DÉCIMA

Item	Descrição	Memória de cálculo	Fundamento
		valor de R\$ 147,56 (cento e quarenta e sete reais e cinquenta e seis centavos), com a participação no pagamento do seu custeio integral para o empregador.	TERCEIRA - DO PLANO DE SAÚDE
D	Auxílio Funeral	Conforme metodologia do Caderno de Logística - Prestação de serviços de vigilância patrimonial/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. – Brasília : SLTI, 2014 (pág, 73) 4 x salário base x 0,00955%	CCT 2026/2026-CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO AUXÍLIO FUNERAL
E	Seguro de Vida (Morte/Invalidez)	Conforme metodologia do Caderno de Logística - Prestação de serviços de vigilância patrimonial/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. – Brasília : SLTI, 2014 (pág, 72) Seguro de vida (Morte): 60 x salário Ou Seguro de vida (Invalidez): 60 x salário 60 x salário base x 0,009500%	CCT 2026/2026-CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO SEGURO DE VIDA
F	Auxílio-Creche/reembolso-creche	Conforme Instrução Normativa SEGES/MGI nº 147, de 13 de abril de 2026 (R\$ 526,64 x 20%)	Instrução Normativa SEGES/MGI nº 147, de 13 de abril de 2026

2.4.1. Para fins de estimativa foi utilizada a seguinte tarifa do sistema de transporte coletivo público:

2.4.1.1. Como não foi encontrada tarifa oficial para Russas/CE, foi utilizado o valor R\$ 0,00.

3. Módulo 3 - Provisão para Rescisão

Item	Descrição	Memória de cálculo do %	Memória de cálculo	Fundamento
A	Aviso Prévio Indenizado	$[(1/12) \times \text{estatística (no caso, 5\%)}]$	0,42% x Total do Módulo 1	Constituição Federal de 1988 (Art. 7º, inciso XXI) e CLT (Art. 477,

Item	Descrição	Memória de cálculo do %	Memória de cálculo	Fundamento
		Adotada a estatística do CNJ, na qual 5% dos trabalhadores são demitidos com API. $(1/12) \times 5\% = 0,42\%$		art. 487 a 491)
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	$8\% \times 0,42\% = 0,03\%$	$0,03\% \times \text{Total do Módulo 1}$	Súmula nº 305 do TST
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	$[8\% \times 40\% \times \text{estatística (no caso, 5\%)}]$ $8\% \times 40\% \times 5\% = 0,16\%$	$0,16\% \times \text{Total do Módulo 1}$	Art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; § 1º do art. 18 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; Art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001; Art. 12 da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019.
D	Aviso Prévio Trabalhado	$[(7/30)/12] = 1,94\%$ (conforme TCU) x estatística (no caso, 95%)] Adotada a estatística do CNJ, na qual 95% dos trabalhadores são demitidos com APT. $1,94\% \times 95\% = 1,85\%$	$1,85\% \times \text{Total do Módulo 1}$	Constituição Federal de 1988 (Art. 7º, inciso XXI) e CLT (Art. 477, art. 487 a 491)
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	Percentual total dos encargos do Submódulo 2.2 x percentual do Aviso Prévio Trabalhado $36,41\% \times 1,85\% = 0,67\%$	$0,67\% \times \text{Total do Módulo 1}$	
F	Multa do FGTS e	$8\% \times 40\% \times \text{estatística (no caso, 5\%)}]$	$3,04\% \times \text{Total do Módulo 1}$	Art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de

Item	Descrição	Memória de cálculo do %	Memória de cálculo	Fundamento
	contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	95%) $8\% \times 40\% \times 95\% = 3,04\%$		1990; § 1º do art. 18 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; Art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001; Art. 12 da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019.

4. Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4.1. Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais:

Item	Descrição	Memória de cálculo	Fundamento
A	Substituto na cobertura de Férias	Conforme metodologia do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará 2019 - SEGES/MINISTÉRIO DA ECONOMIA (pág. 24) $((\text{Total do Módulo 1} + \text{Total do Módulo 2} + \text{Total do Módulo 3})/30) \times \text{Dias de reposição}/12$ Conforme Metodologia e dados do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará - 2019 - Cenário Máximo Dias de reposição = 15,0000	Art. 129 da CLT
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	Conforme metodologia do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará 2019 - SEGES/MINISTÉRIO DA ECONOMIA (pág. 24) $((\text{Total do Módulo 1} + \text{Total do Módulo 2} + \text{Total do Módulo 3})/30) \times \text{Dias de reposição}/12$ Conforme Metodologia e dados do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará - 2019 - Cenário Máximo Dias de reposição = 5,0924	Art. 473 da CLT

Item	Descrição	Memória de cálculo	Fundamento
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	Conforme metodologia do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará 2019 - SEGES/MINISTÉRIO DA ECONOMIA (pág. 24) (((Total do Módulo 1 + Total do Módulo 2 + Total do Módulo 3)/30) x Dias de reposição)/12 Conforme Metodologia e dados do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará - 2019 - Cenário Máximo Dias de reposição = 0,3250	Inciso II do art. 1º da Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008.
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	Conforme metodologia do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará 2019 - SEGES/MINISTÉRIO DA ECONOMIA (pág. 24) (((Total do Módulo 1 + Total do Módulo 2 + Total do Módulo 3)/30) x Dias de reposição)/12 Conforme Metodologia e dados do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará - 2019 - Cenário Máximo Dias de reposição = 0,6913	Art. 19 a 23 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	Conforme metodologia do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará 2019 - SEGES/MINISTÉRIO DA ECONOMIA (pág. 24) (((Total do Módulo 1 + Total do Módulo 2 + Total do Módulo 3)/30) x Dias de reposição)/12 Conforme Metodologia e dados do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará - 2019 - Cenário Máximo Dias de reposição = 0,2475	Inciso I do art. 1º da Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	As outras ausências legais foram incluídas no Item B - Substituto na cobertura de Ausências Legais	Art. 473 da CLT

4.2. Submódulo 4.2 - ~~Substituto na Intra-jornada~~ - Intra-jornada indenizada:

Item	Descrição	Memória de cálculo	Fundamento
------	-----------	--------------------	------------

Item	Descrição	Memória de cálculo	Fundamento
A	Intervalo para repouso ou alimentação (intrajornada) indenizado	Conforme Anexo II - Tabela Salarial 2026 DIURNO - INTRAJORNADA 15 PLANTÕES: R\$ 259,35	CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DO INTERVALO INTRAJORNADA

5. Módulo 5 - Insumos Diversos

5.1. Para os Insumos Diversos (Uniforme/Materiais/Equipamentos) foi realizada, no Compras.gov, no Módulo Pesquisa de Preços, pesquisa de preços unitários de tais itens, sendo utilizada a mediana dos valores obtidos na pesquisa. Para o Sistema de Ronda foi realizada pesquisa de preços em sítios eletrônicos especializados de domínio amplo, sendo utilizada a mediana dos preços obtidos. Os valores unitários obtidos foram utilizados na Aba/Planilha “Unif_Mat_Rond_Equip”, de modo a calcular o custo estimado para tais componentes, conforme tabela a seguir:

Item	Descrição	Valor	Memória de cálculo
A	Uniformes	R\$ 105,68	Conforme Aba/Planilha “Unif_Mat_Rond_Equip” e Aba/Planilha “Pesquisa Insumos”
B	Materiais	R\$ 30,44	Conforme Aba/Planilha “Unif_Mat_Rond_Equip” e Aba/Planilha “Pesquisa Insumos”
C	Sistema de gestão de ronda	R\$ 18,04	Conforme Aba/Planilha “Unif_Mat_Rond_Equip” e Aba/Planilha “Pesquisa Insumos”
D	Equipamentos	R\$ 38,07	Conforme Aba/Planilha “Unif_Mat_Rond_Equip” e Aba/Planilha “Pesquisa Insumos”

5.2. Para o cálculo do custo de depreciação dos equipamentos foi utilizado o método linear.

5.3. Tendo em vista que se busca estimar o custo mensal por vigilante, para os locais que possuem posto diurno e noturno (Sede/CTNE e DEL03), o custo dos materiais, sistema de ronda e equipamentos, foi rateado entre o posto diurno e noturno, tendo em vista que tais equipamentos são de uso compartilhado entre o posto diurno e noturno, e considerando que cada posto na escala 12x36 envolve 2 vigilantes.

6. Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6.1. Para os Custos Indiretos e Lucro foi realizada, no Compras.gov, pesquisa de preços em contratações similares (prestação de serviços de Vigilância) feitas pela Administração Pública no Estado do Ceará, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano, sendo utilizada a média dos percentuais obtidos na pesquisa, conforme tabela a seguir:

Vigilância					
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA NO ESTADO DO CEARA-Código da UASG: 90006-Pregão Eletrônico Nº 90005/2025-Item 1-Adjudicada 86.960.598/0001-86 NORTH SEGURANCA LTDA	EMBRAPA CAPRINOS E OVINOS/SOBRAL/CE-Código da UASG: 135010-Pregão Eletrônico Nº 90003/2025-Item 1-Adjudicada 09.451.428/0001-25 SERVIARM SERVICOS DE VIGILANCIA ARMADA LTDA	JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA NO ESTADO DO CEARA-Código da UASG: 90006-Pregão Eletrônico Nº 90006/2025-Item 1-Adjudicada 07.917.508/0001-06 PERES SERVICOS DE SEGURANCA LTDA	Média
A	Custos Indiretos	0,50%	0,10%	3,00%	1,20%
B	Lucro	0,50%	0,10%	3,00%	1,20%

6.2. Para os tributos foram utilizados os seguintes percentuais:

6.2.1. A Lei nº 14.967/2024 (Estatuto da Segurança Privada), ao alterar as Leis nº 10.637/2002 (PIS) e nº 10.833/2003 (COFINS), determinou que as receitas decorrentes da prestação de serviços de vigilância patrimonial (listados no art. 5º da nova lei, que inclui essa atividade), estão sujeitas ao:

6.2.1.1. Regime de apuração cumulativa para o PIS e a COFINS: alíquotas de 0,65% para o PIS/PASEP e 3,00% para a COFINS.

6.2.2. A alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) para serviços de vigilância no município de Russas/CE é de 3% (três por cento).

6.3. Dessa forma, os percentuais utilizados foram conforme tabela a seguir:

Item	Descrição	%	Memória de cálculo
A	Custos Indiretos	1,20%	Conforme Aba/Planilha Pesquisa SAT e CITL
B	Lucro	1,20%	Conforme Aba/Planilha Pesquisa SAT e CITL
C	PIS	0,65%	Conforme Leis nº 10.637/2002 (PIS) e nº 10.833/2003 (COFINS), alteradas pela Lei nº 14.967/2024
C	COFINS	3,00%	Conforme Leis nº 10.637/2002 (PIS) e nº 10.833/2003 (COFINS), alteradas pela Lei nº 14.967/2024
C	ISSQN	3,00%	Alíquota do ISSQN para Russas/CE

V. Item 5: Posto de vigilância, 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, para a DEL02 - Delegacia em Russas/CE.

1. Módulo 1 - Composição da Remuneração

A) Salário Base:

Conforme CLÁUSULA TERCEIRA - DO PISO SALARIAL, "a)" da Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2026:

R\$ 1.952,07 (um mil novecentos e cinquenta e dois reais e sete centavos) para todos os vigilantes.

B) Adicional de Periculosidade:

Conforme CLÁUSULA DÉCIMA - DO RISCO DE VIDA – TRANSFORMAÇÃO EM ADICIONAL DE PERICULOSIDADE e ANEXO II - TABELA SALARIAL 2026:

R\$ 585,62 (correspondente a 30% de R\$ 1.952,07).

C) Adicional Noturno:

Conforme CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA JORNADA DE TRABALHO - PARÁGRAFO QUINTO - ADICIONAL NOTURNO e ANEXO II - TABELA SALARIAL 2026:

R\$ 276,00

D) Adicional de Hora Noturna Reduzida:

Conforme CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA JORNADA DE TRABALHO - PARÁGRAFO QUARTO - HORA NOTURNA REDUZIDA e ANEXO II - TABELA SALARIAL 2026:

R\$ 287,70

2. Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

2.1. Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias:

Item	Descrição	Percentual (%)	Memória de cálculo	Fundamento
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	$[(1/12) \times 100] = 8,33\%$ $8,33\% \times \text{Total do Módulo 1}$	Art.7º, VIII, CF/88
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	% da Conta Vinculada - Conforme item 14 do Anexo XII da IN nº 05/2017	% da Conta Vinculada - Conforme item 14 do Anexo XII da IN nº 05/2017

Item	Descrição	Percentual (%)	Memória de cálculo	Fundamento
			12,10% x Total do Módulo 1	

2.2. Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições:

Item	Descrição	Percentual (%)	Memória de cálculo	Fundamento
A	INSS	20%	20% x (Total do Módulo 1 + Total do Submódulo 2.1)	Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Art. 22, inciso I)
B	Salário Educação	2,50%	2,50% x (Total do Módulo 1 + Total do Submódulo 2.1)	Decreto-Lei nº 87.043, de 22 de março de 1982 (Art. 3º, inciso I)
C	SAT	2,61% Conforme Aba/Planilha - Pesquisa SAT e CITL	2,61% x (Total do Módulo 1 + Total do Submódulo 2.1)	Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Art. 22, inciso II, alíneas “b” e “c”)
D	SESC ou SESI	1,50%	1,50% x (Total do Módulo 1 + Total do Submódulo 2.1)	Lei nº 8.036/90 (Art. 30)
E	SENAI - SENAC	1,00%	1,00% x (Total do Módulo 1 + Total do Submódulo 2.1)	Decreto-Lei nº 2.318/86
F	SEBRAE	0,60%	0,60% x (Total do Módulo 1 + Total do Submódulo 2.1)	Art. 8º, Lei nº 8.029/90 e Lei nº 8.154/90
G	INCRA	0,20%	0,20% x (Total do Módulo 1 + Total do Submódulo 2.1)	Decreto-Lei nº 1.146, de 31 de dezembro de 1970 (Art. 1º, inciso I)
H	FGTS	8,00%	8,00% x (Total do Módulo 1 + Total do Submódulo 2.1)	Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Art. 15)

2.3. Para o percentual do SAT (Seguro Acidente do Trabalho) foi realizada, no Compras.gov, pesquisa de preços em contratações similares (prestação de serviços de Vigilância) feitas pela Administração Pública no Estado do Ceará, em execução ou

concluídas no período de 1 (um) ano, sendo utilizada a média dos percentuais obtidos na pesquisa, conforme tabela a seguir:

Vigilância					
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA NO ESTADO DO CEARA-Código da UASG: 90006-Pregão Eletrônico Nº 90005/2025-Item 1-Adjudicada 86.960.598/0001-86 NORTH SEGURANCA LTDA	EMBRAPA CAPRINOS E OVINOS/SOBRAL/CE-Código da UASG: 135010-Pregão Eletrônico Nº 90003/2025-Item 1-Adjudicada 09.451.428/0001-25 SERVIARM SERVICIO DE VIGILANCIA ARMADA LTDA	JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA NO ESTADO DO CEARA-Código da UASG: 90006-Pregão Eletrônico Nº 90006/2025-Item 1-Adjudicada 07.917.508/0001-06 PERES SERVICOS DE SEGURANCA LTDA	Média
C	SAT	3,34%	2,98%	1,50%	2,61%

2.4. Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários:

Item	Descrição	Memória de cálculo	Fundamento
A	Transporte	Valor do vale transporte x 2 passagens por dia x 15 dias trabalhados - (6% x valor do salário base) Como não foi encontrada tarifa oficial para Russas/CE, foi utilizado o valor R\$ 0,00	Lei no 7.418, de 16 de dezembro de 1985; CCT 2026/2026-CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO VALE TRANSPORTE - DESCONTOS
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	Vale-refeição ou vale-alimentação no valor facial de R\$ 39,01 (trinta e nove reais e um centavo). Valor do vale alimentação x 15 dias trabalhados - (12% incidente sobre o valor total concedido)	CCT 2026/2026-CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA REFEIÇÃO
C	Assistência Médica e Familiar	O custo do PLANO DE SAÚDE contratado será, no ano de 2026, no valor de R\$ 147,56 (cento e quarenta e sete reais e cinquenta e seis centavos), com a participação no pagamento do seu custeio integral para o empregador.	CCT 2026/2026-CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PLANO DE SAÚDE
D	Auxílio Funeral	Conforme metodologia do Caderno de Logística - Prestação de serviços de vigilância patrimonial/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. – Brasília : SLTI, 2014 (pág, 73) 4 x salário base x 0,00955%	CCT 2026/2026-CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO AUXÍLIO FUNERAL

Item	Descrição	Memória de cálculo	Fundamento
E	Seguro de Vida (Morte/Invalidez)	Conforme metodologia do Caderno de Logística - Prestação de serviços de vigilância patrimonial/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. – Brasília : SLTI, 2014 (pág, 72) Seguro de vida (Morte): 60 x salário Ou Seguro de vida (Invalidez): 60 x salário 60 x salário base x 0,009500%	CCT 2026/2026- CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO SEGURO DE VIDA
F	Auxílio-Creche/reembolso-creche	Conforme Instrução Normativa SEGES/MGI nº 147, de 13 de abril de 2026 (R\$ 526,64 x 20%)	Instrução Normativa SEGES/MGI nº 147, de 13 de abril de 2026

2.4.1. Para fins de estimativa foi utilizada a seguinte tarifa do sistema de transporte coletivo público:

2.4.1.1. Como não foi encontrada tarifa oficial para Russas/CE, foi utilizado o valor R\$ 0,00.

3. Módulo 3 - Provisão para Rescisão

Item	Descrição	Memória de cálculo do %	Memória de cálculo	Fundamento
A	Aviso Prévio Indenizado	[(1/12) x estatística (no caso, 5%)] Adotada a estatística do CNJ, na qual 5% dos trabalhadores são demitidos com API. (1/12) x 5% = 0,42%	0,42% x Total do Módulo 1	Constituição Federal de 1988 (Art. 7º, inciso XXI) e CLT (Art. 477, art. 487 a 491)
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	8% x 0,42% = 0,03%	0,03% x Total do Módulo 1	Súmula nº 305 do TST
C	Multa do FGTS e contribuição	[8% x 40% x estatística (no caso, 5%)]	0,16% x Total do Módulo 1	Art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;

Item	Descrição	Memória de cálculo do %	Memória de cálculo	Fundamento
	social sobre o Aviso Prévio Indenizado	$8\% \times 40\% \times 5\% = 0,16\%$		<p>§ 1º do art. 18 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;</p> <p>Art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001;</p> <p>Art. 12 da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019.</p>
D	Aviso Prévio Trabalhado	<p>$[(7/30)/12] = 1,94\%$ (conforme TCU) x estatística (no caso, 95%)</p> <p>Adotada a estatística do CNJ, na qual 95% dos trabalhadores são demitidos com APT.</p> <p>$1,94\% \times 95\% = 1,85\%$</p>	$1,85\% \times \text{Total do Módulo 1}$	Constituição Federal de 1988 (Art. 7º, inciso XXI) e CLT (Art. 477, art. 487 a 491)
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	<p>Percentual total dos encargos do Submódulo 2.2 x percentual do Aviso Prévio Trabalhado</p> <p>$36,41\% \times 1,85\% = 0,67\%$</p>	$0,67\% \times \text{Total do Módulo 1}$	
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	<p>$8\% \times 40\% \times \text{estatística (no caso, 95\%)}$</p> <p>$8\% \times 40\% \times 95\% = 3,04\%$</p>	$3,04\% \times \text{Total do Módulo 1}$	<p>Art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;</p> <p>§ 1º do art. 18 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;</p> <p>Art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001;</p> <p>Art. 12 da Lei nº 13.932, de 11 de</p>

Item	Descrição	Memória de cálculo do %	Memória de cálculo	Fundamento
				dezembro de 2019.

4. Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4.1. Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais:

Item	Descrição	Memória de cálculo	Fundamento
A	Substituto na cobertura de Férias	<p>Conforme metodologia do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará 2019 - SEGES/MINISTÉRIO DA ECONOMIA (pág. 24)</p> <p>$((\text{Total do Módulo 1} + \text{Total do Módulo 2} + \text{Total do Módulo 3})/30) \times \text{Dias de reposição}/12$ Conforme Metodologia e dados do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará - 2019 - Cenário Máximo</p> <p>Dias de reposição = 15,0000</p>	Art. 129 da CLT
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	<p>Conforme metodologia do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará 2019 - SEGES/MINISTÉRIO DA ECONOMIA (pág. 24)</p> <p>$((\text{Total do Módulo 1} + \text{Total do Módulo 2} + \text{Total do Módulo 3})/30) \times \text{Dias de reposição}/12$ Conforme Metodologia e dados do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará - 2019 - Cenário Máximo</p> <p>Dias de reposição = 5,0924</p>	Art. 473 da CLT
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	<p>Conforme metodologia do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará 2019 - SEGES/MINISTÉRIO DA ECONOMIA (pág. 24)</p> <p>$((\text{Total do Módulo 1} + \text{Total do Módulo 2} + \text{Total do Módulo 3})/30) \times \text{Dias de reposição}/12$ Conforme Metodologia e dados do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará - 2019 - Cenário Máximo</p> <p>Dias de reposição = 0,3250</p>	Inciso II do art. 1º da Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008.

Item	Descrição	Memória de cálculo	Fundamento
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	Conforme metodologia do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará 2019 - SEGES/MINISTÉRIO DA ECONOMIA (pág. 24) (((Total do Módulo 1 + Total do Módulo 2 + Total do Módulo 3)/30) x Dias de reposição)/12 Conforme Metodologia e dados do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará - 2019 - Cenário Máximo Dias de reposição = 0,6913	Art. 19 a 23 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	Conforme metodologia do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará 2019 - SEGES/MINISTÉRIO DA ECONOMIA (pág. 24) (((Total do Módulo 1 + Total do Módulo 2 + Total do Módulo 3)/30) x Dias de reposição)/12 Conforme Metodologia e dados do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará - 2019 - Cenário Máximo Dias de reposição = 0,2475	Inciso I do art. 1º da Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	As outras ausências legais foram incluídas no Item B - Substituto na cobertura de Ausências Legais	Art. 473 da CLT

4.2. Submódulo 4.2 - ~~Substituto na Intra jornada~~ - Intra jornada indenizada:

Item	Descrição	Memória de cálculo	Fundamento
A	Intervalo para repouso ou alimentação (intra jornada) indenizado	Conforme Anexo II - Tabela Salarial 2026 NOTURNO - INTRAJORNADA 15 PLANTÕES: R\$ 287,70	CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DO INTERVALO INTRAJORNADA

5. Módulo 5 - Insumos Diversos

5.1. Para os Insumos Diversos (Uniforme/Materiais/Equipamentos) foi realizada, no Compras.gov, no Módulo Pesquisa de Preços, pesquisa de preços unitários de tais itens, sendo utilizada a mediana dos valores obtidos na pesquisa. Para o Sistema de

Ronda foi realizada pesquisa de preços em sítios eletrônicos especializados de domínio amplo, sendo utilizada a mediana dos preços obtidos. Os valores unitários obtidos foram utilizados na Aba/Planilha “Unif_Mat_Rond_Equip”, de modo a calcular o custo estimado para tais componentes, conforme tabela a seguir:

Item	Descrição	Valor	Memória de cálculo
A	Uniformes	R\$ 105,68	Conforme Aba/Planilha “Unif_Mat_Rond_Equip” e Aba/Planilha “Pesquisa Insumos”
B	Materiais	R\$ 30,44	Conforme Aba/Planilha “Unif_Mat_Rond_Equip” e Aba/Planilha “Pesquisa Insumos”
C	Sistema de gestão de ronda	R\$ 18,04	Conforme Aba/Planilha “Unif_Mat_Rond_Equip” e Aba/Planilha “Pesquisa Insumos”
D	Equipamentos	R\$ 38,07	Conforme Aba/Planilha “Unif_Mat_Rond_Equip” e Aba/Planilha “Pesquisa Insumos”

5.2. Para o cálculo do custo de depreciação dos equipamentos foi utilizado o método linear.

5.3. Tendo em vista que se busca estimar o custo mensal por vigilante, para os locais que possuem posto diurno e noturno (Sede/CTNE e DEL03), o custo dos materiais, sistema de ronda e equipamentos, foi rateado entre o posto diurno e noturno, tendo em vista que tais equipamentos são de uso compartilhado entre o posto diurno e noturno, e considerando que cada posto na escala 12x36 envolve 2 vigilantes.

6. Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6.1. Para os Custos Indiretos e Lucro foi realizada, no Compras.gov, pesquisa de preços em contratações similares (prestação de serviços de Vigilância) feitas pela Administração Pública no Estado do Ceará, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano, sendo utilizada a média dos percentuais obtidos na pesquisa, conforme tabela a seguir:

Vigilância					
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA NO ESTADO DO CEARA-Código da UASG: 90006-Pregão Eletrônico Nº 90005/2025-Item 1-Adjudicada 86.960.598/0001-86 NORTH SEGURANCA LTDA	EMBRAPA CAPRINOS E OVINOS/SOBRAL/CE-Código da UASG: 135010-Pregão Eletrônico Nº 90003/2025-Item 1-Adjudicada 09.451.428/0001-25 SERVIARM SERVICO DE VIGILANCIA ARMADA LTDA	JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA NO ESTADO DO CEARA-Código da UASG: 90006-Pregão Eletrônico Nº 90006/2025-Item 1-Adjudicada 07.917.508/0001-06 PERES SERVICOS DE SEGURANCA LTDA	Média

A	Custos Indiretos	0,50%	0,10%	3,00%	1,20%
B	Lucro	0,50%	0,10%	3,00%	1,20%

6.2. Para os tributos foram utilizados os seguintes percentuais:

6.2.1. A Lei nº 14.967/2024 (Estatuto da Segurança Privada), ao alterar as Leis nº 10.637/2002 (PIS) e nº 10.833/2003 (COFINS), determinou que as receitas decorrentes da prestação de serviços de vigilância patrimonial (listados no art. 5º da nova lei, que inclui essa atividade), estão sujeitas ao:

6.2.1.1. Regime de apuração cumulativa para o PIS e a COFINS: alíquotas de 0,65% para o PIS/PASEP e 3,00% para a COFINS.

6.2.2. A alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) para serviços de vigilância no município de Russas/CE é de 3% (três por cento).

6.3. Dessa forma, os percentuais utilizados foram conforme a tabela a seguir:

Item	Descrição	%	Memória de cálculo
A	Custos Indiretos	1,20%	Conforme Aba/Planilha Pesquisa SAT e CITL
B	Lucro	1,20%	Conforme Aba/Planilha Pesquisa SAT e CITL
C	PIS	0,65%	Conforme Leis nº 10.637/2002 (PIS) e nº 10.833/2003 (COFINS), alteradas pela Lei nº 14.967/2024
C	COFINS	3,00%	Conforme Leis nº 10.637/2002 (PIS) e nº 10.833/2003 (COFINS), alteradas pela Lei nº 14.967/2024
C	ISSQN	3,00%	Alíquota do ISSQN para Russas/CE

VI. Item 6: Posto de vigilância, 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, para a DEL04 - Delegacia em Sobral/CE.

1. Módulo 1 - Composição da Remuneração

A) Salário Base:

Conforme CLÁUSULA TERCEIRA - DO PISO SALARIAL, "a)" da Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2026:

R\$ 1.952,07 (um mil novecentos e cinquenta e dois reais e sete centavos) para todos os vigilantes.

B) Adicional de Periculosidade:

Conforme CLÁUSULA DÉCIMA - DO RISCO DE VIDA – TRANSFORMAÇÃO EM ADICIONAL DE PERICULOSIDADE e ANEXO II - TABELA SALARIAL 2026:

R\$ 585,62 (correspondente a 30% de R\$ 1.952,07).

C) Adicional Noturno:

Conforme CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA JORNADA DE TRABALHO - PARÁGRAFO QUINTO - ADICIONAL NOTURNO e ANEXO II - TABELA SALARIAL 2026:

R\$ 276,00

D) Adicional de Hora Noturna Reduzida:

Conforme CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA JORNADA DE TRABALHO - PARÁGRAFO QUARTO - HORA NOTURNA REDUZIDA e ANEXO II - TABELA SALARIAL 2026:

R\$ 287,70

2. Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

2.1. Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias:

Item	Descrição	Percentual (%)	Memória de cálculo	Fundamento
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	$[(1/12) \times 100] = 8,33\%$ $8,33\% \times \text{Total do Módulo 1}$	Art. 7º, VIII, CF/88
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	% da Conta Vinculada - Conforme item 14 do Anexo XII da IN nº 05/2017 $12,10\% \times \text{Total do Módulo 1}$	% da Conta Vinculada - Conforme item 14 do Anexo XII da IN nº 05/2017

2.2. Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições:

Item	Descrição	Percentual (%)	Memória de cálculo	Fundamento
A	INSS	20%	$20\% \times (\text{Total do Módulo 1} + \text{Total do Submódulo 2.1})$	Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Art. 22, inciso I)
B	Salário Educação	2,50%	$2,50\% \times (\text{Total do Módulo 1} + \text{Total do Submódulo 2.1})$	Decreto-Lei nº 87.043, de 22 de março de 1982 (Art. 3º, inciso I)

Item	Descrição	Percentual (%)	Memória de cálculo	Fundamento
			2.1)	
C	SAT	2,61% Conforme Aba/Planilha - Pesquisa SAT e CITL	2,61% x (Total do Módulo 1 + Total do Submódulo 2.1)	Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Art. 22, inciso II, alíneas “b” e “c”)
D	SESC ou Sesi	1,50%	1,50% x (Total do Módulo 1 + Total do Submódulo 2.1)	Lei nº 8.036/90 (Art. 30)
E	SENAI - SENAC	1,00%	1,00% x (Total do Módulo 1 + Total do Submódulo 2.1)	Decreto-Lei nº 2.318/86
F	SEBRAE	0,60%	0,60% x (Total do Módulo 1 + Total do Submódulo 2.1)	Art. 8º, Lei nº 8.029/90 e Lei nº 8.154/90
G	INCRA	0,20%	0,20% x (Total do Módulo 1 + Total do Submódulo 2.1)	Decreto-Lei nº 1.146, de 31 de dezembro de 1970 (Art. 1º, inciso I)
H	FGTS	8,00%	8,00% x (Total do Módulo 1 + Total do Submódulo 2.1)	Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Art. 15)

2.3. Para o percentual do SAT (Seguro Acidente do Trabalho) foi realizada, no Compras.gov, pesquisa de preços em contratações similares (prestação de serviços de Vigilância) feitas pela Administração Pública no Estado do Ceará, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano, sendo utilizada a média dos percentuais obtidos na pesquisa, conforme tabela a seguir:

Vigilância					
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA NO ESTADO DO CEARA-Código da UASG: 90006-Pregão Eletrônico Nº 90005/2025-Item 1-Adjudicada 86.960.598/0001-86 NORTH SEGURANCA LTDA	EMBRAPA CAPRINOS E OVINOS/SOBRAL/CE-Código da UASG: 135010-Pregão Eletrônico Nº 90003/2025-Item 1-Adjudicada 09.451.428/0001-25 SERVIARM SERVICO DE VIGILANCIA ARMADA LTDA	JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA NO ESTADO DO CEARA-Código da UASG: 90006-Pregão Eletrônico Nº 90006/2025-Item 1-Adjudicada 07.917.508/0001-06 PERES SERVICOS DE SEGURANCA LTDA	Média
C	SAT	3,34%	2,98%	1,50%	2,61%

2.4. Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários:

Item	Descrição	Memória de cálculo	Fundamento
A	Transporte	<p>Valor do vale transporte x 2 passagens por dia x 15 dias trabalhados - (6% x valor do salário base)</p> <p>Como não foi encontrada tarifa oficial para Sobral/CE, foi utilizado o valor R\$ 0,00</p>	<p>Lei no 7.418, de 16 de dezembro de 1985;</p> <p>CCT 2026/2026-CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO VALE TRANSPORTE - DESCONTOS</p>
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	<p>Vale-refeição ou vale-alimentação no valor facial de R\$ 39,01 (trinta e nove reais e um centavo).</p> <p>Valor do vale alimentação x 15 dias trabalhados - (12% incidente sobre o valor total concedido)</p>	CCT 2026/2026-CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA REFEIÇÃO
C	Assistência Médica e Familiar	O custo do PLANO DE SAÚDE contratado será, no ano de 2026, no valor de R\$ 147,56 (cento e quarenta e sete reais e cinquenta e seis centavos), com a participação no pagamento do seu custeio integral para o empregador.	CCT 2026/2026-CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PLANO DE SAÚDE
D	Auxílio Funeral	<p>Conforme metodologia do Caderno de Logística - Prestação de serviços de vigilância patrimonial/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. – Brasília : SLTI, 2014 (pág, 73)</p> <p>4 x salário base x 0,00955%</p>	CCT 2026/2026-CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO AUXÍLIO FUNERAL
E	Seguro de Vida (Morte/Invalidez)	<p>Conforme metodologia do Caderno de Logística - Prestação de serviços de vigilância patrimonial/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. – Brasília : SLTI, 2014 (pág, 72)</p> <p>Seguro de vida (Morte): 60 x salário Ou Seguro de vida (Invalidez): 60 x salário</p> <p>60 x salário base x 0,009500%</p>	CCT 2026/2026-CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO SEGURO DE VIDA
F	Auxílio-Creche/reembolso-creche	Conforme Instrução Normativa SEGES/MGI nº 147, de 13 de abril de	Instrução Normativa SEGES/MGI nº 147, de 13 de abril de 2026

Item	Descrição	Memória de cálculo	Fundamento
		2026 (R\$ 526,64 x 20%)	

2.4.1. Para fins de estimativa foi utilizada a seguinte tarifa do sistema de transporte coletivo público:

2.4.1.1. Como não foi encontrada tarifa oficial para Sobral/CE, foi utilizado o valor R\$ 0,00.

3. Módulo 3 - Provisão para Rescisão

Item	Descrição	Memória de cálculo do %	Memória de cálculo	Fundamento
A	Aviso Prévio Indenizado	$[(1/12) \times \text{estatística (no caso, 5\%)}]$ Adotada a estatística do CNJ, na qual 5% dos trabalhadores são demitidos com API. $(1/12) \times 5\% = 0,42\%$	$0,42\% \times \text{Total do Módulo 1}$	Constituição Federal de 1988 (Art. 7º, inciso XXI) e CLT (Art. 477, art. 487 a 491)
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	$8\% \times 0,42\% = 0,03\%$	$0,03\% \times \text{Total do Módulo 1}$	Súmula nº 305 do TST
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	$[8\% \times 40\% \times \text{estatística (no caso, 5\%)}]$ $8\% \times 40\% \times 5\% = 0,16\%$	$0,16\% \times \text{Total do Módulo 1}$	Art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; § 1º do art. 18 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; Art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001; Art. 12 da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019.
D	Aviso Prévio Trabalhado	$[(7/30)/12] = 1,94\%$ (conforme TCU) x estatística (no caso, 95%)	$1,85\% \times \text{Total do Módulo 1}$	Constituição Federal de 1988 (Art. 7º, inciso XXI) e CLT (Art. 477, art. 487

Item	Descrição	Memória de cálculo do %	Memória de cálculo	Fundamento
		Adotada a estatística do CNJ, na qual 95% dos trabalhadores são demitidos com APT. $1,94\% \times 95\% = 1,85\%$		a 491)
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	Percentual total dos encargos do Submódulo 2.2 x percentual do Aviso Prévio Trabalhado $36,41\% \times 1,85\% = 0,67\%$	$0,67\% \times \text{Total do Módulo 1}$	
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	$8\% \times 40\% \times \text{estatística (no caso, 95\%)}$ $8\% \times 40\% \times 95\% = 3,04\%$	$3,04\% \times \text{Total do Módulo 1}$	Art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; § 1º do art. 18 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; Art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001; Art. 12 da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019.

4. Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4.1. Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais:

Item	Descrição	Memória de cálculo	Fundamento
A	Substituto na cobertura de Férias	Conforme metodologia do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará 2019 - SEGES/MINISTÉRIO DA ECONOMIA (pág. 24) $((\text{Total do Módulo 1} + \text{Total do Módulo 2} + \text{Total do Módulo 3})/30) \times \text{Dias de reposição}/12$	Art. 129 da CLT

Item	Descrição	Memória de cálculo	Fundamento
		Conforme Metodologia e dados do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará - 2019 - Cenário Máximo Dias de reposição = 15,0000	
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	Conforme metodologia do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará 2019 - SEGES/MINISTÉRIO DA ECONOMIA (pág. 24) (((Total do Módulo 1 + Total do Módulo 2 + Total do Módulo 3)/30) x Dias de reposição)/12 Conforme Metodologia e dados do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará - 2019 - Cenário Máximo Dias de reposição = 5,0924	Art. 473 da CLT
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	Conforme metodologia do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará 2019 - SEGES/MINISTÉRIO DA ECONOMIA (pág. 24) (((Total do Módulo 1 + Total do Módulo 2 + Total do Módulo 3)/30) x Dias de reposição)/12 Conforme Metodologia e dados do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará - 2019 - Cenário Máximo Dias de reposição = 0,3250	Inciso II do art. 1º da Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008.
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	Conforme metodologia do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará 2019 - SEGES/MINISTÉRIO DA ECONOMIA (pág. 24) (((Total do Módulo 1 + Total do Módulo 2 + Total do Módulo 3)/30) x Dias de reposição)/12 Conforme Metodologia e dados do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará - 2019 - Cenário Máximo Dias de reposição = 0,6913	Art. 19 a 23 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	Conforme metodologia do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará 2019 - SEGES/MINISTÉRIO DA ECONOMIA (pág. 24)	Inciso I do art. 1º da Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008

Item	Descrição	Memória de cálculo	Fundamento
		(((Total do Módulo 1 + Total do Módulo 2 + Total do Módulo 3)/30) x Dias de reposição)/12 Conforme Metodologia e dados do Caderno Técnico – Vigilância – Ceará - 2019 - Cenário Máximo Dias de reposição = 0,2475	
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	As outras ausências legais foram incluídas no Item B - Substituto na cobertura de Ausências Legais	Art. 473 da CLT

4.2. Submódulo 4.2 - Substituto na Intra-jornada - Intra-jornada indenizada:

Item	Descrição	Memória de cálculo	Fundamento
A	Intervalo para repouso ou alimentação (intra-jornada) indenizado	Conforme Anexo II - Tabela Salarial 2026 NOTURNO - INTRAJORNADA 15 PLANTÕES: R\$ 287,70	CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DO INTERVALO INTRAJORNADA

5. Módulo 5 - Insumos Diversos

5.1. Para os Insumos Diversos (Uniforme/Materiais/Equipamentos) foi realizada, no Compras.gov, no Módulo Pesquisa de Preços, pesquisa de preços unitários de tais itens, sendo utilizada a mediana dos valores obtidos na pesquisa. Para o Sistema de Ronda foi realizada pesquisa de preços em sítios eletrônicos especializados de domínio amplo, sendo utilizada a mediana dos preços obtidos. Os valores unitários obtidos foram utilizados na Aba/Planilha “Unif_Mat_Rond_Equip”, de modo a calcular o custo estimado para tais componentes, conforme tabela a seguir:

Item	Descrição	Valor	Memória de cálculo
A	Uniformes	R\$ 105,68	Conforme Aba/Planilha “Unif_Mat_Rond_Equip” e Aba/Planilha “Pesquisa Insumos”
B	Materiais	R\$ 60,88	Conforme Aba/Planilha “Unif_Mat_Rond_Equip” e Aba/Planilha “Pesquisa Insumos”
C	Sistema de gestão de ronda	R\$ 36,08	Conforme Aba/Planilha “Unif_Mat_Rond_Equip” e

Item	Descrição	Valor	Memória de cálculo
			Aba/Planilha “Pesquisa Insumos”
D	Equipamentos	R\$ 76,14	Conforme Aba/Planilha “Unif_Mat_Rond_Equip” e Aba/Planilha “Pesquisa Insumos”

5.2. Para o cálculo do custo de depreciação dos equipamentos foi utilizado o método linear.

6. Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6.1. Para os Custos Indiretos e Lucro foi realizada, no Compras.gov, pesquisa de preços em contratações similares (prestação de serviços de Vigilância) feitas pela Administração Pública no Estado do Ceará, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano, sendo utilizada a média dos percentuais obtidos na pesquisa, conforme tabela a seguir:

Vigilância					
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA NO ESTADO DO CEARA-Código da UASG: 90006-Pregão Eletrônico Nº 90005/2025-Item 1-Adjudicada 86.960.598/0001-86 NORTH SEGURANCA LTDA	EMBRAPA CAPRINOS E OVINOS/SOBRAL/CE-Código da UASG: 135010-Pregão Eletrônico Nº 90003/2025-Item 1-Adjudicada 09.451.428/0001-25 SERVIARM SERVICO DE VIGILANCIA ARMADA LTDA	JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA NO ESTADO DO CEARA-Código da UASG: 90006-Pregão Eletrônico Nº 90006/2025-Item 1-Adjudicada 07.917.508/0001-06 PERES SERVICOS DE SEGURANCA LTDA	Média
A	Custos Indiretos	0,50%	0,10%	3,00%	1,20%
B	Lucro	0,50%	0,10%	3,00%	1,20%

6.2. Para os tributos foram utilizados os seguintes percentuais:

6.2.1. A Lei nº 14.967/2024 (Estatuto da Segurança Privada), ao alterar as Leis nº 10.637/2002 (PIS) e nº 10.833/2003 (COFINS), determinou que as receitas decorrentes da prestação de serviços de vigilância patrimonial (listados no art. 5º da nova lei, que inclui essa atividade), estão sujeitas ao:

6.2.1.1. Regime de apuração cumulativa para o PIS e a COFINS: alíquotas de 0,65% para o PIS/PASEP e 3,00% para a COFINS.

6.3. A alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) para serviços de vigilância no município Sobral/CE é de 5% (cinco por cento).

6.4. Dessa forma, os percentuais utilizados foram conforme a tabela a seguir:

Item	Descrição	%	Memória de cálculo
------	-----------	---	--------------------

A	Custos Indiretos	1,20%	Conforme Aba/Planilha Pesquisa SAT e CITL
B	Lucro	1,20%	Conforme Aba/Planilha Pesquisa SAT e CITL
C	PIS	0,65%	Conforme Leis nº 10.637/2002 (PIS) e nº 10.833/2003 (COFINS), alteradas pela Lei nº 14.967/2024
C	COFINS	3,00%	Conforme Leis nº 10.637/2002 (PIS) e nº 10.833/2003 (COFINS), alteradas pela Lei nº 14.967/2024
C	ISSQN	5,00%	Alíquota do ISSQN para Sobral/CE

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2026/2026

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: CE000443/2026
DATA DE REGISTRO NO MTE: 30/03/2026
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR017072/2026
NÚMERO DO PROCESSO: 13624.201050/2026-64
DATA DO PROTOCOLO: 30/03/2026

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDESP-SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANCA PRIVADA DO ESTADO DO CEARA, CNPJ n. 23.498.033/0001-09, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). CARLOS GUALTER GONCALVES DE LUCENA;

E

SIND.DOS PROF.VIG.E EMPREG.EM EMP.E SER.DE SEG.,VIG.TRANSP.VAL.,C. DE FORM. DE VIG.,SEG.PESSOAL, CEN.,S.E AFINS CE, CNPJ n. 07.327.000/0001-40, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). DANIEL BORGES DA SILVA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2026 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **profissional dos empregados em empresas de segurança e vigilância, do Plano CNTC**, , com abrangência territorial em **CE**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PISO SALARIAL

A partir de 1º de janeiro de 2026 o piso salarial da categoria representada pelo Sindicato dos Vigilantes do Estado do Ceará, ora conveniente, será pago pelas empresas nos seguintes valores:

- a) R\$ 1.952,07 (um mil novecentos e cinquenta e dois reais e sete centavos) para todos os vigilantes;
- b) R\$ 2.352,74 (dois mil trezentos e cinquenta e dois reais e setenta e quatro centavos) para os vigilantes que exercem a função de supervisor de operações;
- c) R\$ 2.797,08 (dois mil setecentos e noventa e sete reais e oito centavos) para os vigilantes que trabalham no Banco Central do Brasil.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. As empresas que contratarem vigilantes para a realização de eventos extraordinários (grandes eventos), nos termos da Lei nº 6.019/74 e/ou do art. 443, §§ 1º e 2º da CLT, estão obrigadas a respeitar o piso de R\$ 100,00 (cem reais) por até 8 (oito) horas de trabalho/dia e R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por 12 (doze) horas de trabalho/dia.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Os trabalhadores referidos no parágrafo anterior que laborarem até 8 (oito) horas/dia será garantido um lanche composto por sanduiche e bebida (suco ou refrigerante); aos que laborarem além de 8 (oito) horas dias será garantida uma refeição completa.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A jornada de trabalho dos trabalhadores referidos na parágrafo primeiro não poderá ultrapassar 12 (doze) horas diárias.

PARÁGRAFO QUARTO. A empresa fica obrigada, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do início do evento, a informar ao sindicato profissional da categoria, a quantidade de vigilantes que prestarão serviços, com a devida identificação nominal de cada trabalhador escalado.

PARÁGRAFO QUINTO. Sendo o trabalho referido nos parágrafos anteriores realizado em domingos e feriados, já estão computados nesse valor as horas extras, o adicional noturno, o trabalho no feriado e o repouso remunerado.

PARÁGRAFO SEXTO. Os pisos da presente cláusula não receberão a incidência do reajuste salarial da cláusula quarta, porque quando da apuração e cálculo de ditos pisos tal reajuste já foi considerado ou levado em conta.

PARÁGRAFO SÉTIMO. As diferenças salariais relativas ao mês de janeiro, fevereiro e março de 2026, decorrentes da observância dos pisos estabelecidos nesta Convenção, serão integralmente pagas como abono no mês abril, maio e junho de 2026 e terá natureza indenizatória.

PARÁGRAFO OITAVO. A partir de 1º de janeiro de 2026 os pisos salariais vigentes em 31 de dezembro de 2025 serão reajustados mediante a aplicação do percentual de 6,79% (seis inteiros e setenta e nove centésimos por cento).

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE SALARIAL

Em 01 de janeiro de 2026 os salários cujos valores sejam superiores aos pisos estabelecidos na cláusula terceira, serão reajustados mediante livre negociação entre empregador e empregado.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO DOS SÁLARIOS

O pagamento dos salários dos empregados obedecerá aos seguintes critérios:

- a) O pagamento dos salários deverá ser feito sempre até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido;

b) O empregado não responderá por quaisquer despesas bancárias com a transferência de remuneração.

PARÁGRAFO ÚNICO. Somente se admitirá pagamento de salários por meio de depósito bancário em conta salário ou em outra conta indicada pelo empregado e de sua titularidade, não se admitindo em hipótese alguma pagamento em dinheiro e/ou cheque. As demais vantagens devidas ao empregado podem ser pagas através de depósito bancário ou cheque, que deverá ser nominal ao empregado.

CLÁUSULA SEXTA - DO COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE SALÁRIO

Ficam as empresas obrigadas ao fornecimento do comprovante de pagamento de salários mensais, com a especificação de todos os títulos e quantias pagas e descontadas, inclusive valores relativos ao FGTS do mês respectivo, Imposto de Renda Retido na Fonte e Contribuição Sindical.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

13º Salário

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO DO 13º SALÁRIO

As empresas pagarão o 13º salário de seus empregados em duas parcelas, sendo a primeira até o dia 30 de novembro e a segunda até o dia 20 de dezembro, nos termos dispostos na Lei nº 4.749/65.

PARÁGRAFO ÚNICO. Em caso de atraso no pagamento do décimo terceiro salário, fica estipulada a multa de 2% (dois por cento) do valor do salário-dia normal, a ser paga por dia de atraso, em favor do empregado credor, salvo se a mora ocorrer por culpa do empregado.

Gratificação de Função

CLÁUSULA OITAVA - DA PROMOÇÃO DE VIGILANTES

As empresas assumem o compromisso de priorizar a ascensão funcional do vigilante para função de supervisor, desde que atenda às exigências internas de cada empresa.

Outras Gratificações

CLÁUSULA NONA - DIÁRIAS DE VIAGEM

As empresas pagarão aos vigilantes que se deslocarem da Região Metropolitana, onde prestam serviço, para áreas do interior do Estado, a serviço da empregadora, uma diária no valor de 1/30 avos do salário básico do empregado, mais um vale refeição adicional, da cláusula décima quinta, por dia de viagem.

PARÁGRAFO ÚNICO. Não estão sujeitas à obrigação da presente cláusula as empresas que já remuneram, por qualquer meio ou qualquer valor, seus empregados nos deslocamentos destes para fora do local de trabalho, em viagens. Ou seja, as empresas que já mantêm sistema de reembolso de despesas, em caso de viagens de seus empregados, sejam com diárias, vales, ou outras formas de reembolso, ficam desobrigadas do pagamento previsto na presente cláusula, salvo se o sistema da empresa for inferior ao ora estabelecido, quando ocorrerá a substituição de um pelo outro.

Outros Adicionais

CLÁUSULA DÉCIMA - DO RISCO DE VIDA – TRANSFORMAÇÃO EM ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

O adicional de risco de vida, previsto na cláusula décima primeira da Convenção Coletiva de Trabalho de 2012/2013, alterada pela cláusula sexta do Aditivo à CCT 2012/2013, fica transformado em adicional de periculosidade, nos termos da Lei nº 12.740, de 08.12.2012, que alterou o art. 193 da CLT, regulamentado pela Portaria nº 1.885, de 02.12.2013, do Ministro do Trabalho e Emprego, passando a ser regido pelas disposições legais e regulamentares aqui referidas.

PARÁGRAFO ÚNICO. Reconhecem as partes aqui convenientes que o disposto no *caput* desta Cláusula representa tão somente a adequação da nomenclatura à norma legal, não dando ensejo, por isso, ao empregado, o direito de indenização ou cumulação de qualquer espécie.

Salário Família

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO SALÁRIO FAMÍLIA

As Empresas se obrigam a firmar recibo relativo às certidões de nascimento entregues pelos empregados para percepção do salário família.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO VALE TRANSPORTE - DESCONTOS

O vale transporte, que não tem natureza salarial, será custeado pelo empregado na parcela equivalente a 6% (seis por cento) de seu salário básico, excluídos quaisquer adicionais ou vantagens.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PLANO DE SAÚDE

Os empregados, incluídos todos os lotados nos setores administrativos das empresas, terão direito a um PLANO DE SAÚDE, que será contratado pelas empresas preferencialmente com operadora de plano de saúde conveniada do SINDESP, na modalidade mínima ambulatorial + hospitalar sem obstetrícia em acomodação em enfermaria, de modo a permitir que os trabalhadores em atividade, exceto os já aposentados que não estejam em atividade junto às Empresas representadas pelo SINDESP, possam, mediante adesão voluntária e expressa, usufruir dos serviços de saúde ofertados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O custo do PLANO DE SAÚDE contratado será, no ano de 2026, no valor de R\$ 147,56 (cento e quarenta e sete reais e cinquenta e seis centavos), com a participação no pagamento do seu custeio integral para o empregador, sendo que a taxa de adesão será paga integralmente pelo empregado.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Caso o empregado venha a aderir ao plano de maior cobertura junto à empresa conveniada pelas entidades signatárias, caber-lhe-á promover o pagamento daquilo que exceder o valor previsto no *caput* desta cláusula, mediante desconto em folha de pagamento, o que deverá ser objeto de prévia e expressa autorização do interessado.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Caso o empregador já tenha contratado PLANO DE SAÚDE, não estará obrigado a aderir ao convênio firmado pelo Sindicato, ficando asseguradas ao empregado as garantias mínimas de preço e cobertura garantidas aos demais vigilantes por força da presente Convenção Coletiva de Trabalho, sendo que a participação deste no custeio do aludido benefício somente se dará no que exceder o valor fixado no parágrafo primeiro desta Cláusula.

PARÁGRAFO QUARTO. O empregado poderá incluir os seus dependentes no Plano de Saúde, com o pagamento total às suas expensas, podendo os valores correspondentes ser descontados em folha de pagamento mediante autorização prévia e por escrito do interessado.

PARÁGRAFO QUINTO. As empresas que não aderirem ao Convênio firmado pelo SINDESP ou não contarem diretamente com plano de saúde em favor de seus empregados deverão ser a estes assegurados os mesmos benefícios, sendo-lhes devido o ressarcimento das despesas efetuadas pelo empregado com consultas médicas, exames, atendimento ambulatorial e internação em enfermaria ou outros serviços cobertos pelo Convênio celebrado. Nesse caso, havendo a utilização dos serviços do sistema público de saúde pelo empregado, este fará jus ao recebimento dos valores equivalentes aos serviços que lhe foram prestados, observando-se o contido na tabela de honorários e serviços médicos divulgada pelo Conselho Regional de Medicina.

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO AUXÍLIO FUNERAL

As empresas se obrigam a pagar aos dependentes econômicos comprovados do empregado que vier a falecer durante a vigência da presente Convenção, um auxílio funeral equivalente a 04 (quatro) vezes o

último salário base ou nominal do falecido.

Seguro de Vida

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO SEGURO DE VIDA

As empresas empregadoras ficam obrigadas a fazer seguro de vida, de morte ou doenças para seus vigilantes. O seguro também será devido no caso de acidentes pessoais nos quais resulte morte do vigilante. Em quaisquer dos casos o seguro será calculado da seguinte forma:

- a) 30 (trinta) vezes a remuneração mensal do vigilante, verificada dentro do mês anterior ao da morte por causas naturais;
- b) 60 (sessenta) vezes a remuneração mensal do vigilante, verificada dentro do mês anterior ao da morte por acidente de trabalho no efetivo exercício da função;
- c) Até 60 (sessenta) vezes o salário mensal do vigilante, verificada dentro do mês anterior, para cobertura de invalidez permanente, parcial ou total, por acidente em efetivo serviço, de acordo com a tabela para cálculo da indenização em caso de invalidez permanente prevista no art. 5º da Circular nº 029/1991, da SUSEP.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. No caso de inexistência de seguro ou de contratação em desacordo com o aqui estabelecido, e havendo um dos eventos descritos nas alíneas acima, as empresas se obrigam a indenizar o vigilante ou seus dependentes comprovados o valor igual ao estabelecido nas mesmas.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Para a obtenção de certificado de regularidade e outros serviços solicitados aos sindicatos, a empresa interessada fica obrigada a comprovar a regularidade na contratação e no pagamento do seguro referido nesta Cláusula.

Outros Auxílios

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CONVÊNIOS

Fica assegurado ao empregado usufruir dos benefícios estabelecidos no convênio que poderá vir a ser firmado entre o Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Ceará, o SESC e o SENAC.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - AUXÍLIO CRECHE

As empresas pagarão auxílio creche mensal à sua empregada que tiver filho na vigência desta CCT o auxílio creche no valor de R\$ 178,16 (cento e setenta e oito reais e dezesseis centavos) mensais, pelo período de quatro meses, ficando certo que este benefício não tem caráter salarial e não integra o salário da empregada para nenhum efeito, valor ou forma, inclusive para fins tributários e previdenciários, benefício este conferido unicamente às trabalhadoras comprovadamente sócias do Sindicato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO CURSO DE FORMAÇÃO – DESPESAS

A empresa fica obrigada, quando da admissão para função de vigilante, à exigência do curso de formação, conforme a lei específica vigente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A empresa computará os dias em que o empregado estiver realizando a reciclagem, desobrigando-o do retorno ao trabalho durante a duração do curso.

PARÁGRAFO SEGUNDO. As despesas com o curso de reciclagem serão pagas pela empresa.

PARÁGRAFO TERCEIRO. As despesas com alimentação e transporte nos trajetos ida e volta para o vigilante que se deslocar do interior do Estado, inclusive traslado para o local do curso, serão custeadas pela empresa para todos os trabalhadores, que deverá acontecer obrigatoriamente antes da realização do curso.

PARÁGRAFO QUARTO. Fica proibida a oferta do curso de reciclagem nos finais de semana e feriados. Fica, no entanto, permitida que a reciclagem seja realizada nas folgas do empregado, à opção deste, quando será devido o pagamento de ajuda de custo do valor de R\$ 75,12 (setenta e cinco reais e doze centavos) por dia, sem natureza salarial, sob pena de incidência de multa de R\$ 313,10 (trezentos e treze reais e dez centavos) pelo descumprimento.

PARÁGRAFO QUINTO. O vigilante, comprovadamente sócio do sindicato, que for demitido sem justa causa faltando até seis meses para a expiração do prazo da reciclagem, terá direito à renovação do curso a expensas da empresa ou indenização pelo valor correspondente ao seu custo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA REFEIÇÃO

As empresas fornecerão vale-refeição ou vale-alimentação, a serem entregues até o 5º dia útil de cada mês, no valor facial de R\$ 39,01 (trinta e nove reais e um centavo), em quantidade igual aos dias em que o empregado efetivamente irá trabalhar naquele mês. As empresas que fornecem atualmente o vale-refeição ou vale-alimentação com o valor facial superior a R\$ 37,42 (trinta e sete reais e quarenta e dois centavos) promoverão a atualização destes no percentual de 4,26% (quatro inteiros e vinte e seis centésimos por cento) sobre o valor facial respectivo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Os empregados autorizam o desconto de 12% (doze por cento), incidente sobre o valor total concedido, a partir da concessão do benefício, na forma e para os fins do disposto no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), regulamentado pelo Decreto nº 5, de 14.01.1991.

PARÁGRAFO SEGUNDO. As diferenças relativas aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2026, decorrente da observância do valor estabelecido no *caput* desta Cláusula, serão integralmente pagas nas folhas de salário dos meses de abril, maio e junho de 2026.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Nos contratos cujo tomador de serviço venha a fornecer refeição em refeitório próprio ou terceirizado, desde que tenha autorização de funcionamento, a empresa não fica desobrigada de fornecer o vale refeição ou vale alimentação aos empregados do respectivo contrato.

PARÁGRAFO QUARTO. As disposições desta cláusula relativas a vale-refeição ou vale-alimentação se aplicam também aos vigilantes prestadores de serviços nas empresas orgânicas, ou seja, que contem seu próprio quadro de segurança armada ou desarmada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO CONVÊNIO COM FARMÁCIAS

As Empresas se comprometem a procurar fazer convênios com farmácias objetivando a que seus empregados adquiram remédios para desconto mensal em folha de pagamento, desconto que será procedido pelo preço cobrado pela farmácia, de uma só vez.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA DEMISSÃO PRÓXIMA À APOSENTADORIA

É vedada a demissão sem justa causa do empregado que falte até 12 (doze) meses para se aposentar, desde que trabalhe na empresa há pelo menos cinco anos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA CARTA DE REFERÊNCIA

No ato da demissão sem justa causa as empresas fornecerão a seus empregados carta de referência ao respectivo contrato de trabalho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES DO CONTRATO DE TRABALHO

A empresa deverá homologar as rescisões contratuais de empregados, com mais de 01 (um) ano de tempo de serviço, da seguinte forma:

- a) Obrigatoriamente, para o empregado sindicalizado até o 10º (décimo) dia com prazo corrido, contados da data do término do respectivo contrato de trabalho, na sede do sindicato laboral;
- b) Facultativamente, para o empregado não sindicalizado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O empregado não sindicalizado que quiser homologar a rescisão de seu contrato de trabalho no SINDVIGILANTES deverá pagar à entidade sindical o valor de R\$ 64,74 (sessenta e quatro

reais e setenta e quatro centavos) no ato da homologação e não poderá sofrer qualquer tipo de represália ou pressão por parte da empresa em tentar impedir sua vontade.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Se o empregado que trabalha fora da Região Metropolitana de Fortaleza for convocado para homologar sua rescisão em Fortaleza, a empresa arcará com as despesas do seu deslocamento e outras necessárias à permanência do ex-empregado, até a formalização da homologação.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Os documentos necessários para homologação são os seguintes:

- a) 04 vias do termo de rescisão de contrato de trabalho;
- b) 01 via do aviso prévio;
- c) 01 via do exame demissional;
- d) 01 via do extrato analítico do FGTS atualizado;
- e) Carta de referência;
- f) PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) e LTCAT (Laudo Técnico das Condições Ambientais);
- g) CTPS devidamente atualizada; e
- h) comprovante de pagamento da rescisão através de depósito bancário;
- i) comprovação da regularidade na contratação e no pagamento do seguro obrigatório.

PARÁGRAFO QUARTO. A quitação passada pelo empregado, com assistência de entidade sindical, ao empregador, tem eficácia liberatória em relação às parcelas expressamente consignadas no recibo, salvo se oposta ressalva expressa pelo Sindicato.

PARÁGRAFO QUINTO. A quitação abrange todos os itens consignados no recibo de quitação e, conseqüentemente, seus reflexos em outras parcelas, tornando tais itens descritos no termo rescisório ou em documento à parte, quitados plenamente, de forma geral, tornando tal ato perfeito e acabado.

PARÁGRAFO SEXTO. Somente se admitirá a quitação dos contratos de trabalho, sejam eles homologados no Sindicato ou realizados diretamente pela empresa em outro local, se realizados mediante pagamento por meio de depósito bancário, não se admitindo outra forma.

PARÁGRAFO SÉTIMO. A homologação da rescisão do contrato de trabalho será realizada de segunda a sexta-feira, no horário de 08:00 às 12:00 horas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA

Quando houver demissão por justa causa, o empregado demitido deve ser cientificado, por escrito, do motivo da dispensa. Se o empregado recusar a assinar o documento de sua notificação do motivo demissório, 02 (duas) testemunhas por ele assinarão, para a formalização do documento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO POR ACORDO

Considerando a tipicidade da atividade de terceirização de serviços e a necessidade de prever para os trabalhadores maior segurança no emprego, e para isso incentivar as empresas para efetivamente participarem desse intento, fica pactuado que a empresa que suceder outra na prestação do mesmo serviço em razão de nova licitação pública ou novo contrato poderá contratar os empregados da anterior, sem descontinuidade da prestação dos serviços, sendo que nesse caso a rescisão será por acordo e obrigará ao pagamento do percentual de 20% (vinte por cento) sobre os depósitos do FGTS, não havendo alteração quanto às demais verbas rescisórias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Havendo real impossibilidade da continuação do trabalhador nos serviços, devidamente justificado pela empresa ou pelo empregado, o empregado terá direito à indenização no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre os depósitos do FGTS e os demais direitos previstos em Lei, inclusive o art. 477 da CLT.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Quando a empresa entregar os avisos prévios aos seus empregados em razão da proximidade do término do contrato de prestação de serviço e por qualquer motivo der continuidade ao contrato, caberá ao respectivo empregador fazer a retratação, em razão da manutenção do emprego (princípio benéfico e mais favorável ao laborista).

PARÁGRAFO TERCEIRO. No encerramento do contrato entre o empregador e o tomador de serviço, persistindo pendências de homologações de rescisões contratuais, poderá a empresa vencedora do contrato de prestação de serviços efetuar a assinatura do novo contrato de trabalho na CTPS do trabalhador reaproveitado, independentemente da devida baixa do contrato anterior.

Aviso Prévio

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DO AVISO PRÉVIO

Na comunicação de aviso prévio ao empregado deverá constar obrigatoriamente:

- a) A forma como será cumprido (se trabalhado ou com dispensa do trabalho);
- b) A redução da jornada de trabalho exigida por Lei, bem como o início e o término da jornada;
- c) A data de pagamento das verbas rescisórias (que será a data em que o empregado dispensado deverá comparecer à empresa ou ao Sindicato, conforme seja o caso, para recebimento de referidas verbas).

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho dos vigilantes é a estabelecida pela Constituição Federal, isto é, 44 (quarenta e quatro) horas semanais, ou 220 (duzentas e vinte) horas mensais, por força da presente CCT, não sendo

permitida a compensação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Fica instituída a jornada de trabalho em escala de 12h x 36h, ou seja, doze horas de trabalho por trinta e seis horas de descanso, para todos os empregados, jornada de trabalho esta que poderá ser utilizada pela empresa, dentro de suas conveniências e da necessidade do serviço.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Os empregados que cumprirem a jornada a que se refere o parágrafo anterior (12h x 36h), não terão direito a pagamento de horas extraordinárias, em razão da compensação automática estabelecida, pela inexistência de trabalho nas 36 (trinta e seis) horas seguintes e não haverá distinção entre o trabalho realizado no período diurno e noturno, salvo quanto ao adicional noturno e ao previsto nos parágrafos seguintes desta cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Os empregados que cumprirem jornada de trabalho, conforme o disposto no parágrafo anterior, não terão direito a remuneração em dobro dos dias feriados.

PARÁGRAFO QUARTO. HORA NOTURNA REDUZIDA - Os empregados que cumprirem a jornada de trabalho no turno da noite, compreendido este das 22 (vinte e duas) horas de um dia e 05 (cinco) horas do dia seguinte, terão o acréscimo de uma hora remunerada com adicional de 50% (cinquenta por cento), obedecendo a proporcionalidade dos dias efetivamente trabalhados no período noturno.

PARÁGRAFO QUINTO. ADICIONAL NOTURNO – O trabalho compreendido entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia e 05 (cinco) horas do dia seguinte será remunerado com adicional de 20% (vinte por cento) do valor da hora normal, devendo se incorporar ao salário para que incida sobre todos os reflexos trabalhistas em vigor. Considerando a redução da 60min para 52min e 30s, a quantidade de horas noturnas devidas no horário estabelecido se dará mediante a apuração do cálculo na forma aqui indicada: $60 \text{ min} / 52 \text{ min} 30 \text{ s} = 1,14 \text{ h} \times 7 \text{ h}$ (correspondente ao período de 22:00 às 05:00h) = 8h por noite trabalhada. Os cálculos da jornada de trabalho noturna serão feitos de conformidade com a tabela constante do Anexo I desta CCT, dela fazendo parte integrante.

PARÁGRAFO SEXTO. PRORROGAÇÃO DA JORNADA – Havendo a prorrogação do horário de trabalho noturno (horários mistos), na forma prevista no parágrafo anterior desta cláusula, não será devido o pagamento de adicional noturno sobre o tempo que ultrapassar o período noturno.

PARÁGRAFO SÉTIMO. TRANSAÇÃO QUANTO ÀS OBRIGAÇÕES PRETÉRITAS. Os empregados que cumprirem jornada de trabalho noturna de 12h x 36h nos últimos cinco anos, terão direito, a partir de janeiro de 2014, ao ressarcimento dos valores pretéritos no montante equivalente a 05 (cinco) horas extraordinárias mensais pelo período de dois anos, quando se dará a quitação integral da dívida. Os empregados que cumprirem jornada em período inferior a 02 (dois anos) terão direito ao ressarcimento proporcional, à razão de cinco horas por cada mês trabalhado no período noturno.

PARÁGRAFO OITAVO. Caso ocorra a rescisão do contrato de trabalho antes de realizado o pagamento de todas as parcelas referidas no parágrafo anterior, as parcelas vincendas deverão ser pagas, de forma antecipada, juntamente com os créditos rescisórios.

PARÁGRAFO NONO. O pagamento integral das parcelas ajustadas nos parágrafos quinto e sexto anteriores importará na quitação da sobrejornada decorrente do cômputo da hora noturna reduzida no âmbito do cumprimento da escala 12h x 36 h, em relação ao período anterior a janeiro de 2014, nada mais sendo devido a tal título pelas empresas.

PARÁGRAFO DÉCIMO. As disposições constantes dos parágrafos sétimo, oitavo e nono acima abrangerão exclusivamente os empregados que manifestarem, de forma expressa, adesão aos termos ali dispostos.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO. É permitida ao empregado que labore na escala de trabalho 12x36 a realização de 6 (seis) plantões mensais, remunerados na forma disposta no § 1º do art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DO INTERVALO INTRAJORNADA

Para o empregado que trabalha na jornada de 12h x 36h horas e de 8 (oito) horas diárias, é obrigatória a concessão de intervalo para repouso/alimentação, o qual corresponderá a 1 (uma) hora.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Durante o período de descanso previsto no *caput* desta cláusula, ao empregado é facultado permanecer nas dependências do local da prestação dos serviços, não se computando esse tempo na duração do trabalho. A permanência do empregado no posto de serviço ou caracterizado que ele estava à disposição do tomador do serviço serão considerados como jornada de trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Nas jornadas de trabalho estabelecidas na presente Convenção Coletiva, quais sejam, 44 (quarenta e quatro) horas semanais ou 220 (duzentos e vinte) horas mensais e 12hx36h, a não concessão do intervalo intrajornada ou a sua concessão apenas parcial importará no pagamento, de natureza indenizatória, de 01 (uma) hora extra com acréscimo de 50% sobre o valor da hora normal.

PARÁGRAFO TERCEIRO. TRANSAÇÃO QUANTO ÀS OBRIGAÇÕES PRETÉRITAS. Os empregados que não gozaram do intervalo intrajornada nos últimos 5 (cinco) anos, terão direito ao ressarcimento dos valores pretéritos no montante equivalente a 3 (três) horas por cada mês trabalhado, totalizando 180 (cento e oitenta) horas, que serão pagos, a partir de julho de 2015, em 30 (trinta) meses, quando se dará a quitação integral da dívida.

PARÁGRAFO QUARTO. Os empregados que trabalharam no intervalo de descanso em período inferior a 5 (cinco) anos, terão direito ao ressarcimento proporcional à razão de 3 (três) horas por cada mês trabalhado com a supressão da intrajornada, em igual número de horas pagas mensalmente aos demais trabalhadores alcançados por esta cláusula, até que sobrevenha a quitação de direito.

PARÁGRAFO QUINTO. Caso ocorra a rescisão do contrato de trabalho antes de realizado o pagamento de todas as parcelas referidas no parágrafo anterior, as parcelas vincendas deverão ser pagas, de forma antecipada, juntamente com os créditos rescisórios.

PARÁGRAFO SEXTO. O pagamento integral das parcelas ajustadas nos parágrafos terceiro e quarto importará na quitação sobre os intervalos intrajornada não gozados em relação ao período anterior a janeiro de 2015, nada mais sendo devido a tal título pelas Empresas.

PARÁGRAFO SÉTIMO. As disposições constantes dos parágrafos terceiro a sexto abrangerão exclusivamente os empregados que manifestarem, de forma expressa, adesão aos termos ali dispostos.

PARÁGRAFO OITAVO. O horário de intervalo para repouso/alimentação dos vigilantes que prestam serviços em estabelecimentos bancários deverá se dar entre 11h00min e 14h00min horas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - CONTROLE DO HORÁRIO DE TRABALHO

A empresa poderá utilizar, para registro da jornada de trabalho de seus empregados, papeleta de serviço externo, cartão ponto, livro ponto, cartão magnético, sistema eletrônico de controle de ponto. É facultada, também, a utilização do registrador eletrônico de ponto, sistemas alternativos de controle da jornada de trabalho, ou sistemas alternativos eletrônicos de controle de jornada de trabalho, inclusive por meio de rádio transmissor, estas últimas possibilidades conforme previstas na Portaria nº 671, de 08.11.2021, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, servindo esta cláusula como expressa autorização para adotá-

los.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Quando a empresa adotar registro de ponto manual ou eletrônico e a jornada de trabalho for executada integralmente fora do estacionamento do empregador, o horário de trabalho constará de ficha ou papeleta, que ficará em poder do empregado, devendo ser restituída ao empregador após o término do período da apuração do ponto.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A empresa fornecerá aos seus vigilantes ficha mensal de horário externo, com discriminação completa da duração do trabalho no mês, devendo cada vigilante, obrigatoriamente, conduzir a sua ficha quando em serviço para exibição à fiscalização do Ministério do Trabalho, ficando a segunda via dessa ficha, assinada pelo empregado, em poder da empregadora para comprovação, em caso de fiscalização.

PARÁGRAFO TERCEIRO. As empresas se obrigam a fornecer no final do mês aos trabalhadores relatório mensal com todas as marcações dos referidos pontos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - QUITAÇÃO ANUAL DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

As empresas e os empregados, com a anuência do Sindicato patronal, poderão firmar a quitação anual de obrigações trabalhistas perante o Sindicato dos empregados, cujo termo discriminará as obrigações de dar e fazer mensalmente cumpridas, com eficácia liberatória das obrigações ali especificadas.

Parágrafo único. O custo da quitação, de responsabilidade do empregador, será de R\$ 50,08 (cinquenta reais e oito centavos) por empregado sindicalizado e de R\$ 62,60 (sessenta e dois reais e sessenta e dois centavos) por empregado não sindicalizado.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Normas Disciplinares

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DO TRABALHO DE PÉ

O vigilante que trabalhar de pé por 04 (quatro) horas consecutivas terá direito a um descanso de 15 (quinze) minutos sentado, sem, no entanto, afastar-se do posto de trabalho.

Ferramentas e Equipamentos de Trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DO FARDAMENTO DE TRABALHO

A empresa se obriga a fornecer gratuitamente a todos os empregados da categoria de vigilantes, sujeitos ao trabalho uniformizados, pelo menos 02 (duas) calças e 02 (duas) camisas anualmente e 01 (um) par de sapatos a cada 06 (seis) meses, acompanhados de meias; se a empresa fornece botas ou coturnos, o

prazo de substituição será de 12 (doze) meses.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A utilização do uniforme completo será restrita ao local de trabalho, não se incluindo o seu trajeto de ida e volta, ficando o faltoso passível de advertência, suspensão e demissão por justa causa.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A liquidação de contas, quando do processo de desligamento do empregado, só ocorrerá com a devolução do uniforme de trabalho, do porte de arma, emblemas e demais pertences da empresa que se encontrarem em seu poder.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O empregado indenizará a peça de uniforme, ficando a empresa autorizada a descontar o respectivo valor diretamente do salário ou da remuneração, em caso de extravio, danos decorrentes de utilização indevida ou fora do serviço e não devolução quando da rescisão contratual ou substituição do uniforme cedido.

PARÁGRAFO QUARTO. A higienização do uniforme é de responsabilidade do empregado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DO TRABALHO NOTURNO E/OU A CÉU ABERTO

As empresas fornecerão aos seus vigilantes, para prestação de serviço em horário noturno e/ou a céu aberto, além da arma devidamente municiada, se for o caso, lanterna, capa ou agasalho, quando necessário.

Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DA CARTEIRA NACIONAL DE VIGILANTE

Será fornecida gratuitamente ao empregado, pela empresa empregadora, a Carteira Nacional de Vigilante. Contudo, se o vigilante tiver rescindido seu contrato de trabalho por qualquer motivo antes de completar seis (6) meses de serviço na empresa, ficará obrigado a reembolsar à empresa o valor de dita carteira através de pagamento direto ou mediante desconto em créditos do empregado.

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - RELAÇÃO DE EMPREGADOS

Anualmente, no mês de agosto, as empresas fornecerão ao Sindicato Profissional relação nominal de todos seus empregados, durante a vigência da presente Convenção.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DOS DESCONTOS PROIBIDOS

Em caso de assalto ou de qualquer ação criminosa, devidamente comprovada pela autoridade policial mediante documento escrito, as armas ou quaisquer outros instrumentos de trabalho, furtados ou roubados em tais eventos criminosos não serão descontados dos salários dos vigilantes. As empresas não descontarão também a munição gasta em razão da atividade do vigilante.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DAS HORAS EXTRAS DO ESTUDANTE

O empregado estudante, matriculado em curso regular e previsto em lei, não poderá prestar serviço em horário extraordinário, se este coincidir com o seu horário de aulas, durante o período ou ano letivo.

Faltas

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DO COMPARECIMENTO À JUSTIÇA - ABONO DE FALTA

Serão abonadas as ausências de empregados durante o comparecimento destes à Justiça, seja como testemunha ou reclamante, desde que apresente à empresa a notificação do ato judicial até 48 (quarenta e oito) horas antes.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - DO ABONO DE FALTAS DO EMPREGADO

Serão abonadas as faltas ou as horas não trabalhadas do empregado, em decorrência da necessidade de saída para assistência médica de emergência aos filhos ou dependentes menores de 12 (doze) anos, inclusive, inválidos, ficando o empregado obrigado a entregar à empresa o atestado médico comprobatório para gozar do benefício.

Jornadas Especiais (mulheres, menores, estudantes)

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - DA AUSÊNCIA DO EMPREGADO ESTUDANTE

Ao empregado estudante será assegurado o abono de sua ausência ao trabalho durante o horário de prestação de exames curriculares ou vestibulares, desde que avisada a empresa com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência e subordinada à comprovação posterior pelo empregado, no

mesmo prazo e em ambos os casos por escrito.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - APRENDIZAGEM

A presente cláusula tem o objetivo de financiar o cumprimento da cota de aprendizagem com a inclusão nos respectivos centros de custos e/ou planilha de custos e formação de preços nos contratos de prestação de serviços, quer privado ou público.

O disposto na Lei nº 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e o § 2º do art. 5º do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, institui que somente serão aceitas na contratação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valor com base na convenção coletiva de trabalho, no acordo coletivo de trabalho ou no dissídio coletivo adequado à categoria profissional que executará o serviço contratado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Fica estabelecido, pelo presente instrumento normativo, que, em cumprimento à obrigação legal da cota de aprendizes, prevista no art. 429 da CLT, as empresas obrigatoriamente farão incluir nos centros de custos e/ou na planilha de custos e formação de preços o valor de R\$ 138,52 (cento e trinta e oito reais e trinta e dois centavos) por cada empregado contratado disposto em edital e/ou em contrato de prestação de serviços terceirizados privados.

I. Os contratos vigentes serão objeto de revisão contratual, os quais deverão ser aditivados para inclusão do quanto disposto nesta cláusula e parágrafo;

II. As empresas que não incluírem nos centros de custos e/ou planilhas de custo o valor previsto no parágrafo primeiro desta cláusula ficam sujeitas a desclassificação da proposta de preço ofertada no certame ou contratação direta pelo tomador de serviços (contratante), em caso de descumprimento desta norma coletiva;

III. O não cumprimento da obrigação estabelecida nesta cláusula pela empresa a sujeitará às penalidades previstas em lei e normas aplicáveis.

IV. A contratação e lotação do menor/jovem aprendiz do que trata essa cláusula obedecerá ao disposto na lei.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A presente Cláusula aplica-se tanto para a contratação de serviços no âmbito público quanto para a contratação no âmbito privado, garantindo, em ambos os casos, o cumprimento da legislação pertinente à aprendizagem, bem como das normas coletivas estabelecidas, assegurando que os custos e condições definidos neste instrumento sejam devidamente observados em qualquer modalidade de contratação.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Em todas as propostas comerciais, orçamentos, planilhas de custos e formação de preços em licitações públicas e contratos de prestação de serviços que envolvam as atividades especificadas nesta Cláusula, a empresa deverá incluir o valor do cumprimento da cota de aprendizagem como um componente do preço, de modo que o valor seja claramente discriminado nas planilhas de custos.

PARÁGRAFO QUARTO. Os contratos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2025 deverão ser revisados obrigatoriamente para adequação da presente Cláusula, as planilhas de custos e formação de preços/propostas.

PARÁGRAFO QUINTO. Esta Cláusula busca incentivar a efetiva contratação do menor/jovem aprendiz, como também incentivar a responsabilidade social das empresas com a promoção do desenvolvimento

profissional de jovens, utilizando os recursos de maneira estratégica e transparente.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DAS FÉRIAS DO EMPREGADO ESTUDANTE

As empresas concederão as férias de seus empregados comprovadamente estudantes, em períodos que coincidam com as férias escolares, desde que tal benefício seja solicitado pelo empregado, por escrito, num prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência.

Férias e Licenças

Remuneração de Férias

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DO PAGAMENTO DAS FÉRIAS

O pagamento da remuneração das férias será efetuado até 02 (dois) dias antes do início do respectivo gozo do período pago, sendo obrigatoriamente realizado através de depósito em conta bancária. As férias serão calculadas em função do salário mensal do empregado, acrescido, em sendo o caso, da remuneração de horas extras e adicional noturno do período aquisitivo, pela respectiva média.

PARÁGRAFO ÚNICO. O prazo para a concessão das férias não poderá ser superior a 08 (oito) meses, a contar do término do período aquisitivo, sob pena de pagamento em dobro do período não concedido no prazo ora convencionado.

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DAS LICENÇAS

Fica garantida a todos os empregados a ausência do serviço, sem prejuízo do salário, nas seguintes condições:

- a) 05 (cinco) dias consecutivos, em caso de falecimento de cônjuge, pais, filhos ou irmãos;
- b) 05 (cinco) dias consecutivos, em virtude de casamento;
- c) 05 (cinco) dias consecutivos, em virtude de nascimento de filho.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Exames Médicos

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - DOS ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Serão aceitos como válidos os atestados médicos e odontológicos apresentados pelo empregado para justificar sua ausência por motivo de doença, emitidos por profissionais devidamente registrados no CRM e CRO, em ordem de preferência, por médicos contratados diretamente pela empresa, ou mediante convênio/SESC e, à sua falta, os atestados emitidos por médicos vinculados ao SUS (Sistema Único de Saúde). Em último caso, serão aceitos os atestados emitidos por médico do sindicato ou particular.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O atestado deverá ser entregue, pessoalmente ou nos casos de absoluta impossibilidade comprovada, por outrem, no prazo de 24 horas da sua emissão.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Quando o empregado prestar serviço fora do domicílio da sede da empresa, a entrega do atestado médico poderá ser feita na sua subsede ou posto de apoio, caso existam, ou recolhido pelo representante da empresa no próprio posto de serviço.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Para sua validade, o atestado deverá conter a identificação do empregado, assinatura e carimbo com o número do conselho profissional de quem assina o documento e ser apresentado em duas vias (original e cópia), a fim de que a empresa declare na sua cópia, a ser imediatamente devolvida ao empregado, o recebimento do respectivo original.

PARÁGRAFO QUARTO. Caso a empresa suspeite de fraude no atestado apresentado, poderá solicitar esclarecimentos aos responsáveis.

PARÁGRAFO QUINTO. Caso a fraude seja constatada, pode implicar em demissão por justa causa do empregado.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

O ônus financeiro decorrente da avaliação psicológica anual (exame psicotécnico), exigida pela legislação vigente, ficará a cargo do empregador.

Garantias a Portadores de Doença não Profissional

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - DO EMPREGADO DOENTE

É proibida a demissão de empregado doente, cuja situação seja comprovada por atestado médico do Sistema Único de Saúde (SUS), enquanto perdurar a comprovada enfermidade.

Outras Normas de Proteção ao Acidentado ou Doente

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - DA GARANTIA DE EMPREGO AO ACIDENTADO

As empresas cumprirão fielmente todas as determinações da Lei nº. 8.213, de 24.07.1991, e do Decreto Federal nº 357, de 07.12.1991, quanto ao acidente de trabalho e a garantia de emprego dele decorrente, em favor dos empregados.

Relações Sindicais

Liberação de Empregados para Atividades Sindicais

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO AO SINDICATO SEM PREJUÍZO SALARIAL

As empresas se obrigam a liberar, para prestarem serviços no Sindicato da categoria profissional dos vigilantes, o vigilante regularmente eleito para o cargo de Presidente e mais 05 (cinco) outros vigilantes eleitos para a direção do Sindicato Laboral (efetivos ou suplentes), durante a vigência da presente Convenção, sem prejuízo de seus salários. Dentre os seis (6) liberados, no mínimo 04 (quatro) serão de empresas diferentes e os outros dois (2), por solicitação do Sindicato Profissional, poderão ser de uma mesma empresa, desde que esta possua mais de 400 (quatrocentos) empregados.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL

As empresas de Segurança Privada do Estado do Ceará deverão recolher a Contribuição Confederativa Patronal para cada ano de vigência desta Convenção Coletiva, consoante a norma do inciso IV, do artigo 8º, da Constituição Federal e demais normas aplicáveis à matéria, cujo valor, determinado na em Assembleia Geral Extraordinária, será o seguinte, vinculado ao porte da empresa quantidade de empregados existentes na empresa em 31.12.2025, atestado pela ficha de atualização encaminhada ao DPF:

- a) empresa com até 100 (cem) empregados: R\$1.000,00 (um mil reais);
- b) empresa de 101 (cento e um) a 200 (duzentos) empregados: R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais);
- c) empresa de 201 (duzentos e um) a 300 (trezentos) empregados: R\$2.000,00 (dois mil reais);
- d) empresa de 301 (trezentos e um) a 400 (quatrocentos) empregados: R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);
- e) empresa de 401 (quatrocentos e um) a 600 (seiscentos) empregados: R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais);
- f) empresa de 601 (seiscentos e um) a 1.000 (um mil) empregados: R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais);
- g) empresa acima de 1.001 (um mil e um) empregados: R\$5.000,00 (cinco mil reais).

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Os Cursos de Formação de Vigilantes pagarão, cada um, quatro (4) parcelas de R\$ 200,00 (duzentos reais).

PARÁGRAFO SEGUNDO. O valor de cada contribuição acima indicada poderá ser dividido em quatro parcelas iguais, para obrigatório pagamento nas seguintes datas: primeira parcela em 31.08.2026, segunda parcela em 30.09.2026, terceira parcela em 30.10.2026 e a quarta em 30.11.2026.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O não recolhimento da Contribuição Confederativa da presente cláusula, nos prazos fixados, implicará na incidência de multa de 2% (dois por cento) acrescido de 5% a cada mês subsequente, além de juros de mora de 1% ao mês.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - DA MENSALIDADE DO SINDICATO PROFISSIONAL

A Empresa descontará dos seus empregados sindicalizados as mensalidades previstas no artigo 545, da CLT, no percentual de 2,5% (dois e meio por cento) do salário-base, e recolherá o valor respectivo à tesouraria do Sindicato Profissional, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, acompanhado da relação dos associados. O recolhimento à Tesouraria do Sindicato Profissional, isto é, a entrega dos valores descontados ao Sindicato Profissional, somente poderá ser feito de três formas: a) mediante depósito bancário em conta da entidade dos trabalhadores; b) mediante o pagamento, na sede da empresa, a representante do sindicato profissional devidamente autorizado; c) através de cobrança bancária realizada por instituições financeiras autorizadas pelo Sindicato Laboral. O desconto, no entanto, dependerá de escrita autorização de cada empregado, dirigida à empregadora, que contenha o valor a ser descontado.

PARÁGRAFO ÚNICO. A empresa que não repassar a mensalidade sindical ao Sindicato Laboral até o quinto dia útil, seja qual for a forma de pagamento (contra recibo ou depósito bancário), fica sujeita ao pagamento de multa de 3% (três por cento) sobre o montante a ser recolhido, acrescido de juros de 1,5% (um e meio por cento) ao mês em favor do Sindicato Laboral.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - DA REMESSA DE GUIAS

A empresa encaminhará à entidade sindical profissional cópia das guias de contribuição sindical até o décimo dia útil após o respectivo desconto.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - DA TAXA NEGOCIAL

Conforme acordado em assembleia geral dos trabalhadores realizada em 28 de fevereiro de 2026 foi aprovado por larga maioria o desconto dos seus salários no percentual de 7,5% (sete e meio por cento) referente a taxa negociada, incidindo este sobre sócios e não sócios, nos termos do Enunciado nº 38 da ANAMATRA, da seguinte forma:

- a) 2,5% (dois e meio por cento) no mês de abril de 2026;
- b) 2,5% (dois e meio por cento) no mês de maio de 2026;

c) 2,5% (dois e meio por cento) no mês junho de 2026.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O valor descontado a que alude o *caput* desta cláusula será transferido ao Sindicato profissional, mediante boleto bancário, dentro de até 5 (cinco) dias úteis da realização do desconto.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O desconto previsto nesta Cláusula se destinará ao desenvolvimento do patrimônio do Sindicato e é obrigatório, salvo se houver oposição do empregado que não participou da assembleia, manifestada por escrito dirigida ao Sindicato, no prazo de 10 (dez) dias antes da data marcada para o desconto.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Cabe ao SINDVIGILANTES comunicar a empresa a oposição do empregado ao desconto.

PARÁGRAFO QUARTO. No mês em que for realizado o desconto assistencial não será descontada a taxa associativa.

PARÁGRAFO QUINTO. É de inteira responsabilidade do Sindicato laboral responder a qualquer questionamento realizado por órgãos públicos ou privados quanto a legalidade do desconto assistencial previsto nesta Cláusula.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - DOS CERTIFICADOS DE REGULARIDADE SINDICAL

As empresas que desejarem contratar com o setor público, retirar ou renovar cadastros em órgãos públicos ou privados, deverão apresentar, no ato do procedimento licitatório, o Certificado de Regularidade Sindical emitido pelas instituições convenientes, SINDESP/CE e SINDVIGILANTES, em conformidade com o estabelecido nos artigos 607 e 608 da CLT, de acordo e nos termos das Cláusulas que as preveem.

Outras disposições sobre representação e organização

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - DA COMISSÃO PARITÁRIA

Para melhor relacionamento entre categorias pactuantes, cria-se uma Comissão Paritária de fiscalização e trabalho entre as partes, composta de 06 (seis) membros, sendo 03 (três) indicados pelo Sindicato da categoria profissional dos Vigilantes e 03 (três) indicados pelo Sindicato Patronal, comissão esta que atuará sempre através de indicação de seus membros pelos Sindicatos interessados.

Disposições Gerais

Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - DO FORNECIMENTO DE DOCUMENTOS PARA PREVIDÊNCIA SOCIAL

A documentação exigida pela Previdência Social será fornecida pelas empresas quando solicitada pelo empregado ou dependente, nos seguintes prazos:

- a) 05 (cinco) dias úteis quando para fins de auxílio-doença e, em caso de óbito, para fins de pensão por morte;
- b) 15 (quinze) dias úteis para o caso de aposentadoria.

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA

As empresas prestarão assistência jurídica aos seus empregados, sempre que no efetivo exercício de suas funções e em defesa do legítimo interesse da empresa, incidirem na prática de atos que levem a responder qualquer ação civil ou criminal, assistência que será prestada até o final do respectivo processo judicial. Caso a empresa não venha prestar assistência ao empregado e este for assistido pelos advogados do Sindicato laboral, estes serão remunerados pela empresa de acordo com a Tabela de Honorários da OAB/CE, benefício este somente concedido aos trabalhadores sindicalizados.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - FORO COMPETENTE

As controvérsias porventura resultantes da presente Convenção Coletiva de Trabalho serão dirimidas pela Justiça do Trabalho do Ceará, se antes não forem solucionadas pelas partes convenientes.

PARÁGRAFO ÚNICO. Em caso de descumprimento de quaisquer das obrigações da presente CCT, a parte culpada pagará a multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor do primeiro piso salarial em favor do empregado prejudicado, por cada descumprimento, aplicando-se a multa se o descumprimento ocorrer em vários meses, uma em cada mês.

Outras Disposições

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - ENCARGOS SOCIAIS

Com o objetivo de assegurar a exequibilidade dos contratos prestados pelas empresas assistidas por esta CCT e a consequente adimplência do cumprimento das obrigações decorrentes dos encargos sociais e trabalhistas, fica convencionado que deve ser praticado pelas empresas albergadas nesta convenção o percentual mínimo de encargos sociais e trabalhistas de 82,53% (oitenta e dois inteiros e cinquenta e três centésimos por cento).

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - IMPACTO ECONÔMICO FINANCEIRO SOBRE OS CONTRATOS

O custo dos contratos de prestação de serviços vigentes, em razão dos aumentos aqui acordados, sofrerá um impacto econômico financeiro no percentual de 8,45% (oito inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento).

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - ANEXOS

Integram a presente Convenção Coletiva de Trabalho, para todos os fins de direito, as planilhas que formam os Anexos I, II e III relativos, respectivamente, a Ata e as Tabelas de Remuneração e dos Encargos Sociais.

E por estarem assim justos e contratados, os Sindicatos convenientes assinam a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, com 61 (sessenta e uma) cláusulas, tudo para que produza os efeitos legais e os desejados pelas partes.

}

CARLOS GUALTER GONCALVES DE LUCENA

Presidente

SINDESP-SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANCA PRIVADA DO ESTADO DO CEARA

DANIEL BORGES DA SILVA

Presidente

SIND.DOS PROF.VIG.E EMPREG.EM EMP.E SER.DE SEG.,VIG.TRANSP.VAL.,C. DE FORM. DE
VIG.,SEG.PESSOAL, CEN.,S.E AFINS CE

ANEXOS ANEXO I - ATA

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO II - TABELA SALARIAL 2026

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO III - TABELA DOS ENCARGOS SOCIAIS

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

TABELA SALARIAL 2026

DIURNO

VIGILANTE DIURNO	
SALÁRIO	R\$ 1.952,07
ADIC. 30%	R\$ 585,62
SALÁRIO + 30%	R\$ 2.537,69
1/3 DE FÉRIAS	R\$ 845,89
HORA NORMAL	R\$ 11,53
HORA EXTRA 50%	R\$ 17,29
HORA EXTRA 100%	R\$ 23,06
INTRAJORNADA 15 PLANTÕES	R\$ 259,35
INTRAJORNADA 16 PLANTÕES	R\$ 276,64
MENSALIDADE SINDICAL	R\$ 48,80

VIGILANTE BANCO CENTRAL DIURNO	
SALÁRIO	R\$ 2.797,08
ADIC. 30%	R\$ 839,12
SALÁRIO + 30%	R\$ 3.636,20
1/3 DE FÉRIAS	R\$ 1.212,06
HORA NORMAL	R\$ 16,52
HORA EXTRA 50%	R\$ 24,78
HORA EXTRA 100%	R\$ 33,04
INTRAJORNADA 15 PLANTÕES	R\$ 371,70
INTRAJORNADA 16 PLANTÕES	R\$ 396,48
MENSALIDADE SINDICAL	R\$ 69,92

SUPERVISOR DIURNO	
SALÁRIO	R\$ 2.352,75
ADIC. 30%	R\$ 705,82
SALÁRIO + 30%	R\$ 3.058,57
1/3 DE FÉRIAS	R\$ 1.019,52
HORA NORMAL	R\$ 13,90
HORA EXTRA 50%	R\$ 20,85
HORA EXTRA 100%	R\$ 27,80
INTRAJORNADA 15 PLANTÕES	R\$ 312,75
INTRAJORNADA 16 PLANTÕES	R\$ 333,60
MENSALIDADE SINDICAL	R\$ 58,81

VALE ALIMENTAÇÃO R\$ 39,01	
15 PLANTÕES	R\$ 585,15
16 PLANTÕES	R\$ 624,16
20 PLANTÕES	R\$ 780,20
21 PLANTÕES	R\$ 819,21
22 PLANTÕES	R\$ 858,22

MEMÓRIA DE CÁLCULO	
ÍNDICE: 4,26% + 2,53% = 6,79 %	
OBS: FÉRIAS = SALÁRIO + 30% + 1/3 (PARA TRABALHADOR NOTURNO ACRESCENTA TAMBÉM ADICIONAL NOTURNO)	
VALORES BRUTOS, SEM DESCONTO.	

NOTURNO

VIGILANTE NOTURNO	
SALÁRIO	R\$ 1.952,07
ADIC. 30%	R\$ 585,62
ADIC. NOTURNO	R\$ 276,00
SALÁRIO+30%+ADIC.NOTURNO	R\$ 2.813,69
1/3 DE FÉRIAS	R\$ 937,89
HORA NORMAL	R\$ 12,79
HORA EXTRA 50%	R\$ 19,18
HORA EXTRA 100%	R\$ 25,58
INTRAJORNADA 15 PLANTÕES	R\$ 287,70
INTRAJORNADA 16 PLANTÕES	R\$ 306,88
HORA NOTURNA REDUZIDA - 15	R\$ 287,70
HORA NOTURNA REDUZIDA - 16	R\$ 306,88
MENSALIDADE SINDICAL	R\$ 48,80

VIGILANTE BANCO CENTRAL NOTURNO	
SALÁRIO	R\$ 2.797,08
ADIC. 30%	R\$ 839,12
ADIC. NOTURNO	R\$ 396,00
SALÁRIO+30%+ADIC.NOTURNO	R\$ 4.032,20
1/3 DE FÉRIAS	R\$ 1.344,06
HORA NORMAL	R\$ 18,32
HORA EXTRA 50%	R\$ 27,48
HORA EXTRA 100%	R\$ 36,64
INTRAJORNADA 15 PLANTÕES	R\$ 412,20
INTRAJORNADA 16 PLANTÕES	R\$ 439,68
HORA NOTURNA REDUZIDA - 15	R\$ 412,20
HORA NOTURNA REDUZIDA - 16	R\$ 439,68
MENSALIDADE SINDICAL	R\$ 69,92

SUPERVISOR NOTURNO	
SALÁRIO	R\$ 2.352,75
ADIC. 30%	R\$ 705,82
ADIC. NOTURNO	R\$ 333,60
SALÁRIO+30%+ADIC.NOTURNO	R\$ 3.392,17
1/3 DE FÉRIAS	R\$ 1.130,72
HORA NORMAL	R\$ 15,41
HORA EXTRA 50%	R\$ 23,11
HORA EXTRA 100%	R\$ 30,82
INTRAJORNADA 15 PLANTÕES	R\$ 346,65
INTRAJORNADA 16 PLANTÕES	R\$ 369,76
HORA NOTURNA REDUZIDA - 15	R\$ 346,65
HORA NOTURNA REDUZIDA - 16	R\$ 369,76
MENSALIDADE SINDICAL	R\$ 58,81



Documento assinado digitalmente
DANIEL BORGES DA SILVA
Data: 26/03/2026 16:19:17-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

CARLOS GUALTER
GONCALVES DE
LUCENA:23490055349

Assinado de forma digital por
CARLOS GUALTER GONCALVES DE
LUCENA:23490055349
Dados: 2026.03.26 16:03:58 -03'00'

PRESIDENTE DO SIND. DOS PROF. VIG. E EMPREG. EM
EMPRES. E SERV. DE SEG., VIG., TRANSP. VAL., C. DE
FORM. DE VIG., SEG PESSOAL, CEN. S. E. AFINS CE.

PRESIDENTE DO SINDESP – SINDICATO DAS EMPRESAS
DE SEGURANÇA PRIVADA DO ESTADO DO CEARÁ.

TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL*

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Doutor Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União – 1ª Região, Doutora Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, “(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados”.

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonegada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da

isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:

“8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das leis do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçadas, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas”.

RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

a) – Serviços de limpeza;

b) – Serviços de conservação;

c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;

d) – Serviços de recepção;

e) – Serviços de copeiragem;

f) – Serviços de reprografia;

- g) – Serviços de telefonia;
- h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) – Serviços de auxiliar de escritório;
- k) – Serviços de auxiliar administrativo;
- l) – Serviços de office boy (contínuo);
- m) – Serviços de digitação;
- n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) – Serviços de ascensorista;
- q) – Serviços de enfermagem; e
- r) – Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle

das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta – As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava - A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus. Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO
Procurador-Geral do Trabalho

GUIOMAR RECHIA GOMES
Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS
Procurador-Chefe/PRT 10ª Região

FÁBIO LEAL CARDOSO
Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO
Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
Sub-Procuradora-Regional da União–1ª Região

MÁRIO LUIZ GUERREIRO
Advogado da União

Testemunhas:

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho –
ANAMATRA

PAULO SÉRGIO DOMINGUES

Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil- AJUFE

REGINA BUTRUS

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT

***Termo de Conciliação Judicial celebrado entre a União e o Ministério Público do Trabalho, nos autos do processo nº 1082/02, da 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, homologado em 05 de junho de 2003.**